



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MOVIMENTO POPULAR E PRÁXIS EDUCATIVA: A LUTA
SOCIAL PELA DRENAGEM DO IGARAPÉ DA
CACHOEIRINHA (1997 A 2005)

Sandra Lineia Gomes Damasceno

Manaus

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MOVIMENTO POPULAR E PRÁXIS EDUCATIVA: A LUTA
SOCIAL PELA DRENAGEM DO IGARAPÉ DA
CACHOEIRINHA (1997 A 2005)

Sandra Lineia Gomes Damasceno

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, Culturas e Desafios Amazônicos. Área de concentração: Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof^o. Dr. JORGE GREGÓRIO DA SILVA

Manaus

2006

Sandra Lineia Gomes Damasceno

**MOVIMENTO POPULAR E PRÁXIS EDUCATIVA: A LUTA
SOCIAL PELA DRENAGEM DO IGARAPÉ DA
CACHOEIRINHA (1997 A 2005)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, Culturas e Desafios Amazônicos. Área de concentração: Educação e Políticas Públicas.

Aprovado em 02 de outubro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^o. Dr. Jorge Gregório da Silva - Orientador
Universidade Federal do Amazonas

1º Membro: Prof^a. Dra. Antônia Silva de Lima
Universidade Federal do Amazonas

2º Membro: Prof^a. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

A todos os homens e mulheres que lutaram bravamente pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha, dedico-lhes esta conquista como fruto de uma bandeira de luta.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho de pesquisa mesmo que precise do isolamento necessário, não é um trabalho solitário, é preciso que muitos sujeitos se mobilizem para sua realização. Quero dizer que este foi feito a duas, três e dezenas de mãos, como um sonho coletivo foi construído processualmente, com avanços, enganos, medos, desencantos, esperanças...

Agradeço à minha mãe mulher forte, fruto da Amazônia: Tecelã, operária, empregada doméstica, costureira, vendedora de cosméticos, companheira, é consegue ser tantas...Nunca medindo esforços para nos dar uma vida digna, sempre acreditando e compartilhando comigo do sonho da formação acadêmica.

Ao meu mestre professor Jorge Gregório da Silva, o mais profundo respeito e admiração ao intelectual engajado, crítico, dedicado e coerente. Sua orientação foi à certeza de chegar a um porto seguro.

Às professoras Iraildes Caldas e Antônia Silva pelas valiosas contribuições feitas na ocasião do exame de qualificação.

A coordenação do mestrado em Educação que sempre esteve presente junto aos mestrandos, acreditando em nossas propostas de pesquisas. Em especial ao Jaspe, funcionário dedicado que provou ser possível usar da gentileza mesmo quando é necessário dizer não.

Aos colegas da turma de 2004 que dividiram momentos engraçados e ricos de formação, com certeza uma amizade pra vida inteira.

Aos meus professores: José Aldemir de Oliveira, Antônio Carlos Witkoski, Patrícia Sampaio, Rooney Feitoza e Ana Grijó que tanto na sala de aula como fora dela contribuíram com instigantes discussões e idéias que ajudaram na construção no trabalho.

Aos sobreviventes que resistem entrincheirados em campo de batalha onde é difícil distinguir os adversários dos aliados. Agradeço imensamente aos meus companheiros que não desistiram da utopia do socialismo, que não se deixaram afugentar pelos cargos de confiança ou por uma “saída” política cômoda, minha admiração e respeito à Goreth da CPT, Luzarina, Flávia e Josy Barros do PT (carinhosamente chamadas por mim de “meninas da Compensa”), ao Waldemir José, Marcos Brito, Jackson Silva e Aloysio Nogueira do Fórum do Orçamento, pelo incentivo e informações prestadas sem as quais não seria possível a realização da pesquisa.

Existem algumas pessoas que nos ensinam muito, com elas descobrimos que é possível construir uma sociedade mais justa e que só a luta provoca a mudança pretendida, agradeço aos moradores do Igarapé da Cachoeirinha, que durante três anos me receberam em suas casas, por sua solidariedade com a pesquisa, pela confiança dispensada e pela esperança depositada. A cada homem é mulher que com simplicidade engravidam a sociedade da certeza de que um outro mundo é possível.

Sim, sou um sonhador. Sonhador é quem consegue encontrar o próprio caminho ao luar e, como punição, vê o alvorecer antes do resto do mundo.

Oscar Wilde

RESUMO

Trata do caráter educativo do movimento popular urbano a partir das experiências de organização dos moradores do Igarapé da Cachoeirinha (1997 a 2005) e sua articulação com outros atores sociais. A tônica do texto é entender os processos que envolvem a produção da cidade e suas implicações na organização dos movimentos sociais urbanos e o processo educativo existente nessa dinâmica que envolve a diversidade cultural, conflitos políticos e resistência. A ação das Comunidades Eclesiais de Base, Fórum do Orçamento Público, Partido dos Trabalhadores, Cursinho Alternativo como aliados na formação dessas lideranças. O movimento social urbano como possibilidade do trabalho político de formação. Por outro lado, as ações do Estado, materializadas no Programa de revitalização dos igarapés de Manaus para perceber como a dominação, social e ideológica, se estabelecem, embora que não unicamente, no espaço urbano. Um espaço de disputa que favorece a elaboração e a ação, ou seja, a práxis de um projeto subversivo do processo educativo. O embate estabelecido entre sociedade civil e Estado, no interior da cidade, implica a superação de uma lógica que, historicamente, excluiu os moradores da cidade. A luta dos moradores da cidade apresenta uma agenda própria centrada em uma cidade de todos e de todas, agindo, também, como campo de experimentação social.

Palavras-chave: estado, cidade, movimento social, espaço urbano, educação.

RESUMEN

Trata del carácter educativo del movimiento popular urbano a partir de las experiencias de organización dos habitantes del *Igarapé* de Cachoeirinha (1997 a 2005) y su articulación con otros actores sociales. La tónica del texto es entender los procesos que abarcan la producción de la ciudad y sus implicaciones en la organización de los movimientos sociales urbanos, el proceso educativo existente en esa dinámica que engloba la diversidad cultural, conflictos políticos y resistencia. La acción de las Comunidades Eclesiales de Base, Foro del Presupuesto Público, Partido de los Trabajadores, Cursillo Alternativo como aliados en la formación de esos lideratos. El movimiento social urbano como posibilidad del trabajo político de formación humana. Por otro lado, las acciones del Estado, materializadas en el Programa de revitalización de los *Igarapés* de Manaus, objetiva percibir cómo el dominio social e ideológico, se establece no solamente en el espacio urbano. Un espacio de disputa que favorece la elaboración y la acción, o sea, la praxis de un proyecto subversivo do proceso educativo. El embate establecido entre sociedad civil y Estado, en el interior de la ciudad, implica la superación de una lógica que, históricamente, excluyó a los habitantes de la ciudad. La lucha de los habitantes de la ciudad presenta una agenda propia centrada en una ciudad de todos y de todas, actuando, también, como campo de experimentación social.

Palabras claves: estado, ciudad, movimiento social, espacio urbano, educación.

LISTA DE ABREVIACOES

ALCA	ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
CEB'S	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CIMI	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CUFA	CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS
CNBB	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CODEAMA	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS.
CORECON	CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
DCE	DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
FOP	FÓRUM DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRFIA E ESTATÍSTICA
LDO	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LOMAN	LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MANAUS
M.E.	MOVIMENTO ESTUDANTIL.
PDLI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO
PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PO	PASTORAL OPERÁRIA
PPA	PLANO PLURIANUAL
PROSAMIM	PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS
PSDB	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
RIMA	RELATÓRIO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
SEMOSB	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO BÁSICO E SERVIS PÚBLICOS
SINTEAM	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
SUFRAMA	SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANA DE MANAUS
UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UGPI	UNIDADE GESTORA DO PROGRAMA DOS IGARAPÉS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Delimitando a temática do estudo	17
Objetivos do estudo	17
Concepção de educação e cultura	18
Categoria central do estudo	19

Como o estudo está organizado	19
Procedimentos metodológico	21

CAPÍTULO I

1. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESTADO	26
1.1 A família como fundamento do Estado aristotélico	30
1.2 O medo como fundamento do Estado hobbesiano	32
1.3 O Estado civil: o saber como caminho para a liberdade	34
1.4 O Estado e a liberdade	37
1.5 O Estado de bem-estar-social: um investidor falido	41
1.6 Estado fundamentado nos pressupostos neoliberais	44
1.7 Estado e Movimento Social: algumas contradições	48
1.8 Sociedade Civil: um complexo processo de construção da hegemonia	50

CAPÍTULO II

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A EMERGÊNCIA DAS LUTAS SOCIAIS.....	58
2.1 Cidade: metamorfoses da imaginação	61
2.2 Urbanização: técnica de organização ou estratégia política?	64
2.3 A invenção do Brasil urbano	74
2.4 Amazônia: uma urbanização pretérita	76
2.5 Cidade na Amazônia: construção social das diferenças e desigualdades	78
2.6 Manaus, uma cidade feita de exceções.....	81

CAPÍTULO III

3. MOVIMENTO SOCIAL POPULAR (URBANO) E A EDUCAÇÃO....	100
3.1 O bairro de Petrópolis: O lugar da luta e a luta pelo lugar.....	106
3.2 Igarapé da Cachoeirinha: O povo em movimento ensina e aprende.....	109
3.3 O povo em movimento: a visibilidade do Movimento pela drenagem.....	115
3.4 Estabelecendo alianças: os aliados do movimento pela drenagem.....	121
3.4.1 A Igreja na Amazônia.....	121
3.4.2 A Igreja arma sua tenda em Petrópolis: a contribuição do trabalho pastoral para a organização do movimento popular urbano	126
3.4.3 Sem medo de ser feliz: O núcleo do PT de Petrópolis	130
3.4.4 O Alternativo de Petrópolis: uma experiência de educação popular	132
3.4.5 O Fórum do Orçamento Público Municipal de Manaus	134
3.5 Construindo o poder popular em Manaus	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Placa da obra de revitalização do Igarapé da Cachoeirinha. Trecho Codajás.....	87
Figura 02	Vista panorâmica da cidade flutuante.....	90
Figura 03	Desabamento entre as ruas Manicoré e Itacoatiara, bairro Cachoeirinha.....	95
Figura 04	Placa do Governo do Estado avisando que a ocupação da área é proibida	96
Figura 05	Mapa da divisão geográfica da cidade.....	99
Figura 06	Crianças tomando banho em poça d'água na área da obra do PROSAMIM.....	107
Figura 07	Demonstrativo de concentração média de metal no Igarapé do Quarenta.....	111
Figura 08	Família de moradores da comunidade do Igarapé da Cachoeirinha ...	112
Figura 09	Tabela da população residente	114
Figura 10	Protesto dos moradores do Igarapé da Cachoeirinha	115
Figura 11	Visita a Prefeitura de Manaus	116
Figura 12	Manifestação em frente ao escritório do PROSAMIM	120
Figura 13	Jornal “O Parafuso”	125
Figura 14	Procissão de São Pedro Apóstolo	127
Figura 15	Andor de São Pedro	128
Figura 16	Manifestação organizada pelo Fórum do Orçamento	136
Figura 17	Fluxograma de organização do movimento	140
Figura 18	Camiseta da Drenagem	142
Figura 19	Pintura “Eu quero a drenagem do meu Igarapé”	142
Figura 20	Comissão de moradores da Drenagem do Igarapé.....	143
Figura 21	Registro escrito da história do Movimento pela Drenagem	145

Figura 22	Jornal da Drenagem nº01	146
Figura 23	Jornal da Drenagem nº02	147
Figura 24	Lista de patrocinadores do Jornal da Drenagem	148
Figura 25	Carta consulta do PROSAMIM.....	150
Figura 26	Tabela de remanejamento dos moradores	151

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de três anos de pesquisa realizada na comunidade do Igarapé da Cachoeirinha, localizada no bairro de Petrópolis (Zona Sul) da cidade de Manaus, no trecho entre a rua Codajás e a rua J. Carlos Antony.

A escolha do tema, Movimento Popular e Práxis Educativa, não se constitui somente como uma preocupação de caráter científico, mas também está presente na história de vida da pesquisadora, é uma preocupação política de anos de luta.

Neste sentido, transformar em objeto de investigação um processo com o qual se está envolvida até o pescoço requer um esforço enorme. Definir uma abordagem teórica que abarcasse toda a complexidade do objeto e os anseios da pesquisadora, fazer os recortes necessários, estabelecer nexos, enfim, construir um caminho possível que

possibilitasse ao orientador e à orientanda uma viagem com a certeza da chegada a um porto seguro.

Assim definimos como meta de investigação: entender os movimentos sociais como instrumento possível na construção de um projeto de educação popular que se inscreva entre os que buscam a educação como uma ação política libertadora, que se difere de um projeto educativo que produz e reproduz as relações sociais e materiais de produção no âmbito das sociedades marcadas pelo modo social e histórico de produção capitalista.

No que se refere à cidade de Manaus ela é a imagem de um projeto de modernidade imposto pelo Estado-Nação, em um primeiro momento que não se efetivou. Hoje a cidade é um mero reflexo dos investimentos do capital internacional que continua desenhando uma modernidade pela metade, revelando uma incompatibilidade entre a tecnologia e a natureza.

Na década de 60 a criação do pólo industrial foi o grande atrativo utilizado pelos governos militares como estratégia de integração e desenvolvimento do território nacional.

Manaus, cidade que hoje chega ter aproximadamente cerca de 1.405.835¹ habitantes, recebeu migrantes de todos os lugares. Boa parte vindo do interior do Estado do Amazonas ou de outros Estados das outras Amazônias. São ribeirinhos, índios destribalizados, e, os refugiados do nordeste juntamente com os expulsos pela elite agrária das terras do Sul/sudeste chegam ao porto ou aeroporto de Manaus.

Nos escritos de André Araújo sobre as características psicossociais presentes no perfil do caboclo amazonense ele destaca a *cisma*, a *desconfiança*, o *silêncio*. Para (ARAÚJO, 2003, p. 152) a *cisma* e a *desconfiança* são:

[...] distâncias sociais que separam a gente da Amazônia dos homens que vem para a Amazônia. A sua afabilidade reservada, a sua acolhida fechada, que se caracterizam pela maneira de dar a mão, tocando simplesmente os dedos, demonstram que o homem planiciário dá a entender que é um marginado em sua própria terra.

Assumimos, como amazônidas, os atributos *desconfiança* e *cisma*, porém, o *SILÊNCIO*, este deixaremos lá no imaginário equivocado de todos aqueles que historicamente identificam os povos da Amazônia com a imagem do “conformado com tudo”, da docilidade inabalável e da ausência de capacidade de indignar-se ou a

¹ Dados do Censo Demográfico 2000.

dificuldade de organização sistemática. Durante muito tempo tais argumentos foram utilizados para explicar a desmobilização e os refluxos na organização dos Movimentos Sociais.

São várias as Amazônias, por isso, qualquer tipo de generalização pode incidir no risco de cometer os mesmos erros dos tantos que falam da Amazônia, e a retratam como homogênea. Aqui a Amazônia privilegiada é aquela dos Cabanos, da articulação revolucionária conduzida por grupos subalternizados pela sociedade regional e nacional, resultado dos problemas econômicos, políticos e sócio-culturais que se levantaram impulsionados por diversos motivos como; as questões agrárias, raciais e indígenas, como assinala Silva (1999), em um processo onde não houve espaço para o SILÊNCIO.

Ou ainda a Amazônia das lutas travadas pelas comunidades do trecho da BR 174 que denunciaram e combateram os impactos ambientais e sociais causados pela construção da Hidrelétrica de BALBINA. Fruto de uma política equivocada de geração de energia durante a década de 80.

A Amazônia revolucionária está para além do desejo daqueles que a querem silenciosa. A cidade de Manaus, por exemplo, foi e continua sendo palco de uma polifonia que vai dos trabalhadores do Porto de Manaus, industriários durante as greves organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos na década de 80 e 90, até os as intensas mobilizações de moradores para a ocupação de diversas áreas da cidade como, por exemplo, o bairro Zumbi dos Palmares, fruto de ocupação organizada por militantes de movimentos populares, liderados pela irmã Helena, religiosa católica da congregação das irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

Na década de 90 movimentos como o Fórum do Orçamento Público e as intensas mobilizações dos moradores em áreas alagadas na cidade tomam a dianteira do embate entre Sociedade Civil e Estado. O movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha vai assumir o importante papel de organização e promover a formação dos sujeitos envolvidos no processo. Uma educação que não tem mais como finalidade a ordem, ou a obediência cega ao Estado, mas tem como foco a construção da cidadania.

[...] Portanto, a educação na atual LDB pode acontecer nos mais diferentes espaços humanos: na escola, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas associações comunitárias etc. Em qualquer destes campos, haverá sempre um processo de aprendizagem que, dependendo dos atores, poderá contribuir com a formação do cidadão.(CASTRO & SILVA, 2003, p.05).

Romão (2000) situa que a educação deve tomar um sentido amplo e inscrever-se como Educação Popular, dentro das lutas pela democratização da escola pública, ampliação do acesso, como parte do sistema regular de ensino, respeitando a necessidade de formação das comunidades.

Os movimentos sociais organizados têm produzido intensos debates sobre a importância da relação Estado/Sociedade civil. Objetivamente, foram formuladas metas para o Plano Nacional de Educação - proposta da sociedade brasileira - na defesa da progressiva extensão da educação básica para toda a população excluída, entendendo a Educação de Jovens e Adultos e a erradicação do analfabetismo como prioridade social e dever do Estado, em articulação com outros segmentos da sociedade civil. Contudo, o PNE aprovado (proposta do MEC) pouco incorporou destas propostas.

Atualmente, as discussões sobre a Educação Popular, remetem a três sentidos básicos: Educação Popular, como a destinada àqueles que não tiveram oportunidade educacional em idade própria ou não a tiveram de modo suficiente, diretriz seguida pelas iniciativas oficiais, percebendo escolarização/suplência; a educação destinada às camadas populares, aqui incorporando, também, as iniciativas dos movimentos sociais populares e, ainda, a educação das séries fundamentais, extensivas a toda a população.

Para Gadotti (2000), há duas tendências principais na formulação do projeto educativo brasileiro: a maniqueísta, que não admite o Estado como parceiro da Educação Popular e a integracionista, que propõe a colaboração entre o Estado, Igreja, empresariado, sociedade civil, traduzida em dois eixos: como extensão da escola das elites para toda a população e outra que quer nova qualidade para a escola popular.

Delimitando a temática do estudo

Educação tem sido, para muitos, uma palavra com significado meramente simbólico. Resiste, contudo, a qualquer tentativa de compreensão que a transforme em fórmula abstrata ou mesmo vazia. Sua etimologia remete ao grego *paidagogein* ou ao latim *educare*, como algo intrínseco às *relações humanas e sociais* ou, mais precisamente, como *um ato de apropriação da cultura*. É tema de uma ampla interpretação, assim como cultura.

A cultura é entendida como expressão da criação humana, fruto de complexas formulações, e dinâmicas até certo ponto universais que o homem vem apresentando, historicamente, no trato com a natureza material e suas lutas para a sobrevivência.

Nesses processos, o homem descobriu a sua capacidade de aprender estabelecendo, nesse momento, o *fato pedagógico*, isto é, a condição de aprendizagem que traz consigo e que continua em desenvolvimento, com maior velocidade que qualquer outra espécie animal.

A educação realiza-se de modo *espontâneo*, em qualquer lugar. Acontece de maneira *reflexiva ou sistemática* quando se definem técnicas apropriadas na busca de se obter melhor rendimento educativo (a teoria pedagógica). Entretanto, a operacionalidade (preceitos e leis) e as opções de técnicas ou metodologias desse processo educativo sistematizado são demarcadas por uma *política de educação*.

Objetivos do estudo

Objetivo Geral

Conhecer o processo de mobilização popular desenvolvido na experiência da comunidade do Igarapé da Cachoeirinha como um processo educativo/emancipatório entre os envolvidos na ação.

Objetivos Específicos

Compreender a dimensão popular marcada pelo pensamento pedagógico desenvolvido na experiência do igarapé da cachoeirinha.

Refletir sobre a medida de realidade oferecida pelos saberes do povo em movimento.

Analisar o alcance da Educação numa perspectiva popular no âmbito do movimento social urbano.

Concepção de educação e cultura

É nesse sentido que cabe refletir sobre o direcionamento desejado para os processos educativos: *onde se deseja chegar com essa teoria pedagógica, gerada dos fatos pedagógicos e permeada de uma política de educação, voltada às maiorias sociais? Qual é a educação que interessa às classes trabalhadoras, no que se refere aos valores democráticos?*

Ora, o significado de educação, também, não pode prestar-se para absorver qualquer experiência como se fosse educativa e, muito menos, do interesse dos oprimidos. Há, inclusive, um tipo de experiência que se diz *popular*, mas que busca, através de outras técnicas, promover a reflexão do *silêncio* nas mentes das classes despossuídas da sociedade, roubando-lhes a sua inerente capacidade de indignação.

A condição de aprender - o ato pedagógico - terá maior adequação ao expressar a relação do humano com o mundo, baseada nas dimensões do *trabalho*. Este é o ponto de partida que parece necessário para uma educação que se pautar pelos interesses das maiorias, considerando que o trabalho é a fonte de sua existência. O significado da anterioridade do mundo em processos educativos fundamenta-se no aspecto de que o conhecimento, a partir das coisas concretas, pode incitar as forças humanas à promoção de mudanças.

Uma teoria pedagógica será convidativa ao expressar a concepção pedagógica que reflete sobre as epistemologias mais apropriadas para um melhor aproveitamento educativo. Essas epistemologias ajudarão a pensar, agir e descrever o mundo, com base nas relações humanas e o próprio mundo, como expressão dialética de um movimento de análises e novas sínteses que externarão, possivelmente, através da história e da crítica, os anseios gerais ou locais das transformações necessárias. É uma relação de síntese do sujeito com o mundo; uma leitura assentada na história e instigada pelo exercício da crítica ao outro e a si mesmo.

Políticas de educação, por outro lado, traduzidas em leis ou preceitos, reclamam as muitas possibilidades de organização dos trabalhadores e a promoção da cidadania (crítica e ativa), dando ênfase aos processos de participação em toda a dimensão da vida. É a revelação dos espaços sociais, como a casa, a escola, a comunidade e a cidade, tornando-os efervescentes ambientes de solidariedade, mas não de uma solidariedade

que alimenta a dependência ou que retira direitos para ter a chance e proporcionar a esmola, mas a solidariedade como pressuposto do socialismo.

As ações em políticas de educação podem conduzir para um novo agir político, indo além da *razão instrumental* apegada aos fazeres do dia-a-dia, simplesmente. Devem ir ao encontro de outra *razão* que promova a comunicação através do diálogo, definida em contraponto aos modelos autoritários e opressores da tradição secular, acompanhada de princípios éticos valorizadores do humano e não das coisas, educando para uma nova estética política e, assim, estabelecendo outros patamares de civilização. Patamares educativos, lembrando Paulo Freire, que espantem o medo da liberdade, da igualdade e da felicidade.

Categoria central do estudo

Neste estudo privilegiamos a cidade como o lócus de observação desse processo, pois são nos centros urbanos que passam a ter uma centralidade como luta popular mais organizada, seu caráter policlassista destacando uma noção de um novo sujeito histórico estruturante, o povo, resignificando os sentidos das práticas populares.

Como o estudo está organizado

Entender os processos do *ato* pedagógico apresenta-se como um desafio da pesquisa. Nessa perspectiva o primeiro capítulo busca refletir acerca das formulações clássicas e modernas do conceito de Estado, suas metamorfoses, sínteses e antíteses, pois tais contribuições teóricas permitirão o entendimento das relações estabelecidas entre o movimento social organizado e o Estado, seus limites e suas contradições, uma

vez que nessa dinâmica as duas estruturas apropriam-se de instrumentos uma da outra, assim como a relação da organização popular e a cidade.

O primeiro capítulo do estudo versa, ainda, sobre a relação entre os Movimentos Sociais e a Educação, a o movimento como uma escola de organização não-formal, mas como uma possibilidade educativa veiculada e incentivada tanto pelo Estado como por setores da sociedade civil – sindicatos, partidos políticos, organizações não-governamentais, igrejas e outras instituições – pois, tal prática tem despertado maior interesse como ferramenta de luta, a partir do início do século passado, na organização de setores das classes trabalhadoras.

A educação se constitui como componente necessário nessa busca de superação dos padrões estabelecidos pelo modo de viver do sistema capitalista. Ao assumir uma orientação para tais valores, esta passa a cobrar conteúdos e metodologias adequados ao incentivo de suas características. Uma educação voltada aos desejos e interesses dessa maioria da população; uma educação voltada ao popular.

Contudo, não há uma homogeneidade em se falar sobre educação popular, ao discutir as políticas da educação popular no país. Esse estudo aponta suas diferenciadas possibilidades, destacando a experiência de Paulo Freire e a educação popular veiculada pelo Estado. A educação popular pode se prestar para a contribuição à qualidade de vida das pessoas podendo, também, ser exercida por meio de um discurso e uma prática libertadora ou voltada às dimensões de uma economia promotora de solidariedade.

A análise é fundada em uma diversidade de concepções de autores, dentre os quais podemos destacar Mellucci (2001), Gohn (1991), (1995); (2001), (2003), Kovarick (1994), (1985), Jacobi (1993), e outros que discutem sobre os movimentos sociais. Quanto ao seu aspecto conceitual e, particularmente, quanto ao seu projeto de mudanças dentro ou para além das condições societárias contemporâneas e sua relação direta e simbiótica com a educação.

Para esta última reflexão relaciona-se Aristóteles (2004), Montesquieu (2004), Rousseau (2001), Kosik (2002), Gramsci (1979) e com a intenção de dimensionar as diferentes intencionalidades que estão presentes no projeto de educação das classes dirigentes.

No segundo capítulo tratamos das concepções sobre o conceito de cidade, sua construção teórica e como uma importante expressão da própria materialidade do sistema capitalista, pois é lá, na cidade, que eclodem todas as manifestações de participação social e política. É discutido também os processos constitutivos da cidade

na Amazônia. Manaus é tomada como o “lugar” da centralidade do estudo, pois é nos aglomerados humanos que são viabilizados a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema de acumulação capitalista. Tratamos da formação da cidade de Manaus, suas particularidades e generalidades, as implicações dos ciclos econômicos, utilizando-nos da historiografia para a compreensão desses acontecimentos, a trajetória dos movimentos sociais urbanos, os instrumentos de intervenções desenvolvidos pelos movimentos.

Investigar a natureza dessas contradições passa a ser essencial para a explicação da emergência e empoderamento dos movimentos sociais. Entender a cidade e mapear as estratégias do ponto de vista do capital e dos grandes projetos, percebendo o rearranjo causado pelas relações sociais, torna-se condição ímpar para entender os processos políticos e, portanto, pedagógicos que estão imbricados nessa dinâmica.

No terceiro capítulo, elegemos a experiência do Fórum do Orçamento Público, as contribuições da Igreja Católica na Amazônia para a organização do movimento popular, o Partido dos Trabalhadores e o Cursinho Alternativo de Petrópolis para compreender como surgiu o Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha, a formação das lideranças, as estratégias e as forças sociais organizadas que aglutinam tais sujeitos, pois se torna condição indispensável para desvendar como o Movimento pela drenagem favorece uma metodologia para pensar a cidade que, como toda cidade capitalista, determina seus espaços de segregação e privilégios.

Só por essas razões o estudo já se justifica, mas o fundamental é porque essa cidade não é qualquer cidade, ela é o nosso espaço de reprodução de nossas relações e como toda cidade traz em si o espírito de seus habitantes. Ela tem o nosso espírito, nosso corpo de tradições, os sentimentos organizados e principalmente os sonhos.

Em outras palavras ela não é uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais daqueles que a constroem, sendo assim um produto da natureza e particularmente da natureza humana.

O enfoque do terceiro capítulo do trabalho pretende investigar a dimensão educativa e emancipatória contida na experiência organizativa dos moradores do igarapé da Cachoeirinha, no período de 1997-2005. A utilização teórico-metodológica será o Materialismo Histórico em sua abordagem dialética para compreensão dos limites e possibilidade de experiência, buscando articular o local e o global.

Procedimentos metodológicos

Essa concepção teórica, política e metodológica, ou seja, o Materialismo Histórico, tem por base a compreensão do desenvolvimento processual, real da produção, ou seja, a análise parte da produção material e imediata da vida e:

Marx e Engels (2002).

[...] concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc. (p.35).

É uma abordagem válida para essa pesquisa pelo fato de não explicar a prática segundo a elaboração das idéias, mas concebe as idéias como uma elaboração a partir da prática material, onde as circunstâncias fazem o homem e vice-versa.

Para Marx e Engels a totalidade é exatamente a soma das forças produtivas, de capitais, de modos de relações sociais, que a sociedade encontra como elementos existentes que constitui verdadeiramente a base concreta da representação filosófica, de substância e essência do homem.

Segundo Silva (1996) a dialética materialista histórica é mais que uma concepção ou uma postura é um método e uma própria práxis, ou seja, a teoria + ação, uma reflexão em função da ação para transformar a realidade. Usaremos aqui a sistematização que adota a fusão entre o Materialismo Dialético como método de exposição e organização das informações pesquisadas e o Materialismo Histórico como método de pesquisa.

[...] é importante enfatizar que a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa 'doutrina' ou numa espécie de suma teológica. Não se pode constituir numa camisa-de-força fundada sob categorias gerais não-históricas. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente. (FRIGOTTO, apud, SILVA, 1996, p.41).

O estudo será realizado, também, através de um levantamento bibliográfico e pesquisa documental: Portarias, Ata de reuniões, RIMA do PROSAMIM, matérias publicadas em jornais, assim como entrevistas com moradores do bairro. O grupo

observado na investigação proposta é o grupo que se constitui como liderança do Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha entre 1997 a 2005. Foram realizadas entrevistas, de registro sonoro, com o consentimento de todos os entrevistados, do movimento pela drenagem entrevistamos apenas as lideranças.

Utilizamos a transcrição direta para as que foram citadas no corpo do trabalho, optamos pela fidelidade da fala dos entrevistados, não interferindo no discurso. Para resguardar o sigilo da identidade dos entrevistados adotados nomes fictícios.

Acompanhamento das assembléias, sessões da Câmara Municipal de Manaus, investigação da história do bairro, de acordo com quadro esquemático abaixo:

Denominação		Descrição	Perspectiva de análise predominante
Análise de material documental		Compilação e análise de documentos escritos, visuais e audiovisuais. Ex: Jornais, atas, vídeos, músicas, panfletos, fotografias, pinturas, etc.	Possibilidades de análises que vão desde a obtenção de indicadores quantificáveis até a análise de categoria e a análise do discurso.
Observação Participante		Coleta de informação a partir da percepção de um agente externo que implica no sucesso observação e na interação com os atores.	Qualitativa e vinculada à perspectiva etnográfica, contendo diferentes perspectivas.
Entrevista		Obtenção de informação a partir de uma interação comunicativa dialógica entre o investigador e os sujeitos investigados.	Possibilidades de análises qualitativa e quantitativa dependendo do grau de estruturação da interação.
Auto-informes	Questionários	Coleta de informação a partir do registro por escrito das respostas que dá um sujeito a um conjunto preferido de perguntas.	A própria técnica pretende gerar uma informação reduzida e condensada, é suscetível a um amplo campo de possibilidades de análises qualitativa e quantitativa.
	Auto-registros	Coleta de informação escrita por parte do próprio sujeito investigado. Sua produção dentro de um contexto. Ex: camisetas, palavra de ordem, canções, pinturas, etc.	Vinculadas tanto ao estudo de caso como a um amplo conjunto de possibilidades de análises quantitativos e qualitativos.

Por isso, a análise vai partir das observações da prática cotidiana dos sujeitos para compreender o processo educativo do povo em *movimento*. Busca compreender, também, as inúmeras crises produzidas pela expansão do sistema capitalista que implicam diretamente na precarização das relações comerciais. Essa compreensão de totalidade viabiliza o entendimento das relações sociais, em âmbito geral e educacional, em particular, na cidade de Manaus.

Busca também tratar de questões epistemológicas como as do próprio conceito de Movimento Social e as teorias a seu respeito. A postura metodológica utilizada adota o paradigma marxista. Segundo Gohn (2004), centra-se no estudo de processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre diferentes classes sociais. Utilizamos categorias básicas construídas como: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, interesse de classe, Estado e etc.

Com relação ao Movimento Social tratamos noções e conceitos desenvolvidos como: Experiência coletiva, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimento social urbano e etc.

Entender a organização popular como exercício do poder e posteriormente da própria organização do saber, é um dos eixos de análise:

O saber sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar que tu dizias; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato, o conhecimento' se dá à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, estão (portanto) aprendendo e tendo esperança.' (FREIRE & NOGUEIRA, 1989 p.25).

Neste cenário, apresentamos como questões norteadoras:

Em que medida a dimensão popular marca o pensamento pedagógico desenvolvido nesta experiência?

Qual a medida de realidade oferecida pelos saberes do povo em movimento?

Quais os alcances da Educação numa perspectiva popular no âmbito do movimento social urbano?

Como eixo da pesquisa proposta, problematizamos:

O processo de mobilização popular desenvolvido na experiência da comunidade do Igarapé da Cachoeirinha contribui para o processo educativo/emancipatório dos envolvidos?

Para transformar a escola e fazer valer o interesse da maioria trabalhadora, o movimento não só educa, mas também politiza as pessoas, no sentido de exercitá-las, no conhecimento de seus direitos e nos processos de participação, exigência e conquista de melhores condições de vida (FREIRE & NOGUEIRA, 1991 p.62).

Os estudos apresentados parecem apontar para a necessária vinculação da Educação Popular com as tentativas de escolarização/participação/cidadania plena na sociedade, sendo um dos desdobramentos das lutas do movimento social popular

urbano: a transformação do projeto de escola formal, para a educação pública, democrática e popular.

Utilizaremos a categoria “exclusão” dentro da orientação apontada por Castel (1997) quanto aos cuidados do uso e abusos do termo. Sua utilização tem início com maior vigência no início dos anos 90 na França, espraia-se pela mídia, ganha presença cativa nos discursos políticos embalados por uma crise que deixa três milhões de desempregados, revelando um desgaste no setor social dos governos socialistas.

A exclusão passa a ser a “questão social” por excelência. Tema utilizado tanto pela direita como pela esquerda. Divulga a idéia de que é necessário fazer uma substituição ou reserva quanto ao termo, ou melhor, o uso controlado dele.

[...] Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém.[...] de tanto repetir a ladainha da ausência. Isto por uma razão de fundo: os traços constitutivos essenciais das situações de “exclusão” não se encontram nas situações em si mesmas. (CASTEL, 1997, p.19).

Esta pesquisa pretende adotar como perspectiva a defesa da construção de uma escola pública popular. Entende que o sistema público de assegurar a extensão da escolaridade para todos, garantindo mecanismos democráticos que potencializem a permanência e a qualidade da educação, integrando a comunidade com os movimentos sociais populares na defesa da identidade dos grupos socialmente excluídos.

Capítulo I

1. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESTADO

As contradições permeiam constantemente a idéia de Estado que ora surge como Leviatã², ora como um empreendedor falido. Talvez as interpretações anacrônicas realizadas sobre o processo de transformação da realidade habitem na insistência de basear nossas experiências sócio-históricas nas dos países centrais, pois ainda que não queiramos:

[...] continuamos analisando os processos de transformação social do fim do século XX com recursos e quadro conceituais desenvolvidos no século XIX e adequados aos processos sociais então em curso. (SANTOS, 20005, p.116).

² . No livro de Jô o Leviatã é apresentado como um monstro de sete braços e sete pernas. Hobbes utiliza a figura para explicar a complicada trama que é o Estado capitalista desde a sua configuração como Estado moderno.

Frigotto (2001) aponta uma debilidade teórica das forças filiadas à utopia socialista que historicamente se colocaram como instrumentos de superação das relações sociais e capitalistas, terem provocado uma dispersão dos intelectuais marxistas.

Mesmo assim recorreremos à teoria crítica para situar a pesquisa e compreender as relações existentes entre a teoria e o Estado Capitalista, investigando o campo educativo e, dos movimentos sociais, com o objetivo de entender as metamorfoses e as possíveis implicações de uma sociedade pós-industrial, explicitada pelo novo paradigma científico pós-moderno, pós-crítico, pós-estruturalista e neoliberal.

A perspectiva adotada não ignora a crise, pois as categorias analíticas acabam não dando conta da realidade uma vez que esta tem se revelado como multifacetada e complexa. Resulta, como explicita Frigotto (2001), da transformação na materialidade das mediações e das determinações constitutivas das relações.

Por isso, o referencial teórico que se estrutura como crítica radical do capitalismo, só vai se exaurir com a superação efetiva das próprias relações capitalistas. Acontece que a “crise dos paradigmas” vai se estabelecer como tema recorrente em todos os fóruns de discussões e, sobretudo nas Ciências Sociais, alcançando páginas e páginas dos vários trabalhos de pós-graduação (ver banco de teses da CAPES) revela, mesmo que de maneira disfarçada, pela mesma razão, uma crise nos referenciais teóricos da ciência burguesa presentes em escritos como os de Hayek (1987).

Isto explica o retorno, com uma nova roupagem, das concepções do liberalismo conservador ou liberalismo clássico que adota a liberdade de mercado como o único caminho à prosperidade, criticando as políticas igualitárias, dizendo que estas conduzem à servidão.

A opção em utilizar o Método Dialético é por este conseguir ir à raiz da condição humana, na sua construção histórica, no interior das relações produzidas pelo capital. Nesse caso, afirmamos que o Materialismo Histórico apresenta-se como instrumental teórico mais apropriado para entender as categorias articuladas no presente estudo.

Não significa dizer que exista desconhecimento de outros referenciais críticos, ou ainda a ingenuidade de não perceber que historicamente outras teorias que têm no seu escopo intensos embates interpretativos da realidade, por diferentes grupos ou

frações da classe dominante e seus intelectuais orgânicos, por exemplo, os funcionalistas e positivistas.

Não utilizamos estes pressupostos teóricos acima referidos pelo fato desses perceberem os problemas da realidade concreta como, as desigualdades, apenas como disfunções ou uma mera consequência.

Mesmo parecendo, sem a lente de pesquisadora, estar óbvio, é preciso um esforço para compreender a realidade, uma força que é caracterizada pela superação da natureza, pois o homem sempre pode ver além da realidade objetivada.

Mas tal esforço só é possível dentro de um movimento dialético e não diletante, um “detour”. Como escreve Kosik (2002) o homem pode perder-se ou ficar no meio do caminho.

[...] Como as coisas não se mostram ao homem diretamente tal qual são como o homem não tem a faculdade de ver as coisas diretamente na sua essência, a humanidade faz um detour para conhecer as coisas e a sua estrutura. Justamente porque tal detour é o único caminho acessível ao homem para chegar à verdade, periodicamente a humanidade tenta poupar-se o trabalho desse desvio e procura observar diretamente a essência das coisas (o misticismo é justamente a impaciência do homem em conhecer a verdade). Com isso corre o perigo de perde-se ou de ficar no meio do caminho (KOSIK, 2002, p.27).

Para não ficarmos no meio caminho seguiremos a trilha segura de marcos tradicionais (conservadores ou não), para marcar o caminho de volta, pois a reflexão se estabelece em um movimento de ir e vir, onde a contribuição dos pensadores clássicos é utilizada como uma espécie de bússola teórica.

Por isso, é importante salientar que algumas concepções de autores como Hobbes, Aristóteles, Montesquieu não ancoram a concepção de homem e de história usadas para abordar o objeto da pesquisa. São importantes para situar o leitor dentro de uma cronologia de abordagens acerca dos conceitos tratados neste estudo.

A reflexão sobre a constituição do Estado moderno segue, necessariamente, pelo esforço para compreender o conjunto de leis que passam a dirigir a relação entre governantes e governados.

Além de seus desenvolvimentos históricos, o Estado é estudado em si, em suas estruturas, funções e elementos constitutivos, mecanismos, órgãos, etc, como um sistema complexo.

A investigação a respeito do Estado habita entre duas disciplinas, a Filosofia Política e a Ciência Política. Trata-se de uma estratégia para entender a ação do Estado atual no caso da retirada dos moradores da comunidade da Cachoeirinha.

[...] da melhor forma de governo ou da ótima república; b) do fundamento do Estado, ou do poder político, com a conseqüente justificação [...]. c) da essência da categoria do político ou da politicidade, com a prevalente disputa sobre a distinção entre ética e política. Estas três versões da filosofia política são exemplarmente representadas, no início da idade moderna, por três obras que deixaram marcas [...]: a utopia de More (1516), o desenho da república ideal; o Leviatã de HOBBS (1651), que pretende dar justificação racional e, portanto universal da existência do estado e indicador das razões pelas quais seus comandos devem ser obedecidos; e o Príncipe de MAQUIAVEL (1513), no qual ao menos numa de suas interpretações [...] (BOBBIO, 1995, p.55).

Já no campo da Ciência Política é entendida como uma investigação na esfera da vida política, que venha a satisfazer as três condições:

[...] O princípio de verificação ou falsificação como critério de aceitabilidade dos seus resultados, b) o uso de técnicas da razão que permitam dar uma explicação causal em sentido forte ou mesmo em sentido fraco do fenômeno investigado; c) a abstração ou abstinência dos juízos. (BOBBIO, 1995, p. 56).

O Estado é entendido como ordenamento político de uma comunidade primitiva surgindo, portanto, da dissolução da comunidade primitiva estabelecida pelos laços de parentesco e da formação de comunidades mais complexas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna e externa.

Quanto à organização, são vários os elementos que devem ser levados em consideração, para fazer a distinção de concepções de Estado. É possível distinguir vários modos de Estado à base de dois critérios principais: o histórico e o relativo à maior ou menor expressão do Estado em detrimento da sociedade.

A seqüência a ser utilizada aqui se restringiu, primeiramente, à figura do Estado Feudal, caracterizado, principalmente, pelo exercício acumulativo de diversas funções diretivas por parte das mesmas pessoas e pela fragmentação do poder central em pequenos agregados sociais.

Depois, o Estado burocrático caracterizado pela progressiva concentração e pela especialização das funções do governo. Seguindo um ordenamento metodológico, centramos a reflexão no Estado capitalista de estilo neoliberal nas suas múltiplas vertentes.

O modelo de Estado autoritário tem relação com as idéias de Platão. Para o filósofo grego, o Estado seria a concentração da idéia do bem e o centro do acontecimento dentro da sociedade, sendo configurado como portador da verdade, garantindo que vai agir em vista dos interesses gerais.

Dentro dessa maneira, cabe destacar que, alguns indivíduos podem chegar ao estágio da sabedoria, por isso o Estado precisa esforçar-se para tornar isso possível. Desse modo o conhecimento adquirido ou desenvolvido transforma-se em padrão para toda a sociedade. Neste sentido, o Estado é visto como essencial para o desenvolvimento do indivíduo que está sob o seu poder.

Na obra “Política” de Aristóteles, não existe a possibilidade de igualdade, já que o indivíduo se diferenciava na capacidade. Os indivíduos mais capacitados naturalmente estavam destinados ao mando, a serem líderes, ocupando cargos num Estado que passa a funcionar como uma espécie de tutor da sociedade civil.

No modelo acima referido os cidadãos são tratados como incapazes de compreender os problemas políticos, necessitando do norte dado pelo Estado, para conquistar o bem-comum.

É identificado, na gênese do Estado, seu caráter centralizador e disciplinador do espírito e da vida social, tornando-se fonte do direito (norma, coação, punição), traduzindo assim sua face violenta.

Essa face é correspondente aos mecanismos de padronização de comportamento, de vigilância, de coerção, de desvios sociais, expressos através de instituições contemporâneas como o legislativo, o judiciário, o exército e a polícia, assumindo assim o monopólio da violência, inclusive com a violência física Bobbio (1995).

1.1 A família como fundamento do Estado aristotélico

Aristóteles era discípulo de Platão. Ele funda o Liceu para contrapor-se à Academia, instituição dirigida por Platão. Desenvolve, também, a lógica formal.

Para Aristóteles, o Estado estava fundado nos princípios da natureza e ele entende que a família é a base da organização da sociedade. Ele utiliza o termo política para dar um sentido único ao termo: a ciência da felicidade humana.

A felicidade em Aristóteles pode ser entendida como uma maneira de viver, o meio que circunda o homem, seus costumes e as instituições adotadas pela comunidade à qual ele pertence. Porém, a concepção de Aristóteles sobre o Estado baseava-se na exclusão da maioria da população.

A obra de Aristóteles trata da composição da cidade, escravidão, família, riquezas e faz críticas às teorias da República de Platão. Ele analisa não só Atenas, mas também outras cidades e regimes políticos distintos. Procura idealizar qual o modo de vida mais desejável para a cidade e os indivíduos. Por fim, fala dos objetivos da educação.

Para ele, a troca é a mais adequada maneira de organização do comércio, pois não fere a natureza e a diversidade de bens que pode ser adquirido e é ilimitada. Já o acúmulo de riquezas, por meio da moeda cunhada, fere a natureza, pois a possibilidade de obter o que se quer é restrita.

Quanto às formas de poder Aristóteles identifica três: Paterno, Despótico e Político. Diz que estão enganados aqueles que pensam que os governos são os mesmos, pois um governo político não é a mesma coisa que um governo tirânico ou aristocrático. O governo pode ser exercido de três maneiras por um só homem, por poucos ou por muitos.

O bem comum seria o objetivo de um governo reto ou puro, os governos que se desvirtuaram ou depravaram-se agem somente para atender os interesses de alguns.

Aristóteles desenha uma tipologia de formas de governo, uma organização dos homens onde a monarquia era o governo de um só; aristocracia o governo dos melhores e o democrático seria o governo da maioria do povo.

Mas, todas as organizações possuíam as deformações causadas pelo próprio homem: a tirania era a manifestação perversa da monarquia e da aristocracia.

A oligarquia beneficia os interesses particulares, os do tirano e o do grupo que detêm o poder, marginalizando o bem público.

A democracia está sujeita à influência dos demagogos, que constantemente incitam o povo contra os possuidores de bens, causando tentativas revolucionárias.

Para ele o regime ideal seria o misto, um provável equilíbrio entre a força dos ricos e o número de pobres. Ele, Aristóteles, chamava de *mediania*, ou seja, a classe

média, aquela que atenua os conflitos, entre ricos e pobres, dando estabilidade à organização social, *Timocracia*, exercido pelos cidadãos proprietários de algum patrimônio e governaria para o bem comum; *Polítia*, governo da maioria, mas regido por homens selecionados segundo a sua renda que ele classifica entre instituições retas.

Na obra Política, Aristóteles enfatiza os regimes políticos que existiam, que eram concretos, diferente de Platão, que manifestava o interesse pelo idealizado. O método aristotélico, empírico e detalhista, influenciará Maquiavel, Hobbes e Montesquieu.

Aristóteles compara os regimes políticos com a regularidade dos ventos. Ele diz que existe uma constância no soprar deles; sempre para o Norte ou para o Sul. As formas políticas algumas delas são permanentes, tais como a monarquia, a aristocracia e a *politéia*.

A noção biológica das espécies físicas serve de sugestão à doutrina metafísica das diferentes naturezas que se movem circunscritas às potencialidades. Assim o espírito conservador de Aristóteles produz, justifica e defende, por exemplo, a escravidão com base na própria natureza.

Para esse autor, assim como o universo físico estaria formado por uma hierarquia inalterável, segundo a qual cada ser ocupa, definitivamente, um lugar que lhe seria destinado pela Natureza.

Assim também o escravo teria seu lugar natural na condição de “ferramenta viva”. O conceito de escravo para Aristóteles consiste em:

Aquele que a si mesmo não si pertence, porém pertence a outro, e, contudo, é um homem [...]. Ora se um homem é de outro, é algo possuído, ainda que seja homem. E uma coisa possuída é um instrumento de uso, separado do corpo a que pertence. (ARISTÓTELES, 2004 p. 17).

A família, para Aristóteles, é o berço de uma sociedade harmônica, pois é lá que o homem aprende a ser obediente, onde a arte da economia doméstica pode ser desenvolvida. A arte de adquirir bens precisa estar em consonância com a natureza.

A importância da família na formação do cidadão é a grande tônica, pois a educação tem um papel fundamental, ela é função da família, pois é lá que o indivíduo aprende a ser cidadão, para uma sociedade que busca o bem comum e a harmonia. Aponta, assim a necessidade de uma família equilibrada.

O soberano nascia destinado ao poder do mando, o fato de nascer homem em uma família estruturada, era sinal de que ele era um bom governante capaz de promover o bem comum e atender às necessidades dos cidadãos. “Estado é uma associação de homens com capacidade para suprir à sua existência”. (ARISTÓTELES, 2004 p. 39).

Se para Aristóteles a cidade era o lugar por excelência da prática da felicidade humana, também era a polarização de forças e conflitos de interesses: de um lado estava os pobres (pró-democráticos) X ricos (oligarquia).

O Estado aristotélico é a expressão da obediência, do respeito pelas leis da natureza que por sua vez inspiram as leis dos homens, a prudência e a virtude precisavam residir não só naqueles que nasciam com poder de mando, mas também naqueles que nasciam para obedecer, ou seja, um Estado excludente por natureza onde era impensável a participação popular.

Aristóteles condenava as guerras com a submissão de outros povos “bárbaros” às leis gregas, ele dizia que estes povos eram incapazes de compreender a política grega, portanto, a conquista seria inútil.

1.2 O medo como fundamento do Estado hobbesiano

De acordo com alguns filósofos do século XVI e XVIII, a origem do Estado e de uma sociedade reside no contrato. Esses pensadores chamados de contratualistas diziam que os homens sozinhos viveriam naturalmente sem poder e sem organização e somente depois surgiria um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política, ou seja, o contrato só seria possível quando houvesse noções que nascentes de uma longa experiência da vida em sociedade.

Thomas Hobbes (1588-1679) filósofo inglês do século XVII será um desses filósofos, seu pensamento é marcado pelo empirismo e racionalismo, cresceu em uma Inglaterra constantemente ameaçada pela invasão da Espanha. Sua contribuição reside no rompimento com o pensamento aristotélico da idéia do “homem bom por natureza”.

Portanto, da suposição de que o Estado seria uma obra perfeita, se os seus cidadãos fossem perfeitos. O mito do homem sociável por natureza impede de identificar onde está o conflito e, conseqüentemente, de resolvê-lo.

Hobbes vai ficar no meio do fogo cruzado uma vez que sua obra irrita profundamente os monarquistas por que fala de um contrato social e também aos parlamentaristas por que prega o absolutismo. Para ele a única saída para conter as guerras e garantir o pacto, era o Absolutismo. Mas não entendia o Absolutismo como uma determinação divina como, os teólogos políticos, mas como uma exigência do pacto.

Para Hobbes o soberano seria: 1) Toda fonte legisladora; 2) Ele não precisaria dar satisfação de sua gestão nem mesmo a Deus; 3) A obediência a ele deve ser total, a não ser que ele se torne impotente para assegurar a paz durável e a prosperidade. Mas para cumprir todas as suas tarefas ele precisava concentrar todo poder em suas mãos.

[...] Estado instituído é quando uma multidão de pessoas concorda e pactua que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles – ou seja, de ser seu representante-, todos, sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens. (HOBBS, 2003, p. 132).

Para compreender o pensamento hobbesiano acerca do Estado é necessário entender sua noção de homem natural, para ele este não é um selvagem, mas é o mesmo homem que vive em sociedade. É pessimista com relação a esse homem.

Para Hobbes o homem não muda de acordo com o tempo, ou a História, a vida social, ou seja, a História não é entendida como um processo capaz de transformar os homens.

O homem natural é aquele que vive no estado de pleno gozo de suas paixões. Atitude esta que o deixa cego, a ponto de não perceber o seu semelhante, tornando desse modo todos rivais em potencial, fazendo com que a guerra se generalize, baseada em suposições, pois as disputas residem nos objetos de desejo, quando o homem se acha tão igual ao outro a ponto de querer a mesma coisa, o homem tem uma concepção vaidosa da própria sabedoria.

Por isso, segundo esse pensador a democracia seria um desastre, pois essa é a raiz de todos os males, causadora da discórdia, pois não faz com que a atitude mais razoável para cada um, seja de atacar o outro, ou para vencê-lo, ou simplesmente para evitar um possível ataque.

De acordo com esse pensamento a finalidade do governo seria reforçar a lei garantindo seu cumprimento em salvaguardar o pacto social. Por isso era indispensável um governo que fosse seguido por todos os componentes do corpo social. Isto haveria de precisar que o governo tivesse toda a força, porque, somente assim, seria capaz de corresponder à sua finalidade, de ser exercido despoticamente. Pois, levando em consideração o desejo de ultrapassar a todos, presente em cada um, sempre existiram pessoas que acreditando saber mais do que as outras desencadeassem guerras civis a fim de tomar o poder só para elas.

Era necessário um Estado forte que garantisse a convivência entre os homens e que protegesse o homem dele mesmo, utilizando inclusive a força física. A liberdade e a igualdade também são tratadas por Hobbes, mas essas não como valores, concepção atribuída ao pensamento de Rousseau, inspirador da Revolução Francesa.

A igualdade, para Hobbes, é vista como uma das causas dos conflitos entre os homens, por isso, é necessário que seja combatida. Quanto à liberdade, esta seria regulada, ou seja, o cidadão é livre desde que não infrinja as leis.

Hobbes, com relação à liberdade, estabelece um diálogo com a física newtoniana e vai buscar nesse pressuposto o fundamento para a liberdade, onde no Estado hobbesiano essa liberdade é atribuída ao ir e vir, ao movimento dos corpos.

1.3 O Estado civil: o saber como caminho para a liberdade

É possível fazer com que um ser da servidão recupere a liberdade? Que caminhos esse povo terá que seguir para construir sua soberania? Essas perguntas irão constituir o escopo do pensamento de Rousseau (2001).

Rousseau (1712-1778), pensador suíço, influenciará com seus escritos os revolucionários franceses. Defende a difusão do saber como o meio mais eficaz para acabar com a superstição, o preconceito e a ignorância, por isso, deve ser o fundamento do progresso do espírito humano, mas não de qualquer saber, mas daquele que é alcançado pelo amor ao saber.

O pensador suíço critica a arte e a ciência, mas admite que estas desempenham um papel importante na sociedade, que podem contribuir para distrair a maldade dos homens. Não vai acabar com os males, mas pode afastá-los dos caminhos do crime.

Suas reflexões tratam da passagem do Estado de Natureza ao Estado Civil, o Contrato Social, a liberdade civil, o exercício da soberania, a distinção entre o governo e o soberano, o problema da escravidão, o surgimento da propriedade.

Rousseau inaugura na política a reflexão que avança no conceito de soberania, pois é o primeiro a propor o exercício da soberania pelo povo como condição para sua liberdade, ou seja, ele destitui do rei a condição de soberano e diz que o povo é o único capaz de exercer de tal condição.

Seu método de análise fundamenta-se em uma construção da história hipotética da humanidade. Acredita que não podemos encarar os fatos como verdades históricas; esse tipo de lógica serviu para legitimar uma história de desigualdades, mas como hipóteses racionais e condicionais, ele se opõe ao pensamento Aristotélico que justifica a escravidão na natureza, pois segundo esse pensamento, uns nasceriam para mandar e outros, para obedecer.

A história da humanidade está vinculada a esse tipo de concepção. Durante muito tempo a “verdade” de que os negros não tinham alma, ou eram de uma raça inferior serviu para legitimar atrocidades como a escravidão, cometida contra esse povo. Do mesmo modo aconteceu com a mulher que era “o ser incompleto”, “destituída da faculdade de querer”. Estas idéias estruturam toda uma história de sujeição da mulher.

[...] Os escravos tudo podem sob seus grilhões, até o desejo de libertar-se deles; amam a servidão como os companheiros de Ulisses amavam o próprio embrutecimento. Se há, pois, escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou. (ROUSSEAU, 2001, p.11).

Possui uma visão pessimista da história, característica dos pensadores do seu tempo. Para Rousseau a liberdade era muito mais que o ir e vir, quando todos recorrem às leis pensando assegurar sua liberdade, destituíram-se da liberdade natural. Esse mecanismo, utilizado pelo governo soberano para assegurar a paz, acabou por limitar o fraco, dando nova força aos ricos.

Como contratualista, defendia o pacto como condição de legitimidade da vida política, porém, era necessária a condição de igualdade entre as partes; era preciso alienação total de cada associado, cada um doar-se em condição igual para todos. Com

isso surgiria dessa relação o corpo soberano, que será o único a determinar o modo de funcionamento da máquina política.

Esse corpo soberano é o povo, parte ativa e passiva de todo processo político, este seria agente de elaboração das leis e ao mesmo tempo aquele que às obedece, possuindo todas as condições de agir por si.

Portanto, a liberdade civil só seria alcançada nesse processo, se o povo obedecesse às leis que ele mesmo prescreveu para si. Quando esse povo for submisso à vontade geral e não à vontade de um grupo ou de um indivíduo, constituindo-se assim em um Estado republicano.

[...] Chamo, pois, República a todo Estado regido por leis, qualquer que seja a sua forma de administração, porque, só então o interesse público governa e a coisa pública significa algo. Todo governo legítimo é republicano. (ROUSSEAU, 2001, p.48).

Para que isso ocorra o recado de Rousseau é claro: o homem só será livre quando, ele mesmo elaborar suas leis, em um clima de igualdade, favorecido pelo saber. Essa vontade precisa ser realizada, também, na máquina política. Para Rousseau o governo é o corpo administrativo do Estado. Esse “corpo” deve ser instituído como funcionário do soberano, tendo todo seu poder limitado por ele.

Rousseau concebe como secundárias as várias maneiras de poder. Ele diz que mesmo em uma monarquia o povo pode manter-se como soberano desde que o monarca assuma o papel de funcionário do povo.

O governo nunca pode confundir-se com o soberano, mas freqüentemente isso ocorre. O governo assume o papel de soberano e subjuga o povo. A máquina administrativa é importante para o governo (corpo administrativo do Estado) e esta precisa se caracterizar como funcionária do povo. Para isso é preciso vigilância em relação ao executivo. Troca com freqüência dos representantes.

A representação política assume uma característica na obra de Rousseau: a “soberania é inalienável e indivisível”. A soberania não pode existir pela metade, ou é ou não é vontade geral, e esta não pode errar, não pode ser transferida, e nem dividida. Acredita em uma ação política transformadora baseada em uma legitimidade inabalável, onde a tarefa do legislador é, antes de tudo, conhecer bem o povo que vai governar.

[...] Mas, não podendo dividir a soberania em seu princípio, nossos políticos a dividem em seu objeto; eles a dividem em força e vontade, em poder legislativo e

poder executivo, em direitos de impostos, de justiça e de guerra, em administração interior e em poder de negociar com o estrangeiro; (ROUSSEAU, 2001, p.35).

A transformação política, pretendida por Rousseau, povoou o ideal dos revolucionários franceses. Ele diz que é possível o povo recuperar a liberdade, e isso impulsiona o desejo de mudança, mas ele adverte, também, que tudo isso é fruto de uma ação revolucionária, ou seja, todo povo pode derrubar a sua bastilha como fizeram os franceses, mas isso não ocorre todo dia, nem com todos os povos.

A revolução é o extraordinário, o possível, mas não é o comum. Por isso, quando caracterizamos um processo de luta, seja dos moradores do igarapé da Cachoeirinha, atingidos por barragens, sindicalistas ou aposentados, como processos revolucionários, afirmamos, ao contrário de Rousseau, que a revolução é possível para todos os povos.

Pois, quando por meio do voto consegue-se romper com um grupo político que historicamente tem se perpetuado no poder, significa que o extraordinário chegou e que aos poucos e lentamente o povo vai “derrubando sua bastilha”.

1.4 O Estado e a liberdade

O iluminista Charles Louis de Secondat, conhecido como Barão de Montesquieu, com sua percepção de história, a partir de sua classe social em ascensão, vai elaborar estudos que fundamentarão o pensamento liberal. Humanista e membro de uma família da aristocracia acredita firmemente na possibilidade de solução para os problemas da vida política. Um discurso que habita entre o novo e o tradicional. Elabora conceitos sobre as modalidades de governo e exercício da autoridade política.

Para Montesquieu (2004) todos os seres divinos ou não, o mundo material ou imaterial possui suas leis, pois estas são relações necessárias que derivam da própria natureza das coisas.

As regras criadas por Deus são necessárias para a conservação da existência do mundo, cada regra é uma relação constantemente estabelecida. Cada diversidade é uma uniformidade, cada mudança é constância.

Para Montesquieu, não existe fatalidade cega na criação do mundo, o mesmo diferencia as fragilidades humanas daquelas vividas pelos animais. O homem por ser físico é governado por leis invariáveis, de outro modo, existem outros corpos que violam incessantemente as leis que Deus estabeleceu. Estes seres são limitados e sujeitos à ignorância, ao erro e às paixões.

Seu conceito de lei irá romper com o princípio baseado na legitimidade e adota o conceito de lei baseado no direito, rompendo com a tradição que submete a política à Teologia.

Por isso, as leis devem estar relacionadas com os princípios de cada governo. Assim a corrupção de cada governo se inicia, geralmente, quando se ferem os princípios, levando a concluir que a corrupção é resultado de um processo social e político.

[...] Ninguém se admire se os sufrágios forem comprados pelo dinheiro. Não se pode dar muito ao povo sem que dele se tire mais ainda; porém, se tirar dele, é necessário derrubar o Estado. Quanto mais o povo pensa auferir vantagens de sua liberdade, mais se aproximará o momento em que deverá perdê-la. Formam-se então pequenos tiranos que possuem todos os vícios de um só. Logo aquilo que restar de liberdade tornar-se-á insuportável: um único tirano surgirá, e o povo perderá tudo, até mesmo as vantagens de sua corrupção. (MONTESQUIEU, 2004, p.125).

O Estado tem que cumprir e fazer cumprir as leis para ser um Estado credível. Esta credibilidade é indispensável ao investimento, pois uma simples conduta ou o comportamento negativo da autoridade pública produz na mentalidade do povo um descrédito sobre as instituições e dirigentes governamentais. Para tal, o Estado tem que se beneficiar das entidades competentes que estejam politicamente dispostas a enfrentar o desenvolvimento, mesmo que criem rupturas.

Montesquieu compreendendo a desagregação do Estado monárquico acredita que o herdeiro natural da função de organizar a sociedade é a burguesia em ascensão, tendo esta um papel fundamental na estrutura do poder. Seu objeto de investigação, porém, não são as leis em si, mas as reações entre as leis e as coisas como clima, geografia de um determinado lugar, a organização do comércio, etc, ou seja, é o *espírito das leis*. Busca permanentemente explicar a permanência e as mudanças das leis e das instituições humanas.

A idéia de uma concepção de Estado onde este tem poderes e funções limitadas, mas que se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado social, terá uma base filosófica baseada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

A verdade é que o fato de um Estado ser liberal não quer dizer que ele seja democrático. Este, historicamente se estabeleceu em sociedade onde a participação no governo é limitada, privilégio das classes possuidoras de bens.

O Estado liberal não implica o favorecimento de uma democracia, muito pelo contrário, o Estado liberal clássico fragiliza-se na medida em que a participação política da sociedade avançou com a prática do voto.

Existe uma antítese que é latente entre liberalismo e democracia, uma vez que os Estados contemporâneos, avançados social e economicamente, têm a necessidade de limitar o poder, e não distribuí-lo.

O pressuposto filosófico do Estado liberal é a doutrina dos direitos do homem, elaborada pela escola do direito natural. O *jusnaturalismo* é uma doutrina em que todos os homens, indiscriminadamente e independente de sua vontade ou da vontade de outrem, possuem direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à segurança e, é claro, à propriedade. Fazendo com que aqueles que assumam o poder legítimo do Estado devam respeitar e ao mesmo tempo proteger, ou seja, quem está no governo não pode violar estas leis e ao mesmo tempo impedir que outros violem.

Tais leis derivam não da vontade humana, mas de uma lei natural, algo que antecede a formação de todo grupo social, por isso:

[...] Serve para fundar os limites do poder à base de uma concepção geral e hipotética da natureza do homem que prescindir da natureza do homem de toda verificação empírica e de toda prova histórica. (BOBBIO, 2005, p.12).

O Estado liberal é resultado do dismantelamento do Estado absoluto em períodos de crises sucessivas, ele é justificado como fruto de um acordo entre indivíduos inicialmente livres, com o intuito de estabelecer vínculos imprescindíveis para uma estabilidade nas relações.

O liberalismo é uma doutrina que limita o Estado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. Com relação ao poder, essa limitação habita na noção de Estado de Direito e com relação às funções na, de Estado mínimo.

Embora dentro da própria concepção de Estado liberal coexistam, tanto o Estado de direito como o Estado mínimo, pode ocorrer um Estado mínimo que não seja de direito ou vice-versa.

A formação do Estado liberal pode ser entendida como a ampliação da liberdade do indivíduo. Coincidência ou não, mas a verdade é que essa formação incide com o fim

dos Estados confessionais e o fim dos privilégios que gozavam os senhores feudais, deixando livre a prática da troca, o que marca o nascimento e o desenvolvimento da sociedade mercantil.

É verdade que não se pode falar em Estado de Direito sem liberdade, mas não há liberdade sem justiça social, dentro de uma análise mais crítica não há liberdade sem socialização da riqueza. Assim, deve haver um equilíbrio entre o Estado de Direito e o Estado social de Direito.

A liberdade é inconcebível sem um elevado grau de solidariedade e de igualdade social, é claro que Norberto Bobbio não diria isso, sendo ele um liberal social. Segundo o pensamento liberal o desenvolvimento econômico e a proteção das camadas mais desfavorecidas devem fundar-se não na primazia do direito, mas sim do econômico, o que conduz a um Estado responsável por prestações sociais, a intervenção do Estado, dentro dos limites constitucionais.

Dentro do Estado liberal a liberdade individual está garantida, com relação aos mecanismos desenvolvidos para manter a ordem pública interna e internacional. Tais tarefas são limitadas. O Estado, do ponto de vista do indivíduo, é concebido como um mal necessário, e como mal deve interferir o mínimo possível na vida das pessoas, sobre isso Thomas Paine diz:

[...] A sociedade é produzida por nossas carências e o governo por nossa perversidade; a primeira promove a nossa felicidade positivamente mantendo juntos os nossos afetos, o segundo negativamente mantendo sob freios os nossos vícios. Uma encoraja as relações, o outro cria as distinções. A primeira protege, o segundo pune. A sociedade é sob qualquer condição uma benção; o governo, inclusive na sua melhor forma, nada mais é do que um mal necessário, e na sua pior forma é insuportável. (PAINE Apud. BOBBIO, 2005, p.21).

Mesmo que o Estado não consiga resolver definitivamente problemas seculares como a fome, a miséria e as desigualdades entre as classes sociais. Ainda não foi inventado outro mecanismo mais eficaz que garanta a convivência dos homens em sociedade.

Essa visão pessimista do Estado orienta para o fim deste, pois mesmo na teoria de Thomas Hobbes que diz; o *homem é o lobo do homem*, e só mesmo um animal artificial, o *Leviatã* para por termos nas disputas e principalmente na constante insegurança causada pela guerra de todos contra todos, ou seja, um monstro benéfico para fazer frente ao monstro maléfico que é a guerra civil.

Em todas as correntes de pensamento a orientação de que o Estado é movido por um fim, mas não um fim em si mesmo, para alguns era favorecer o alcance dos próprios objetivos individuais, para outros era a segurança entendida como a certeza da liberdade dentro da lei.

O Estado de direito começou por ser, no liberalismo, um Estado de direito formal, criado para manter as desigualdades sociais, dentro de parâmetros legais. Assim podemos afirmar que:

[...] O Estado liberal se afirma na luta contra o estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente. (BOBBIO, 2005, p.18).

Nessa perspectiva a teoria do Estado liberal contrapõe o Estado de Direito ao Estado Absoluto, Estado mínimo e Estado Máximo. Adota o antagonismo no sentido kantiano, onde o homem é dotado de uma tendência natural de satisfazer os seus próprios interesses em concorrência com os interesses de outros.

Com relação a essa situação, defenderam alguns, que o Estado de Direito deveria criar uma ordem jurídica materialmente justa, isto é, com garantias materiais. Contudo, o Estado tem fins políticos e não apenas jurídicos ou legais. A constituição do Estado é uma constituição política, que qualifica o Estado para conquistar objetivos político-sociais.

Pode-se, pois, afirmar que o Estado de Direito é o Estado em que o poder político aparece como meio de realização dos direitos individuais naturais. Pois o que caracteriza o Estado de Direito é o seu objetivo, ou seja, o de defender amplamente o indivíduo contra o abuso de poder.

Por isso, mais que uma teoria de Estado, o liberalismo se apresenta como chave de interpretação histórica que possibilita o entendimento da própria trajetória da categoria Estado. É necessária, ainda, uma análise entre sociedade civil e sociedade política como é feita em Gramsci (1979), por isso a pertinência do conceito de Estado liberal, contraposto aos conceitos de Estado Social e neoliberal.

1.5 O Estado de bem-estar: um investidor falido

O Estado providencial será alvo de diversas críticas, uma delas, por tanto, reside na intervenção além das tarefas que lhe cabem, tanto na ordem externa como interna. Uma das críticas formuladas pelos liberais é que o *Welfare State* provoca uma certa uniformidade nos comportamentos, algo que tende a sufocar, paulatinamente, a variedade e a atividade características naturais dos indivíduos. É um ponto importante para ser abordado, pois o próprio liberalismo surge como princípio de combate ao paternalismo dizendo que esta prática anula a liberdade do homem, por isso afirmamos que:

[...] A filosofia liberal, que representa um credo revolucionário no século XVIII, funda-se na crença extrema da personalidade soberana e sem limites do indivíduo que era colocado acima do Estado, através de uma teoria institucional, não tolerando nenhum acordo quando houvesse transgressão de um direito fundamental. (SILVA, 1996, p.15).

O Estado social surge por volta dos anos 20 e permanece até a década de 70, ancorado no fracasso do liberalismo que não conseguiu mostrar-se eficaz no combate às grandes crises, que acabaram por dificultar o desenvolvimento econômico, sem garantir a ordem social. Pode-se entender como marco histórico da referida crise capitalista o chamado choque do petróleo.

O Estado Social consegue redefinir as relações políticas entre sociedade civil e política, possibilitando uma politização dessas relações por meio da intervenção do Estado na economia e das corporações na política econômica, “civilizando”, por assim dizer as relações políticas.

O Estado social conta com a legalização da classe operária e de suas organizações, institucionalizando uma parte do conflito interclasses. A sociedade não é mais uma somatória de indivíduos, implicitamente reconhece-se conformada por classes sociais; as organizações, representantes de interesses setorializados (não simplesmente de cidadãos), por serem legítimas, participam de processos que pactuam relações para além da democracia parlamentar. Estes pactos corporativos são importantes componentes nas negociações, nas grandes decisões das políticas do Estado.

Finalmente, assume-se que o conflito interclasses, diferente do pensamento liberal que parte de uma suposta hegemonia da natureza humana. Esse conflito deve ser canalizado através de instituições e regulado com normas especiais a serem constituídas.

O Estado social é, em parte, investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também é um Estado que procura conciliar o crescimento econômico com avanços e legitimidade de ordem social.

[...] Para os economistas, o Estado social significa o rompimento com as concepções dominantes de que o equilíbrio seria algo conseguido de maneira espontânea. A teoria da demanda efetiva de Keynes não é senão o reconhecimento de que a ordem neoclássica não é automática; de que a classe operária com suas demandas pode romper o equilíbrio e, portanto, que o Estado planejado deve-se impor frente ao Estado guardião. O futuro tem que ser assegurado como pacto e como planejamento. (TOLEDO, 2002, p.76).

Esse Estado capitalista acabou sendo um modelo para o mundo, permitiu uma alta nas taxas de crescimento e na ordem social. Como ficou cada vez mais difícil sustentar este Estado providência, na década de 70, este dá sinal das primeiras crises desencadeadas por vários fatores.

Um dos fatores relacionados por Toledo (2002) é que a crise do Estado social é uma crise fiscal, pois o Estado social, ao se transformar em eixo da acumulação do capital e da ordem social, gastou mais do que realmente deveria, muito além de um orçamento não-inflacionário.

Outro ponto destacado é que as receitas do Estado eram geradas pelos lucros de suas empresas, dos impostos recolhidos de operários e empresas, dos empréstimos e da emissão monetária. Toda essa combinação inviabilizava um equilíbrio efetivo no Estado social.

Essa situação acabava fazendo com que o Estado ajudasse de um lado e por outro retirasse sumariamente essa ajuda. Isso não gerava uma ação multiplicadora dos seus gastos na economia e nem na política. Segundo os monetaristas, essa lógica escondia um déficit provocado por meio do subsídio ao investimento, à produção e ao consumo, ou seja, tal mecanismo levaria, também, à inflação.

A crise, ainda, pode ser explicada pela estrutura do Estado basear-se na inflação das demandas e das proteções aos trabalhadores. A pressão para baixar a taxa de lucro, a rigidez no processo de trabalho, era o preço do crescimento da produtividade.

A resposta dos empresários teria sido uma menor taxa de investimentos e uma crise de acumulação. Haveria, também, outra interpretação de que a crise seria resultado da crise de acumulação, pois o Estado acabou dependendo dos impostos cobrados aos assalariados e ao capital, assim como, o nível do emprego e do salário. Uma crise do trabalho propriamente dita, como consequência do taylorismo-fordismo.

A crise de produtividade provoca desemprego, queda do nível dos salários e conseqüentemente uma menor arrecadação, implicando uma crise de legitimidade fiscal e orientando para uma reestruturação em direção ao Estado neoliberal.

O Estado social irá representar um momento importante no cenário político, pois será nesse período que o movimento operário vai surpreender, tanto as organizações operárias quanto o dono da fábrica. Durante os anos 50 e 60, foram concedidos benefícios aos sindicatos em troca de sua colaboração com os empresários no processo de racionalização técnica.

Com as manifestações dos trabalhadores, os sindicatos foram pressionados a deslocar o foco de seus interesses para as esferas, econômica, política e estrutural. Os trabalhadores queriam discutir as relações de poder no seu local de trabalho, que é um reflexo das relações de poder na sociedade mais ampla.

Os avanços não ficaram por aí, foram desencadeados diversos instrumentos políticos da classe operária como os partidos operários. Mas os avanços mais progressivos aconteceram mesmo na década de 70, com uma redefinição das relações capital-trabalho no processo de produção, por conta dessas intervenções em alguns países capitalistas fortes, os empresários viram-se obrigados a compartilhar parte de seu controle sobre o processo produtivo com os trabalhadores.

[...] na regulamentação do processo do trabalho (através de legislação em previdência e assistência médica e regulamentação do meio ambiente) e na divisão de responsabilidade no local de trabalho entre o capital e o trabalho; e, 2) no poder de investimento do capital. Em países com partidos socialistas como Noruega, Suécia... [...] (NAVARRO, 2002, p. 93).

Não demorou para os representantes do capital sentirem-se ameaçados, a resposta foi rápida, produziram mudanças nos locais de trabalho e, também, no Estado. Os investimentos nos instrumentos tecnológicos foram intensos, os computadores foram importantes para a centralização da direção e o controle e descentralização da execução.

Com relação à cidadania, dentro do Estado Social, é possível falar em um modelo de cidadania regulada. A teoria do capital humano será o marco teórico que irá orientar concepções e valores de grupos sociais e ações por parte da elite.

A cidadania dentro do Estado social acaba por ser um mecanismo que orienta o sujeito a reconhecer seu lugar, portanto, assumindo, assim, o perfil de um mecanismo de sujeição.

Uma ideologia, que reside, não no campo das idéias, mas que possui existência material, tem por efeito o reconhecimento da necessidade da divisão do trabalho e do caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção Althusser (2003).

1.6 Estado fundamentado nos pressupostos neoliberais

É considerado o Estado do grande capital, que adota como doutrina justificadora uma nova ordem, posterior ao Estado social. De acordo com alguns teóricos o Estado neoliberal não existe, o que existe é o liberalismo com contradições profundas.

[...] Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de formas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas liberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades. (GENTILI, 1996, p.9).

Propostas como: Teoria eqüitativa da moeda, ampliação do emprego com reduções significativas de salários, e a não interferência do Estado no mercado, não são propostas de política econômica, mas sim de um Estado mínimo, administrador, com uma orientação de cada vez mais se eximir de seu papel como promotor de políticas públicas. A proposta neoliberal é de um mercado máximo com um Estado mínimo. Desse modo, acaba cumprindo, em parte, seus pressupostos, uma vez que enfrenta contradições importantes.

Dentro da lógica neoliberal as economias crescem dentro de um certo limite. São reduzidas as taxas de inflação, mas existe uma polarização produtiva, a proposta de igualdade no mercado é cumprida por meio de uma desregulamentação e privatização_ a dilapidação do Estado.

De acordo com Toledo (2002) os marcos teóricos do neoliberalismo concentram-se em várias perspectivas teóricas. O autor destaca quatro das mais importantes: a escola de Chicago, a austríaca, a virginiana e a anarco-capitalista.

A primeira destacada pelo autor é o da Escola de Chicago, que mais tem influenciado nas políticas econômicas concretas, define-se como positivista, por orientar suas observações, diferenciando fatos e valores, em que os fatos seriam definidores da

verdade e as leis, generalizações da experiência. Essa observação positivista está dentro da concepção do círculo de Viena. Em seguida ele relaciona a Escola austríaca considerada a mais sofisticada epistemologicamente, define-se como dedutiva e compreensiva.

[...] A partir de princípios gerais sobre o homem, por dedução, além dos “fatos empíricos incontestáveis”, chega à conclusão do caráter inviável de desejável do coletivismo. Os representantes desta escola são rigorosos individualistas e metodológicos: para muitos deles, o Estado e as classes sociais, por exemplo, não existem na realidade ou são construções artificiais. A sociedade reduz-se a ações dos indivíduos, mas estas em vez de serem racionais, com o pressuposto o conhecimento total dos liberais clássicos, são subjetivas, no sentido de terem diversas motivações e não seriam previsíveis para um observador externo; portanto, as leis não poderiam derivar da observação nem os teoremas da economia seriam refutáveis pela experiência. (TOLEDO, 2002, p.77).

Nessa formulação teórica aparecem reminiscências hermenêuticas, mesmo sendo esse tipo de neoliberalismo irracional e empírico. Nele os motivos da ação, não sujeitos à observação, acabam por não conduzirem a um método de compreensão dessa ação, caindo no empirismo vulgar: o mercado será aquele que sanciona as ações eficientes de atores subjetivos, com reconhecimentos imperfeitos e guiados, não necessariamente, pela otimização.

A proposta desses teóricos é superar o objetivismo da economia, considerando a ação sempre racional, usada para satisfazer um desejo (embora o racional não seja reduzido ao cálculo econômico). É uma racionalidade especial, seria apenas a adequação subjetiva entre meios e fins; isto é, se subjetivamente o ator considera que a conexão racional existe, a ação é então racional.

Porém, uma articulação mais complexa e harmonizada com as ciências sociais mais avançadas, não ocorre, prevalecendo o domínio do mercado. Ou seja, o empirismo do mercado é quem vai orientar para as ações mais eficientes, sem problematizar a construção de um modelo complexo que seja racional e subjetivo. Assim a justificação do livre mercado, mais que racionalista, vai justificar-se por tentativa e erro.

[...] Hayek, por sua vez, centra suas baterias contra o construtivismo, instituições deliberadamente criadas, opondo-lhes o naturalismo do mercado, mercado que funciona, mas que não é previsível, reatando para os atores apenas a tentativa e erro. A sociedade estaria então regida por ordens naturais espontâneas, cujas normas naturais não seriam cognoscíveis; bastaria que os atores reagissem praticamente frente a elas, e a posteriori, o mercado decidiria quais delas seriam eficientes. Hayek contrapõe ao racionalismo clássico outro caráter eficiente em seu sentido puramente empírico; o conhecimento nunca será suficiente para prevê os resultados da ação. Nem sequer a ciência poderia prever, porque os fatos são

infinitos e submetidos a infinitos fatores. Daí ele propor, finalmente, substituir a noção epistemológica de causa-efeito pela ação eficiente. (TOLEDO, 2002, p. 79).

A Escola virginiana, baseada em um liberalismo mais moderado e individualista, combate o naturalismo dos austríacos, pauta sua fundamentação em um construtivismo contratualista. Faz sua crítica ao Estado social e ao despotismo que esse Estado favoreceu. O problema desse pensamento não reside, necessariamente, no seu empirismo de mercado, mas no estabelecimento de regras como: organizar instituições que atendam às preferências individuais.

A anarco-capitalista, essa escola busca fundamentar eticamente o neoliberalismo, em detrimento da questão econômica. Sua ética é baseada na natureza humana, ou seja, seria a humanização do neoliberalismo.

Dentro dessas perspectivas é possível relacionar algumas dessas características como: a) a superioridade do livre mercado em que existe uma oposição entre Estado e liberdade; b) individualismo metodológico, a princípio pode parecer uma espécie de modelo anárquico, e nada mais é que a liberdade de privatizar, promovendo uma desregulamentação das estatais, e ainda o estabelecimento de regras mais flexíveis do ponto de vista dos direitos na previdência social; c) contradição entre liberdade e igualdade: uma clara justificativa para a desigualdade no mercado em que essa desigualdade seria o botão que aciona a liberdade de iniciativa otimizadora, ou seja, o mito da ascensão social pelo “esforço pessoal”, um prêmio em que essa desigualdade também estaria relacionada à inovação, essa, por sua vez, não seria justa ou injusta, dado o mercado não ser voluntário, por isso a crítica a justiça social, orientada para a retirada dos benefícios.

[...] a cultura neoliberal tem-se disposto a conformar um ethos sem raízes tradicionais precisas; o mito da mobilidade pelo esforço pessoal; as generosidades da livre empresa (“somos todos empresários”); o direito à diferenciação; a liberdade como valor máximo, embora com autodisciplina; e uma solidariedade não problemática para aqueles que não são beneficiados pelo mercado. (Idem, 2002, p.81).

Mesmo com todo esse discurso de liberdade o neoliberalismo está estreitamente ligado às concepções conservadoras na esfera cultural onde combinam valores como: família, nação, autoridade, respeito às hierarquias, explorando contradições, destacando as burocracias e as ineficiências do Estado, onde o Estado aparece como totalitário provocando um populismo neoliberal, Toledo (2002).

No plano político, e com o autoritarismo na esfera política, uma lógica híbrida justificada na sua fragilidade teórica. O neoliberalismo se vincula à crítica a igualdade política, pressuposto da democracia. Essa igualdade política provoca a participação dos improdutivos nas decisões políticas que acabam tendo que ser acatadas pelos produtivos.

O neoliberalismo limita a participação política da população empobrecida transferindo as decisões para os mais capazes. Então podemos concluir que, por mais que o Estado neoliberal signifique um Estado menos interventor e regulador, não significa um Estado politicamente fraco, podendo significar, ainda, um funcionamento por meio de pactos entre corporações.

Tanto pode marginalizar os sindicatos, por exemplo, ou utilizar as organizações como mecanismo de controle do descontentamento frente às políticas salariais restritivas, à redução dos direitos, ou mesmo mediando o conflito entre patrão e empregado em favor da empresa e da flexibilidade das relações de trabalho, ou melhor, dizendo a precarização das relações de trabalho.

1.7 Estado e Movimento Social: algumas contradições

O Estado capitalista significou transformações na dinâmica de intervenção e no papel das burocracias. As ambigüidades e contradições entre o Estado e os setores excluídos vão revelar a face contraditória das classes sociais, onde os interesses são conflitantes e variam de acordo com o contexto.

O Estado vigente pós-ditadura militar assume um caráter reflexivo sobre o processo que foi estabelecido pós-64, em que um conjunto de políticas formuladas intencionalmente, por serem vinculadas ao processo de tomada de decisão, e as demandas geradas no interior dos movimentos. Pensar nessa perspectiva representa o desafio de compreender as ambigüidades e especificidades da relação entre Estado e movimento.

O Estado capitalista significa dizer que representa um contínuo e contraditório processo onde são comuns alianças entre setores representativos que possuem interesses conjunturais.

É possível compreender, também, que existe uma relação entre o Estado e a economia. Ao passo que se transformam implicam profundas mudanças nas relações de produção capitalista em toda a sua complexidade e diversidade.

[...] No Brasil pós-64, a posição das políticas sociais no contexto das prioridades governamentais caracteriza-se pela implementação de um novo conceito de eficiência no qual os interesses econômicos prevalecem sobre os interesses sociais. Como reflexo disto, as políticas governamentais nas áreas de bem-estar coletivo – saúde pública, saneamento, educação, habitação e nutrição – têm pequeno destaque na agenda governamental, ou são objetos de formulações de caráter discutível, como é o caso da política habitacional e previdenciária. (JACOBI, 1993, p.9).

É importante ressaltar que será a partir da década de 60 que os estudos sobre Movimentos Sociais ganham espaço, densidade e status de objeto científico de análise e merecem várias teorias, isso porque os movimentos ganham maior visibilidade na própria sociedade.

Segundo Melucci (2001), as análises dos Movimentos Sociais vão se estabelecer dentro de um setor autônomo de formação e pesquisa teórica no interior das Ciências Sociais, favorecida paralelamente pela autonomia de formas não-institucionais de ação coletiva em sistemas complexos, situando como subsistema do social.

Com as transformações ocorridas no Estado que passa a ser deslegitimado, criticado e com a globalização perdeu seu importância como regulador de fronteiras nacionais, controle social, etc.

Nesta perspectiva os Movimentos Sociais acabaram por ser as ações sociais por excelência. Mas os problemas que com relação ao próprio conceito de Movimento Social não foi resolvido. As relações com o Estado tornaram-se mais estreitas e inevitáveis, dificultando o entendimento e a própria distinção entre ações coletivas, ONG's, manifestações públicas, organizações profissionais e novos movimentos identitários como: negros, indígenas, mulheres, gays, lésbicas, portadores de necessidades especiais, atingidos por alguma ação governamental e etc.

Entender o que ocorre quando uma ação coletiva se institucionaliza constitui-se também, embora que não exclusivamente, para uns fenômenos chave para construir o futuro. Para uns, os Movimentos Sociais, fariam parte do passado, uma vez que seria uma problemática equacionada por meio dessa institucionalização das práticas sociais. Outros dizem que eles não teriam realizado o papel que lhes atribuíram historicamente, de transformadores das relações sociais e agentes do processo de mudanças sociais.

Os Movimentos Sociais fluem em um espaço não-consolidado das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles questionam as estruturas e propõem novos modelos de organização à sociedade.

Os vários tipos de Movimentos e a não diferenciação entre o Movimento propriamente dito, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras e outras formas de ações coletivas, acabam gerando uma certa confusão conceitual.

Nesse sentido é comum a divergência a respeito das diferenciações, pois são entendidas a partir dos objetos teóricos e o tipo de manifestação social que se referem. Ou seja, para uns, fenômeno empírico para outros objetos analíticos teóricos.

Existem vários conceitos sobre Movimento Social, conforme o paradigma utilizado. Pois segundo Gohn (2004), um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias. Ao utilizarmos um paradigma X construímos uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social.

As posturas metodológicas utilizadas pelos teóricos da América Latina, sobre Movimento Social foram híbridas, mesmo gerando análises importantes, o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos. Separar o que são tendências gerais e o que são particularidades das realidades nacionais é necessário para obter uma análise mais aproximada.

A abordagem adotada centra suas análises nos estudos de processos históricos globais, nas contradições e nas lutas entre as diferentes classes sociais.

Não adotamos a análise utilitarista do Estado, onde este é executor dos interesses da burguesia e do capital, pois tal análise dificulta a compreensão da existência dos diversos setores que disputam esse Estado.

1.8 Sociedade Civil: ou um complexo processo de construção da hegemonia

Utilizando a categoria gramsciana, hegemonia para refletir acerca de movimentos sociais urbanos, tomaremos, a principio, o conceito de sociedade civil, que

segundo Gramsci (1979) é tudo aquilo que está fora da organização estatal (a sociedade política) compõe o que é denominado de “sociedade”.

Para o filósofo italiano, nascido na Sardenha e militante do Partido Comunista Italiano, a sociedade civil é uma esfera intermediária entre a estrutura econômica e o Estado em sentido restrito. É um conjunto de instituições que difundem as ideologias e constroem o bloco histórico e a hegemonia da classe dominante: jornais, revistas, rádio, TV, cinema, igrejas, partidos, sindicatos, publicidade e etc;

A sociedade civil em Gramsci, diferente de Marx, pois, não pertence à estrutura, mas à superestrutura, ou seja, ele coloca a superestrutura como elemento determinante do processo histórico, mas Gramsci não nega ou anula as descobertas de Marx; segundo Coutinho (1981) ele apenas a enriquece.

[...] A grande descoberta de Marx, Engels e Lênin no campo da teoria política foi afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; essa descoberta levou-os a “dessacralizar” o Estado, a desfeticizá-lo, mostrando que a aparente autonomia e “superioridade” dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanente da sociedade em classes. (COUTINHO, 1981, p.89).

Isso não quer dizer que Gramsci retira da infra-estrutura a centralidade ontológica de sua base de entendimento da “sociedade civil”. Gramsci amplia as descobertas essenciais de Marx.

De acordo com esse pressuposto, a origem do Estado reside na divisão da sociedade em classes, por isso, enquanto permanecer tal divisão, vai permanecer o Estado, pois as relações são mediadas pelo movimento de produção e reprodução da vida material, esse movimento implica as relações sociais globais, inclusive a formação e manutenção do Estado.

Identificado pelos clássicos como aparelho repressivo, o Estado, e nesse caso o capitalista em todas as suas matizes, assume esse monopólio legal de coesão fazendo valer sua natureza de classe e seu conjunto de aparelhos repressivos.

Gramsci situa a superestrutura política como base de todo processo histórico e não a economia, como identificava Marx, isso não quer dizer que ele nega as formulações marxianas, mas as amplia de modo que: “Na verdade o conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”. (COUTINHO, 1981, p.88).

Essa formulação acaba por motivar uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas, ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada, e a sociedade civil está fortalecida.

O trabalho de Gramsci vai ocorrer em um momento particular, em que a complexidade do processo estatal se faz presente e em contrapartida a uma particular participação política que atinge um fluxo considerável nos países ocidentais, à formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, à conquista do voto, emerge uma esfera social nova que traz na sua formação, leis e funções específicas e com uma certa autonomia, tanto em relação ao Estado quanto ao mundo econômico.

A concepção de “sociedade civil” em Gramsci vai partir do reconhecimento de uma socialização da política do capitalismo desenvolvido e da formação do sujeito coletivo de massa Coutinho (1981).

Diferente da idéia de organização de Marx que, por uma limitação do seu tempo, não conhece os grandes sindicatos articuladores de milhares de trabalhadores, ou partidos políticos operários e populares etc, por isso, sua idéia de organização está vinculada às organizações profissionais, clubes jacobinos, etc, ou seja, por essa limitação, acaba não privilegiando, em sua análise, a essência das relações de poder que se estabelecem dentro de uma sociedade capitalista desenvolvida.

Gramsci chama essa rede de relações e instituições de poder de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, instrumentos de participação política voluntária e que não se caracterizam pelo uso da repressão (burocracias executivas e aparato militar).

A nova determinação trazida por Gramsci acerca do Estado não nega as determinações trazidas pelos clássicos, mas consegue ir além dos conceitos elaborados por estes pensadores, tratados aqui nesse trabalho nos primeiros pontos. Mas, consiste em uma expansão desses conceitos.

A teoria do “Estado ampliado”, em Gramsci, tem base nos aparelhos privativos de hegemonia (Igreja, escola, cinema, etc), ou seja, da mesma maneira que ele amplia o conceito de intelectual, também o faz com o conceito de Estado. Segundo Gramsci (1979, p.07) “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”.

Sobre a citação acima podemos dizer que para Gramsci não é possível separar em nenhuma atividade humana o *homo faber* (aquele que faz) do *homo sapiens* (aquele que pensa e elabora), mas mesmo assim não se pode afirmar que todos os homens

desempenham, na sociedade, a função de intelectual; isso quer dizer que em conexão com todos os grupos sociais formam-se categorias especializadas para o exercício da função do intelectual.

Desse modo, o filósofo italiano também vai ampliar seu conceito sobre o Estado considerando duas esferas, a sociedade civil e a sociedade política, em que ressalta:

[...] que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como igreja, os sindicatos, as escolas, etc). (GRAMSCI, apud. COUTINHO, 1981, p.91).

Por isso, o conceito de Estado, para usar o termo gramsciano, Estado ampliado, reside no entendimento dessas duas esferas em que a sociedade política ou Estado-coerção é a organização estatal propriamente dita; seria todo aparato necessário para manter o monopólio legal da classe dominante, utilizando a violência, por meio, tanto do corpo policial quanto das burocracias executivas.

A outra esfera a que Gramsci se refere é a sociedade civil: Constituída por um conjunto de instituições que difundem as ideologias e sedimentam o bloco histórico e a hegemonia da classe dominante; fazem parte dessa organização: jornais, revistas, rádio TV, cinema, igrejas, partidos, sindicatos, publicidade, etc.

Entre essas duas esferas existe uma diferença fundamental que diz respeito à função que as mesmas exercem na organização da vida social, na reprodução das relações de poder e na articulação das forças políticas componentes da vida social, ou vice-versa. Mas, tanto a sociedade civil quanto a política formam o Estado ampliado.

Por isso, ambas as esferas tanto podem conservar como podem promover uma determinada base econômica, de acordo com interesses da classe social que está mediando este processo, mas nos dois casos existem variantes:

[...] No âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso, por meio, da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. (COUTINHO, 19981, p.92).

Por isso, dentro do movimento social, uma estratégia importante é identificar os aliados, pois quando a correlação de forças não é favorável, é importante buscar ajuda externa.

Nesse novo pensamento gramsciano, enquanto todos os clássicos, focalizam sua discussão e análise dentro da perspectiva da sociedade política, Gramsci observa outro aspecto que é a sociedade civil, ou seja, a base material da hegemonia, um espaço de manifestação.

É justamente na materialidade particular da formação de cada esfera que reside diferença básica, pois na sociedade política os portadores materiais são os aparelhos repressivos do Estado, ou seja, todo aparato do governo e mais a força militar, enquanto que na sociedade civil o que compõe sua natureza são, segundo Gramsci (1982) os “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, os organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos.

Dessa maneira, é correto afirmar que nas sociedades capitalistas a esfera ideológica admite uma autonomia material; em relação ao Estado, a sociedade civil assume a função de esfera portadora das relações sociais de hegemonia, que possui uma materialidade específica, com estrutura e legalidade próprias, funcionando como uma mediação necessária entre o Estado-coerção e a estrutura econômica.

Esse processo identificado como práxis política por Coutinho (1981) revela que o pensamento gramsciano aplica os pressupostos de Marx, a citação abaixo confirma tal aplicação.

[...] não há forma ou função social sem base material, não há objetividade histórica que resulte de dialética entre essa forma social e seu portador material [...] Em Gramsci não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social, etc. (RUBIM Apud. COUTINHO 1981, p. 93).

A relação entre sociedade civil e sociedade política é explicada como uma relação dialética; o estabelecimento de um certo poder de direção é revelado de dois modos, ora como domínio ora como direção intelectual e moral. Nesse caso a supremacia seria uma espécie de unificação sem homogeneização.

Para Gramsci, as relações entre dominação e hegemonia, consenso e coerção, existem em qualquer modelo de Estado, o que irá definir se um Estado será mais consensual e menos ditador que outro será o grau de autonomia e a predominância relativa às esferas superestruturais.

Implica dizer que não é apenas o grau de democratização política alcançada pela sociedade em questão, mas também depende da correlação de forças, de como é estabelecida a supremacia.

Capítulo II

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A EMERGÊNCIA DAS LUTAS SOCIAIS.

Quando pensamos em cidade, pensamos em urbanização? Pensamos em processos contínuos e complexos como a industrialização e as incessantes mudanças culturais, estéticas ou éticas? Em que momento, necessariamente, associamos a idéia de cidade a estas categorias?

Ao pensarmos em cidade lançamos mão de uma construção psíquica que nos permite dar sentido ao significado dessa representação, ou seja, o significado não é a cidade, mas a representação psíquica que temos da mesma. Para Barthes (1964) o conceito das coisas só pode ser definido dentro do seu processo de significação, de uma maneira praticamente tautológica, ou melhor, repetida.

Para a digressão filosófica de Platão a Hegel, que visavam uma certa totalidade por meio da sistematização especulativa, trazem a discussão acerca da cidade e da vida cotidiana no interior dessa estrutura para o conceito. Lefebvre (1991) diz que podemos construir uma semiologia da realidade urbana mais crítica, enquanto que alguns filósofos pretendem com essa totalidade, situar a cidade, o urbano e toda a sociedade como uma unidade.

Fazer uma análise do desenvolvimento urbano ocidental, sugere a busca de uma definição estabelecida por um conjunto de fragmentos teóricos. Por hora, tomemos, como eixo da discussão, a matriz marxista, embora sem exclusividade, em que a articulação do pensamento junto com a realidade material pretende construir, teoricamente, um instrumento da sociedade.

A teoria marxista, porém, em sua linha interpretativa privilegia como fator básico o desenvolvimento econômico para que ocorra o desenvolvimento social. O caráter de uma sociedade é definido pelas condições materiais de produção.

Para Marx, a separação entre o campo e a cidade traz em si uma contradição fundamental, que abriga conflitos e antagonismos, presentes durante toda a história, a barbárie e a civilização, a religião e a nação. Cidade e campo representam claramente interesses divergentes, manifestando-se nas lutas entre as instituições e as classes sociais portadoras desses interesses. Apresentam-se como dois determinantes na formação da organização social relacionada com esse processo.

Com o aumento demográfico, com o crescimento de necessidades (habitação, saúde) e com a ampliação das relações externas, são gerados modos diversos de serviços que favorecem a produção, provocando uma alteração na divisão do trabalho.

O seu desenvolvimento progressivo gera, no interior das diversas atividades, diferentes subdivisões entre indivíduos que cooperam em determinados trabalhos: trata-se, também neste caso, de subdivisões em que se contrapõem grupos sociais portadores de interesses contrários.

Para Bettin (1982), em seu texto sobre a formação da cidade capitalista que faz uma análise da *Ideologia Alemã*, parece que entre estas contradições inerentes a divisão do trabalho e a sua maneira de projetar-se socialmente no rural e no urbano, em ambas realidades, existe uma espécie de hierarquia, ou melhor, uma relação entre dominado e dominante.

O histórico exemplo de desenvolvimento urbano é, para o desenvolvimento político ocidental, em âmbito mais geral, o conflito entre cidade e campo, donde podemos compreender melhor o contraste entre os proprietários nobres e os camponeses servos, entre os mestres artesãos e os aprendizes dos jornais.

Sem esquecer que todos os conflitos de classes populares podem manifestar-se ora com maior violência, ora permanecerem inertes durante algum tempo. A dialética entre cidade e campo faz do espaço um importante motivo para desencadear conflitos violentos.

O desenvolvimento do processo da divisão social do trabalho e as diferentes modalidades de propriedade não atuam como variáveis independentes, muito menos como as mais importantes no processo das transformações da organização social. Estas preocupações estão presentes em Marx e Engels e, também, em Durkheim, que, por sua vez aponta um pequeno controle social; segundo a observação de Bettin (1982), o que viabiliza o aumento da população é o paralelo aumento das necessidades.

O adensamento da população, na verdade, age como uma espécie de causa que tem sua razão na divisão do trabalho. A origem dessa divisão habita nas sociedades pré-urbanas, com sua divisão sexual do trabalho, onde a natureza comanda, de modo dominante, todo o comportamento social.

Ora, como o aumento da população acontece naturalmente, levando-se em conta fatores como, por exemplo, trabalho manual e intelectual, que vai permitir a compreensão do conflito cidade e campo, e ainda a ampliação das relações externas, o

aumento das necessidades e o crescimento demográfico, ocorre uma alteração significativa na divisão do trabalho.

A cidade antiga tem sua base no campo, na propriedade da terra, o rural apresenta-se como território da cidade. Em seu princípio, observa-se um processo de ruralização da cidade. Apresenta-se como uma expressão política e coletiva exercendo um poder com raízes plantadas fora da cidade, ou seja, na propriedade rural. “La ciudad sintetiza y sublima em el concepto de ciudadanía las relaciones sociales subentendidas por la propiedad de tierras”. (BETTIN, 1982, p. 40).

A terra, que antes era coletiva, torna-se privada, e agora a cidade passa a ser o local privilegiado das metamorfoses que se apresentam como conseqüências sociais em uma dimensão revolucionária.

O que chama a atenção na análise do pensamento de Marx e Engels é que precisamente o conflito central é o conflito entre cidade e campo, sua força faz com que as contradições presentes nas cidades não incidam na capacidade da própria cidade para organizar-se unitariamente contra o poder extra-urbano, gerando uma força militar defensiva, autônoma, e, sobretudo, desenvolvendo uma política econômica que cada vez mais secundariza o campo, submetendo este às regras do capital.

A análise vai resultar na hipótese que é menos convincente do que desvalorizada, segundo a qual a luta entre cidade e campo tem nesse mesmo momento um importante significado político, é a luta entre dois tipos de poder, com bases econômicas distintas: um emergente e outro em vias de profundas transformações.

Mas isso não quer dizer que campo e cidade desenvolvem-se separadamente, pois ambos estão dentro da mesma lógica de acumulação de riqueza. Não podemos esquecer os *agrobusiness* e toda a tecnologia empregada no campo tanto no avanço de equipamentos como no uso da genética.

O desenvolvimento econômico contribuiu no sentido de determinar a afirmação da cidade sobre o campo. Deve-se, também, é claro, à autonomia militar urbana, pois se o desenvolvimento econômico não tivesse anteriormente condicionado, ou ainda, não tivesse conseguido estender-se mais tarde por todo território, ou mesmo se os próprios princípios de autonomia e liberdade não tivessem gerado as mesmas relações de mercado, não teria conseguido formar todas as demais esferas da vida social.

2.1 Cidades: metamorfoses da imaginação

As diversas conexões existentes entre economia e sociedade permitem-nos verificar a influência da economia de mercado, cada vez mais presente na história econômica e urbana, ocidental, que está disseminando a produção em alta escala de qualquer natureza, sejam eles produtos culturais ou políticos.

Com o aumento do intercâmbio entre as cidades intensificam-se as relações comerciais que favorecem a acumulação das forças produtivas desenvolvidas em uma localidade determinada, assegurando sua duração e permitindo sua propagação.

A cidade torna-se um importante e novo tipo urbano, sendo fonte de um processo de unificação que não é só econômico, mas é, também, cultural, onde necessariamente irá prevalecer, aquela sobre o campo e conseqüentemente, essa mesma cidade será engolida pelos Estados Nacionais.

A aparição de uma cidade com base econômica exclusivamente alicerçada no comércio, originou de uma categoria de produtores, os tecelões, estabelecendo fronteiras cada vez mais indefinidas para esse mercado, com funções produtivas mais amplas. Com a expansão da manufatura, povoados e pequenas vilas transformam-se em cidades, uma mais importante que as outras, estabelecendo-se uma rede hierárquica entre elas.

As novas invenções tecnológicas e o aperfeiçoamento de todo maquinário racionalizam e aumentam posteriormente a produção. O sistema de fábrica toma conta do território, segundo um critério econômico rigoroso, a localização, alterando substancialmente o tecido social.

De certa maneira, de um pequeno povo nasce uma pequena cidade e dessa, uma grande cidade, cheia de contradições e com uma força de sedução que atraiu tanto empresários quanto os trabalhadores, as inúmeras vantagens e a promessa da possibilidade ampla da fortuna natural dos maiores centros, o mito de que quanto maior a cidade, mais rápido é o enriquecimento.

Engels (1986) vai afirmar que o adensamento da população urbana transforma as relações sociais; estas permeadas pela indiferença, pelo conflito e pela desigualdade que é a origem das condições miseráveis da vida e da luta contra o caos social, característica das grandes cidades. Este fenômeno reside na divisão clássica entre burgueses e proletários, entre os que possuem os meios de produção e os que possuem os meios de

subsistência, os que possuem apenas sua força de trabalho, entre os que são e aqueles que apenas existem.

Toda desordem urbana apresenta-se como uma manifestação necessária para a ordem burguesa, a cidade capitalista alimenta-se das relações produtivas pautadas na exploração, as contradições em todos os níveis são os frutos gerados por um desequilíbrio que submeteu o campo à cidade e conseguiu transformar os trabalhadores do campo em classe operária.

Na obra de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1986)*, o autor desenvolve sua reflexão sobre as condições de vida dos trabalhadores nas grandes cidades, esculpidas pelo capital industrial. O interessante é que ele escolhe justamente a Inglaterra, o berço da revolução Industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento do proletariado e onde claramente se expressam as conseqüências desse processo civilizatório.

Certamente, essa condição perturbadora inaugura uma nova organização mental, sustentada por antigos princípios, como por exemplo, a exploração. O capital produz sua própria contradição dentro de um processo desigual e combinado.

No texto “As grandes cidades”, Engels faz uma análise da situação das principais cidades da Inglaterra. O modo de vida da cidade, descrita pelo autor, traduz uma completa desagregação, do ponto de vista das relações sociais, uma perda contínua de humanidade, onde ele aponta a atomização do mundo como realmente levada às últimas conseqüências.

O panorama descrito por Engels é no mínimo caótico: cidades onde imperam a pobreza, a exploração, a indiferença e um brutal descaso para com o Estado social. A generalidade dos problemas relacionados pelo autor mostra o antagonismo das relações de produção capitalista, traduzido em um caráter perverso e universal.

E o que é verdade pra Londres é também para Manchester, Birmingham e Leeds, é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em toda parte, indiferença bárbara, dureza egoísta, de um lado, e miséria indestrutível, por outro, em toda parte guerra social, a casa de cada um em estado de sítio [...]. (ENGELS, 1986, p. 6).

Manchester, uma das cidades prediletas para análise de Engels, como ele mesmo escreve, por ser *tipo clássico da cidade industrial moderna* (Idem, 1986, p. 53), e por ser esta sua cidade natal e por ele conhecê-la tão bem. O autor faz observações de caráter ecológico que chamam à atenção para um aspecto essencial que é o da

organização social urbana e o contínuo processo de segregação por que passaram os seus habitantes.

A divisão do trabalho, também, regula a distribuição que reside e se produz ali. Na periferia da cidade os bairros operários ampliam-se, logicamente bem longe das áreas residenciais da alta burguesia. Esse *longe*, mais que uma dimensão espacial, traduz uma dimensão econômica, pois morar *longe* significa estar na condição de despossuído.

A espacialidade da cidade foi desenvolvida de tal modo que, mesmo que alguém pudesse residir por anos na cidade, poderia entrar e sair dela, sem ter o mínimo contato com os bairros operários. O esquadramento da cidade funciona no sentido de evitar contato, de qualquer tipo, com a miséria. O espaço urbano é regulador e organiza-se dentro de uma hierarquia de funções econômicas

O autor analisa os diversos bairros operários, tanto da cidade antiga quanto das construções mais recentes. Nas construções antigas observa-se a presença de operários irlandeses, imigrantes vindos do campo, amargando uma vida de adversidade. Nos bairros operários mais recentes, nota-se uma situação humilhante, de total responsabilidade daqueles que governam economicamente a cidade, orientados pelo lucro.

O isolamento, o egoísmo, a indiferença constituem-se em elementos fundamentais para a sustentação da sociedade atual. A multidão percorre, em sentidos diversos, as ruas, mas de nenhuma maneira podem representar obstáculo para o outro, o lugar do reconhecimento não existe.

Cada indivíduo é só um corpo que ocupa um espaço. Nenhum contato. Nada em comum. Todos em busca de interesses particulares, em busca da sobrevivência. Em nenhum outro lugar esse emaranhado de ações e intenções é tão presente quanto nas grandes cidades.

As condições do salário do trabalhador podem ser dimensionadas nas diferentes manifestações de representação como, por exemplo, habitação, vestuário, e alimentação, entre outros. Em seu texto “Contribuição ao problema da habitação”, escrito por volta de 1872 ou 1873, Engels nos esclarece que desde o surgimento da cidade como centro industrial, a penúria da moradia adquire, no seu tempo, proporções agudas e continua a existir de modo crônico, tornando-se assim um sintoma da Revolução Industrial.

O problema da habitação não afetará somente o proletariado, mas a pequena burguesia e até a alta burguesia, esta, mesmo que de maneira indireta, pois as condições insalubres do espaço urbano implicam na vida de todos.

As ciências naturais modernas demonstram que os chamados “bairros insalubres”, onde se amontoam os operários, constituem os focos de origem das epidemias que periodicamente invadem nossas cidades. O cólera, o tifo, a febre tifóide, a varíola e outras moléstias devastadoras espalham os seus germes no ar pestilento e nas águas contaminadas desses bairros operários. Quase nunca desaparecem aí, [...]. Essas epidemias estendem então aos bairros mais arejados e mais salubres em que residem os senhores capitalistas. (ENGELS, 1976, p. 68).

Se por um lado, a vida nas grandes cidades representa uma imensa degradação na sua dimensão de humanidade, por outro, é nesse cenário que surge a possibilidade de um futuro diferente. A organização das massas surge como uma possibilidade concreta, apesar da situação de debilidade, desorganização da classe trabalhadora e essa, se constitui como força emergente.

Portanto, a polarização dessas forças, impulsionadas pela tomada de consciência dos trabalhadores de sua situação de opressão, adquire sua importância social e política. As grandes cidades não serão apenas focos de doenças, da violência, da exploração e da miséria, mas também serão focos da organização do movimento operário.

Os problemas da sociedade, que eram agudos no campo, tornam-se crônicos na cidade. Refletir sobre essas condições e combatê-las constitui-se no caminho para resolvê-las. É esse panorama de antíteses e sínteses, que favorece a organização e a tomada de consciência dos trabalhadores, processo que está cristalizado na produção do *Manifesto do Partido Comunista*.

2.2 Urbanização: técnica de organização ou estratégia política?

A cidade pode ser definida como *modus vivendi*. Alguns autores dizem que ela pode ser um aglomerado de casas dispostas em uma certa ordem dentro de uma localidade. Weber (1982) parte da formulação que nos leva a excluir o que não é cidade. Por exemplo: aglomeração não é cidade, não é a quantidade de pessoas, não é a presença; é o sentido de vizinhança.

Também não é só a presença de um mercado, ainda que essa presença seja fundamental para sua existência e uma das principais características. A existência de um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes é uma realidade

urbana, porém, precisamos ficar atentos a determinadas afirmações, pois não é qualquer mercado que transforma a localidade na qual ele existe em cidade.

Entretanto, sem a presença do mercado não há cidade, porque é o mercado que define a racionalidade. O autor não se preocupa com o ambiente urbano, mas sim, profundamente em descobrir dentro do espaço da cidade como é que acontecem as relações políticas e administrativas. As relações que esse mercado produz e conseqüentemente o surgimento de uma burocracia que gerencia a administração do mesmo.

Falando no sentido econômico, quando a população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local, outra parte, mediante produtos que os habitantes da localidade e a povoação dos arredores produzem para colocá-lo neste estabelecimento de comércio.

Portanto, cidade no sentido econômico para Weber (1982) é um estabelecimento de mercado, juntamente com todas as suas implicações e todo o seu arranjo mental, proporcionado por sua cultura econômica.

A cidade é um modo de viver, mas também é um modo de sentir. Aparece, também, como um campo privilegiado para apresentar com materialidade o produto do processo de trabalho, na divisão técnica e social. É a maneira de pensar, sentir e em tempos de capitalismo, consumir.

Cada habitante que vive na cidade sabe o que é cidade, posto que ele vive e constrói seu cotidiano nela em oposição a outros modos de vida e reprodução social como o do campo. O ritmo da cidade, ou seja, o tempo de duração diferente do relógio biológico que é criado pela natureza, é determinado por uma dimensão que se produz socialmente.

Medida pela máquina, a vida das pessoas modifica-se com a mesma rapidez com que é produzida a cidade. Os lugares da sociabilidade diminuem. A cidade segrega, exclui e uniformiza seus comportamentos. As estruturas metálicas e o concreto ajudam a normatizar a cidade. Essa paisagem tanto vai ser expressão de um modo de vida, como uma vitrine para receber as desigualdades conseqüentes dos contrastes de produção do espaço urbano.

Com certeza, a cidade está plantada nos hábitos e costumes de seus habitantes, desse modo ela possui uma organização que não se resume só no físico, mas também no moral e uma interfere na outra, modificando-se mutuamente. O ordenamento e a

disciplina vão incidir no problema do uso da liberdade, da consciência do sujeito de gerir sua própria vida.

Para os pós-modernistas, a cidade é um lugar demasiadamente complexo, a cidade é o lugar em que o fato e a imaginação simplesmente têm que se fundir, pois a identidade tornou-se suave, fluida, interminavelmente aberta ao exercício da vontade e da imaginação.

O pós-moderno, em contraste com a modernidade, privilegia a heterogeneidade e a diferença, como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar o termo favorito) totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno.

As cidades, ao contrário dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas, por sua vez, nos moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes nossa própria vontade.

Nesse sentido, parece-nos que viver numa cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre o homem e o imaterial que existe na contínua interação criativa da vida urbana. Mas as próprias qualidades plásticas que fazem da grande cidade o libertador da identidade humana também a tornam especialmente vulnerável ao pesadelo totalitário.

O pós-modernismo rompe com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento concentram-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada.

A idéia de tecido urbano, para os pós-modernistas, é de fragmentação, modelos passados, superpostos uns aos outros, e uma “colagem” de uso recorrente, com um traço forte de efemeridade. Nota-se, também, um afastamento do estilo radical do pensamento moderno, por exemplo, a respeito do espaço. Pois para os modernistas o espaço é algo que deve ser moldado de acordo com os objetivos sociais, sendo independente de um projeto social.

Os pós-modernistas percebem o espaço como algo autônomo, independente, sujeito às mudanças, segundo princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social mais abrangente, a não ser como diz Harvey (1992), a intemporalidade e a beleza “desinteressada” como fim em si.

Então o que seria uma boa cidade? Para Krier uma boa cidade (por sua vez, ecológica), seria aquela em que a totalidade das funções urbanas obedecesse a uma noção particular de tempo e espaço dentro de uma lógica compatível e agradável.

Krier procura uma forma de cidade formada por comunidades urbanas completas e finitas, cada uma delas constituindo um quarteirão urbano independente dentro de uma grande família de quarteirões urbanos que formam, por sua vez, cidades no interior de uma cidade (KRIER, Apud. HARVEY, 1992, p. 70).

Depois da II Guerra Mundial, os problemas eram crônicos. As condições objetivas para uma vida melhor precisavam ser construídas, pois os povos que tinham embarcado em uma guerra que se justificava como uma luta por um mundo mais seguro, queriam esse mundo mais justo, pelo que tinham lutado, sem isso significar retornar para as condições miseráveis do pré-guerra, as filas de desemprego, instabilidade política e social. As políticas do pós-guerra precisavam manter o pleno emprego, habitação etc, ou seja, o Estado de bem estar social.

A intenção era melhorar os equipamentos materiais e sociais, contribuindo para favorecer as metas do Estado de bem-estar social. A reconstituição do tecido urbano aconteceu de modo a preservar o pleno emprego, abrigando a população em condições de vida melhores que as do período entre guerras. De maneira geral, facilitando a preservação de uma ordem social capitalista bastante ameaçada em 1945.

Assim, a modernidade cumpre seu papel, mesmo sendo alvo de duras críticas, como a padronização das linhas de montagem, tanto ressaltada. Para Harvey (1992) é errado culpar o movimento moderno pelos males urbanos do desenvolvimento pós-guerra, pois é necessário considerar a conjuntura política e econômica do período. Críticas como as de Ebenezer, Howard e Le Corbusier, são injustas, pois é preciso considerar as condições objetivas do momento.

Projetos para pessoas de baixa renda que se tornaram piores centros de delinquência, de vandalismo e de desamparo social geral do que as favelas que pretendiam substituir. Projetos de habitação para pessoas de renda média que são verdadeiras maravilhas da estupidez e de sujeição, privados de toda jovialidade ou vitalidade da vida na cidade. Projetos de habitação de luxo que mitigam sua inaniade, ou tenham, com a vulgaridade insípida. (HARVEY, 1992, p.73).

Desse modo, os planejadores urbanos não conseguem captar a autodiversificação espontânea existente na população e esta não consegue exprimi-las. Segundo Jenckes

Apud. Harvey (1992), a arquitetura pós-moderna tem como raízes significativas, mudanças tecnológicas, como, por exemplo:

*As comunicações contemporâneas derrubaram as fronteiras usuais do espaço e do tempo: Construções urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são mais presentes do que antes.

*As novas tecnologias: com os avanços no campo da informática, foi permitida a produção em massa, flexível de “produtos quase personalizados” que exprimem uma grande variedade de estilos.

O autor não diz que a tecnologia restringe, mas ela permite que os arquitetos e planejadores urbanos, pós-modernos, se comuniquem com maior facilidade com os diferentes grupos, de maneira personalizada.

A tônica dos pós-modernistas, que pensam a cidade, são marcas de status, a história, o comércio, o conforto, o domínio étnico, sinais que indiquem a familiaridade, Harvey (1992) dá importância a todos os gostos, elementos estes considerados banais pelos modernistas. Ao contrário dos modernistas, a arquitetura pós-moderna não busca impor solução, é antivanguardista, antiburocrática e se pretende, sem traço autoritário. A esquizofrenia é seu principal pensamento.

A pós-modernidade, por conta desse traço mutante, pode assumir várias intencionalidades, podendo, inclusive, representar um zoneamento do mercado, ou seja, uma transição entre os mecanismos planejados para os mecanismos de mercado que têm como base a capacidade de pagar.

O populismo do livre mercado lança a classe média nos espaços fechados e protegidos, são ‘os shoppings’ e átrios³, enquanto que os demais pobres são deslocados para outra paisagem pós-moderna onde falta habitação e sobram outros problemas de ordem social.

A miscelânea de estilos e gostos que resultam na fragmentação, muitas vezes conscientemente adotadas, então faz das grandes cidades um sistema de signos e significados anárquicos e arcaicos em constante e independente movimento entre aquilo que muda e o que permanece.

É importante que algo permaneça. Esse impulso de preservar o passado é um impulso de preservar o eu. A continuidade entre passado e presente produz um sentido de seqüência para a desordem aleatória e, assim é inevitável a mudança.

³ . Praças artificiais construídas dentro de uma outra construção, como por exemplo, um Shoppin Center.

A organização desses elementos nos permite lidar com a inovação e a decadência. O sentimento nostálgico acaba funcionando como um paliativo social, pois sustenta a identidade nacional em tempos de inseguranças.

Para Harvey (1992) o mascaramento da realidade não vem da inclinação pós-moderna, ou da citação eclética, mas de um determinado fascínio da superfície, para ele o excesso de ecletismo acaba dando à arquitetura pós-moderna uma sensação de falta de profundidade planejada.

Isso talvez explique o conflito velado que reside entre o historicismo de ter raízes em um lugar e o internacionalismo de estilo, extraído do imaginário, dentre a função e a fantasia. As ações, que implicam, a destruição, demolição, e as mudanças, são resultado da especulação, elementos conhecidos da dinâmica urbana que acabam sendo produzidos para imitar as imagens da mídia.

Esse ecletismo de gostos culturais acaba traduzindo uma idéia de um *mix* internacional e atemporal. Traduz o grau zero da cultura geral contemporânea e de uma cultura que tem escolha, mas como gosto não é uma categoria estática.

Assim o pós-modernismo e todo movimento incessante do capital acaba por criar um ambiente vazio, intervindo na vida presente e na história. Como nossa noção de história não é profunda, criamos uma caricatura de representação contemporânea que é muito mais um drama e re-presentação de costumes que um discurso crítico. Harvey (1992).

Para compreendermos melhor a urbanização, precisamos considerar que o espaço é história. Destarte, a cidade, como observamos hoje, é o resultado cumulativo de várias experiências anteriores de cidade, que se transformaram através do tempo. Assim, pensando a urbanização como um processo e a cidade como a materialização desse processo, afirmamos ser elementos que marcam profundamente a civilização contemporânea.

Para conceituar urbanização certamente não encontraremos um único termo, mas admitiremos esse processo como relacionado ao crescimento da cidade, no sentido demográfico, onde esse crescimento populacional supera a média do crescimento total da região em que aquela está localizada.

Pensar a urbanização além das fronteiras da técnica e da organização do espaço ou mesmo além de uma padronização estética é pensá-la como uma estratégia política, muito mais que um aspecto físico-espacial, transformado para receber a vida da *urbe* ou satisfazer necessidades.

Se a urbanização é um processo, e como todo processo não está isolado, faz-se necessário, então, a compreensão fundamental do papel do capitalismo no desenvolvimento da estrutura urbana. “A cidade nunca fora um espaço tão importante e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo” (SPOSITO, 1991, p. 30).

A urbanização e a industrialização apresentam-se como faces de um mesmo processo. A industrialização marca a idade moderna e contemporânea, tendo a cidade como sua base territorial onde estão concentrados os serviços, o capital e a força de trabalho.

O predomínio da mão-de-obra assalariada e o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, tornando-os mais modernos, possibilitando assim uma produção mais rápida e de custo menor e principalmente o controle da produção, por parte daqueles que detinham o capital, trilham um novo rumo dentro do desenvolvimento capitalista. Vale ressaltar, também, que as transformações ocorridas no campo contribuíram para esse desenvolvimento.

Antes era possível acumular por meio de qualquer prática mercantil; agora esse capital pode reproduzir-se, investido na compra de matéria-prima ou ferramentas e máquinas. Tudo isso estava contido no preço dos produtos, constituía-se no lucro, e mais aquilo que a economia liberal ousou chamar de remuneração do capital investido. Nada mais sendo que a apropriação indevida de parte da riqueza produzida pelo trabalhador cujo salário não remunera, a mais-valia.

A urbanização ocorre, partindo de um processo de universalização da divisão do trabalho e das trocas, através de estratégias contidas na formação econômica capitalista. O espaço mundial fragmenta-se, hierarquiza-se em um movimento que combina antagonismos e contradições, onde a metrópole, por uma questão estratégica, possui o poder de comando desse espaço, na medida em que concentra o poder político e econômico.

Analiticamente, como todo modo de produção, o capitalismo produz um espaço. Acontece que, no capitalismo, a produção só ocorrerá caso haja uma valorização do capital. Segundo a análise de Lefebvre (1991), no capitalismo existe algo mais que uma simples produção do espaço, algo muito mais estratégico, uma coisa meio invisível, posto que não é uma produção qualquer.

Acrescenta-se algo decisivo, visto que é também a reprodução das relações no interior do modelo de acumulação econômica. Dessa maneira a produção material

manifesta-se com duas faces, pois a sociedade não constitui somente condições materiais de existência, mas também condições imateriais, como, por exemplo, suas relações sociais.

A industrialização é sempre um processo centralizador, não se manifestando indiferente e dispersamente no espaço territorial de uma nação, na medida em que concentra capital, poder e mão-de-obra. Não consiste apenas em mudança de técnica de produção ou em maior diversificação de produtos, mas principalmente em alteração profunda na divisão social do trabalho.

A atividade industrial torna-se altamente concentrada na medida em que esta necessita da utilização da mesma infra-estrutura de serviços especializados (energia, água, esgoto, transporte, comunicações, etc). Isso não quer dizer que seja isolada, mesmo porque, para o seu desenvolvimento, ela precisa estabelecer um feixe de relações com outras atividades agrárias, industriais, etc.

Tais relações ocorrem através dos mais diversos meios de transporte e dos avanços tecnológicos de setores como o da comunicação, a mudança da concepção tempo-espaço, permite uma universalização do capitalismo, abrindo assim novos espaços e ampliando suas fronteiras descontínuas.

O alargamento das relações econômicas entre as cidades, proporcionado pela rápida expansão industrial, acentua a relação de subordinação de umas às outras, somando mais a produção em grande escala, provocaram a constituição de uma sociedade de consumo de massa, resultando na homogeneização de valores culturais, estéticos etc.

Todo esse processo reflete-se na paisagem urbana, mesmo com as enormes diferenças culturais. É possível notar algo de familiaridade nos grandes centros como, Londres, Tóquio, Paris, Nova Iorque ou São Paulo, traduzido nas soluções modernas ou nos “outdoor” (es) da Coca-Cola.

Para Castells (2000) o urbano seria: “Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensões e de densidade. Difusão de certos valores, atitudes e comportamentos denominados de cultura urbana” (p.39).

Existem divergências entre alguns autores que recusam a utilização do termo “cidade” para designar certas existências de povoamento, tornando dessa maneira, explícito a confusão entre problemática urbana e determinados modos de povoamento.

A terminologia: *urbano* seria para designar um modo particular de ocupação do espaço por uma população, que resulta de uma intensa concentração com diferenças funcionais e sociais.

A concentração do capital por parte de alguns e as desigualdades nas trocas provocam um impacto sobre a urbanização e, manifesta mudanças estruturais na organização do espaço interno da cidade.

Desse modo, a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Os espaços não são apenas urbanos, existe cidade e campo.

O modo de produção não produz cidade de um lado e campo de outro, mas sim age em sua totalidade, articulando cidade e campo, acentuando de tal modo essa articulação que, muitas vezes, coloca-se em dúvida tal distinção, questão que aparece como ponto de discussão acerca da urbanização do Brasil.

A complexidade de um perfil com tendência à onipresença da metrópole, por meio de inúmeras informações que se sobrepõem aos fluxos de matéria, dão lugar a uma nova construção de sistemas urbanos; esse novo perfil industrial adotado tem muito haver com o crescimento das grandes cidades, que em muito supera ao das regiões agrícolas.

A grande cidade, antes de mais nada, configura-se como pólo da pobreza, lugar capaz de atrair e manter gente pobre. A cidade tornou-se criadora e mantenedora da pobreza, tanto pelo sistema econômico que sustenta, quanto pelo seu modelo, desenhando favelas, cortiços e alagados como locais de habitação da população.

A urbanização do Brasil significava uma condição imprescindível para o seu desenvolvimento e para o rompimento definitivo com a imagem do atraso, provocada pela base econômica agrícola. Estudiosos como Oliveira Viana expressam bem essa concepção quando este afirma que:

[...] o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade do período imperial.(VIANA Apud, FERNANDES, 1979, p.17).

Fernandes (1979), em estudos sobre a cidade de São Paulo, acaba por revelar que o processo de crescimento de uma grande cidade reúne características que

possivelmente são comuns a outros processos de transformações, tal estudo acaba favorecendo a compreensão da formação tardia da urbanização brasileira.

Fundada no século XVI, a cidade de São Paulo surge como vila, começa com cerca de 1.500 a 2000 indivíduos; tem a princípio denominação de “vila”, mesmo não correspondendo à realidade descrita como vila pelos europeus, no sentido ocidentalizado. Caracterizada como campesina pela natureza de sua atividade econômica, contendo inúmeras diferenças como sua maneira peculiar de distribuição, exploração e ocupação das terras, se distancia do sistema europeu, refletindo assim a organização da vida associativa dos moradores.

Houve uma enorme dificuldade em manter o padrão europeu da vida campesina, pois a modificação de hábitos e ideais de vida comunitária configura-se como fatores variáveis do modo de vida europeu, adicionando a tendência de fixar moradia nas propriedades rurais. O fluxo e o refluxo estavam mantidos pelos eventos locais promovidos pela Igreja.

Com o surgimento da tendência para fixar moradias nas propriedades rurais, a “vila” deixa de ser o núcleo ativo da vida social, reduzindo assim seu volume e intensidade, cedendo lugar às propriedades rurais, que passam agora a ser o centro original; de modo particular residem no interior dessa propriedade, transformando essa vila em apêndice do campo.

Como as famílias dispunham de condições de subsistência, a vila tem função econômica reduzida, sua dinâmica é mantida vila-cidade, e vice-versa, que eram sustentadas pelas atividades religiosas, administrativas e políticas. No entanto, não existia limitação cultural entre o campo e a vila, o estrilo de vida rural e a mentalidade campesina junto à dominação econômica.

Fernandes (1979) descreve a observação do cronista padre Cardim, que ressalta a semelhança da região. O isolamento da vila, a economia de subsistência, dominante, a vida social e as relações sociais estabelecidas, possibilitam uma produção do espaço ibérico na região.

A organização da vida social era marcada pelo racismo e pela divisão social do trabalho. O complexo de sistemas de oposições sociais delimitavam o terreno, traduzindo um tipo de nobreza agrária. Os lavradores (brancos) determinavam uma espécie de estratificação social, o contraste entre os dois mundos rurais fazia-se presente na hierarquização de acordo com a qualidade e condição de vida de cada um.

São Paulo tornou-se uma grande cidade, dotada de inúmeros meios modernos, desenvolvendo-se, e desfrutando de uma rede de comunicação, transportes modernos, assistência e recreação, destacando-se com uma dinâmica de crescimento considerável, tornando-se centro industrial da América Latina.

Centro de operações financeiras grandiosas e importantes, pólo econômico de regiões vizinhas; e mantendo articulações econômicas e culturais contínuas, com europeus e americanos. Em meio a esse desenvolvimento grandioso, parece um tanto insignificante o seu passado agrário.

A velocidade com que as transformações radicais ocorreram na cidade de São Paulo provocou uma desorganização social. O crescimento da cidade não foi acompanhado pelos serviços públicos, os problemas urbanos, como, habitação, fornecimento de água, elevação do custo de vida, os conflitos e contradições criados pela instabilidade econômica e uma grande diferença de salários fomentam sentimentos diversos.

Laços de solidariedade são substituídos pela racionalidade, a aspiração à ascensão social e o êxito pessoal elaboram um novo clima moral na situação do “salve-se quem puder”, afinal nem todos ganham com o progresso; deixando que todo esse desequilíbrio social seja resolvido no decorrer da evolução urbana e industrial da própria cidade.

Portanto, o ritmo retardado da urbanização deve-se à persistência de estruturas ligadas a funções administrativas, política e econômica da vida e de todo um arranjo mental plantado na consciência rural, sobre isso Fernandes (1979) nos esclarece que:

[...] Em conseqüência, o ritmo e a intensidade da urbanização só tardiamente se libertaram de influências que operavam no sentido de manter elementos ou concepções características do antigo estilo de vida rural. (FERNANDES, 1979, p.210)

A formação da cidade, sob aspectos da nova ordem urbana, só foi possível após a decadência e a neutralização de elementos rurais, que apresentavam componentes substanciais na organização social, devido a uma perfeita articulação de fatores que objetivavam produzir mais riquezas.

A desagregação da ordem patrimonial favoreceu comportamentos racionais, pois só assim seria possível criar condições para uma organização social capaz de produzir

uma cidade, palco de emancipação política e “locus” privilegiado do desenvolvimento do capitalismo, onde o tradicional é bombardeado pela dinâmica do urbano.

Assim como a cidade de São Paulo teve o seu processo de formação urbana engendrado pela dinâmica de acúmulo do capital, outras cidades brasileiras, como Manaus, serão submetidas ao mesmo processo.

2.3 A invenção do Brasil urbano

O recorrente discurso acerca do desenvolvimento territorial do Brasil que segundo Veiga (2003) carrega uma concepção equivocada do pensamento brasileiro sobre a urbanização do país e suas possíveis implicações, principalmente nas políticas de intervenção, adotadas pelo governo.

O entendimento tem raiz no critério que foi estabelecido para designar, como urbana, as sedes de municípios (cidades) e de distritos (vilas). A questão central é atribuída ao modo como a tipologia de centros urbanos regionais e essas sedes, mesmo com um baixo número de habitantes e condições adversas. A análise feita pelo autor coloca em xeque as informações do próprio censo que indica 81,2% de urbanização do Brasil.

A urbanização vai traduzir-se pelo despovoamento do campo, pelo declínio das lavouras tradicionais, substituídas, principalmente, pela criação de rebanhos. Os fatores essenciais do avanço urbano são de natureza político-administrativa, e vinculados às condições favoráveis dos processos econômicos.

O autor defende a tese de que existe uma linha intermediária de municípios que não pertencem ao Brasil urbano e nem ao Brasil denominando essencialmente rural, são os centros reurbanos, ou seja, são *potencialmente* centros urbanos. Ele considera, também, que municípios de pequeno porte, com características rurais, sofreram evasão populacional, mas em um quarto deles o efeito foi contrário, o aumento chega a 31,3%, o que faz cair por terra a tese de que o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando.

A saída apontada no texto passa por uma articulação intermunicipal com a formulação de um plano de desenvolvimento microrregional que viabilize financiamento junto à esfera governamental.

A degradação ambiental pode ser fruto da aglomeração de uma determinada microrregião, daí que as microrregiões têm e podem usar a qualidade ambiental como um trunfo de desenvolvimento. O patrimônio natural ligado ao patrimônio histórico-cultural que antes era visto pelos governantes como oneroso passa a ter um sentido de consumo produtivo onde a própria comunidade é protagonista de sua valorização.

Como o patrimônio vai além dos recursos físicos, passa pelo corpo de tradições, ritos, sentimentos de pertencimento, algo que pode fornecer suporte à exploração econômica que não vai se restringir apenas às atividades turísticas, mas também sobre os possíveis investimentos da classe média podendo viabilizar projetos de desenvolvimento.

A desmistificação do par “desigualdade e pobreza” é feita pelo autor, uma vez que ele aponta a possibilidade de redução da pobreza no país, e aí podemos verificar isso nas incessantes políticas paliativas, sem necessariamente implicar na redução das desigualdades sociais.

Uma alternativa para a superação do quadro crítico de miséria setorizada é o investimento no aumento da taxa de empregabilidade. Essa medida irá provocar reflexos contundentes na elevação de renda da população, assim como o acesso crucial à educação e propriedade imobiliária.

Um plano estratégico é absolutamente necessário com políticas territoriais e não somente setoriais, realista, que viabilize essa transição. Um instrumento institucional capaz de diagnosticar os principais problemas rurais, captar recurso e executá-los. O autor indica uma ação de natureza contratual, que não pode se limitar à concessão de recursos, ou seja, um contrato territorial de desenvolvimento com ações de três tipos básicos: Aquisição de competências, programas de inovação rural e criação de rede produtiva.

Um plano que responda aos princípios das atividades econômicas: busca do pleno emprego, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, função social da propriedade, e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

2.4 Amazônia: uma urbanização pretérita

Para compreendermos o processo de organização espacial da Amazônia é fundamental observarmos como a rede urbana foi construída. Corrêa (1987) chama a atenção para um questionamento: se realmente existe uma rede urbana na Amazônia. Para o autor a periodização é uma ação intelectual que permite definir tempos históricos.

Corrêa (Op.cit.) utiliza-se das categorias marxianas como totalidade para fazer sua análise verificando que a totalidade social é constituída de dimensões igualmente importantes como a econômica, a ideológica e a jurídico-política. Segundo ele tal constatação torna possível a periodização espacial, considerando dimensões de organização global e específica.

Cada lugar possui uma realidade sócio-espacial que é resultante de uma combinação de elementos que possuem tempos espaciais próprios, evidenciando a elaboração de um caráter de organização espacial diferenciado como característica de um processo de elaboração da organização espacial. Pelo fato de se manifestar num quadro diferenciado em termos espaciais conclui-se que a periodização se dá de modo desigual.

Assim podemos dizer que a rede urbana na Amazônia expressa uma periodização diferenciada, uma vez que sua organização espacial foi produzida de modo diferenciado.

Utiliza-se, ainda, de uma das leis da própria dialética ao afirmar que tanto a regionalização quanto a periodização, mesmo sendo diferentes, obedecem a mesma lei da dialética, a lei da conexão recíproca e conexão universal.

A rede urbana é considerada, pelo autor acima mencionado, como um objeto da periodização, assim como um importante elemento de variação do espaço-temporal. A rede urbana é uma materialização assim como as instâncias ideológicas, econômicas ou jurídico-política. A rede urbana é a expressão dos diversos matizes que formam a paisagem urbana, suas funções e todos os processos que a envolvem.

O autor estudado lista uma série de condições para que possa admitir a existência de uma rede urbana, como: economia de mercado, pontos fixos no território para o desenvolvimento das ações da economia de mercado e inclusive outras atividades, como as de controle político, administrativo e ideológico e como consequência disso os núcleos de povoamento e por fim uma hierarquia entre os núcleos urbanos.

O fato é que ele afirma que existe uma rede urbana na Amazônia, mas não significa que exista dentro de padrões estabelecidos arbitrariamente; essa rede contém as características sociais e econômicas regionais, incorpora os diferentes tempos espaciais presentes nessa rede, por isso, precisa ser entendida. Considerando suas relações complexas que articulam o local e o global, a região e a nação.

O autor sugere um quadro de periodização que é apresentado como uma tentativa de esboçar o traçado de construção da rede urbana na Amazônia, evidenciando seus processos de desenvolvimento desiguais e combinados, resultantes em períodos diferenciados: A princípio, ele destaca a implantação da cidade de Belém; a expansão de fortes e a criação de aldeias missionárias; importante desenvolvimento econômico e urbano capitaneado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

A estagnação econômica que vai do final do século XVIII até meados do Século XIX. O período áureo da borracha, na metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. A estagnação econômica entre 1920 a 1960. E por último um período iniciado em 1960 que vai desde a construção da rodovia Belém-Brasília até a instalação da Zona Franca de Manaus.

Inúmeros artifícios são utilizados para atrair grupos empresariais para a região. São oferecidas vantagens irrecusáveis como isenções de impostos, créditos bancários, conivência total e desmedida com as precárias relações de trabalho empregadas, tais objetivos configuram a “razão de ser” da criação, em 1953, da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

[...] Foi então a vez do Estado Nacional começar a elaborar os chamados “grandes projetos” como o Jarí, Trombetas, Carajás, Albrás-Alunorte, hidroelétricas em vários lugares e as rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte e outras. Por último, em 1967, foi instalada a Zona Franca de Manaus. (RIBEIRO, p.32, 2003).

Esse momento é caracterizado como um período de grandes e significativas mudanças econômicas e urbanas, boa parte dessas mudanças que começam na década

de sessenta, são resultantes de um projeto de desenvolvimento nacional assumido pelo governo ditatorial que vai incluir a Amazônia nesse projeto desenvolvimentista.

A relação entre espaço-temporalidade apresenta inúmeras lacunas, estas por sua vez constituem-se como produto do movimento da ação recíproca e sua conexão universal quanto a articulação de cada período, onde a dificuldade, também, reside na fixidez da materialidade social em que considera a história da rede urbana como específica. Tal situação cria um entrave para o entendimento das relações entre a aparência e a essência, entre o todo e as partes.

A compreensão nesses termos vai nos permitir perceber que, ao se tomar a rede urbana como objeto de investigação, este assim como os fenômenos e processos só se realizam na realidade material, mesmo em aspectos diferentes da matéria em movimento.

A utilização de leis estruturais vai clarificar, na observação da realidade, as manifestações das consciências sociais que dominam. Em contrapartida podem favorecer o entendimento da produção e reprodução ampliada do capital.

2.5 Cidade na Amazônia: construção social das diferenças e desigualdades

Nas diversas narrativas, a Amazônia aparece como grandiosa, contraditória e enigmática. Às vezes cruel, mas também como terra da promessa, uma mistura de sentimentos e sentidos, algo que combina natureza, humanidade e poesia. Para Euclides da Cunha, a Amazônia ainda estava em elaboração, constituía-se como um lugar onde o homem era um verdadeiro intruso. Aonde, certamente, as regras de civilidade do mundo ocidental chegavam de maneira amarga.

[...] a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda decoração interior. Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Walle e Frederico Hartt. Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderaram na topografia instável. (CUNHA, 1986, p. 26).

Essa terra tão cheia de metamorfoses traz em si um elemento, tanto demolidor, quanto reconstrutor, o rio. Estupendo nas grandes enchentes desenraiza a floresta suntuosa, carrega sedimentos, orquestrando uma ação de desconstrução e reconstrução. Quando a vazante chega revela outras surpresas. O espaço é modificado pelo fenômeno das “terras caídas”, este desenha um novo leito, a imagem de vida renovada onde a riqueza das várzeas parece desdenhar da vida simples dos ribeirinhos.

A natureza modifica a paisagem e determina o fluxo e o refluxo da vida, dentro de uma compreensão mental perfeitamente absorvida. Com a superação do valor de uso pelo valor de troca, o homem modifica o tempo e o espaço. Estamos em tempos de resignificação da natureza. As mudanças ocorridas inauguram um novo tempo determinado por novos valores. Um padrão de sociabilidade medido pelo dinheiro, e ainda a difusão de novos hábitos de consumo.

A Amazônia, produto de uma modernidade pela metade, possibilita o surgimento de cidades que carregam uma construção efêmera onde as técnicas possuem um destino fantasmagórico. As cidades, símbolos incontestáveis da expansão do capital, na Amazônia, apresentam uma modernidade caótica e imperfeita, possuindo algo de inacabado.

A semelhança dessas cidades com outras igualmente pobres mostra que a reprodução do espaço no interior do sistema capitalista obedece a regras e padroniza seus resultados.

Então, conhecer uma cidade do interior de qualquer uma das “Amazônias”, guardadas suas singularidades, é como conhecer outra no interior da Guatemala. Certamente nos surpreenderíamos com as familiaridades das coisas. A miséria pode ter várias caras, mas certamente tem o mesmo espírito que reside no acúmulo histórico de riquezas.

Os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia traduzem a intervenção direta do Estado, no sentido de criar condições que favoreçam o aparecimento de novas cidades.

A Amazônia, sempre vista como um espaço vazio, inexplorado de modo racional e potencialmente lucrativo, constitui como uma possibilidade concreta de desenvolvimento nacional e ampliação do capital internacional.

Para perceber a produção do espaço é necessário lançar o olhar para além da aparência e, compreendendo a articulação existente entre os atores sociais, sendo eles “tradicionais” como povos indígenas, ribeirinhos e remanescentes de quilombos, ou os

emergentes, moradores de áreas de manejo ecológico ou os atingidos por barragens, torna-se condição imprescindível para compreender essa dinâmica.

O Estado atua na produção do espaço e do tempo assim, também, como na expansão do capital na Amazônia. Oliveira (2000a). Os grandes projetos para a Amazônia pensados pelo Estado militar vão gerar o surgimento de aglomerados humanos, como o município de Presidente Figueiredo, localizado na BR 174 e duas vilas que funcionam como apoio aos projetos como o da Usina Hidrelétrica de Balbina e da Mineração Taboca.

O espaço que se produz no interior da Amazônia, influenciado pela expansão do capital, ocorre num contexto de uma mais abrangente visão de produção em que homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural (OLIVEIRA, 2000a, p.21).

Na sociedade tudo é produzido, os locais são redesenhados e imbuídos por diversas intervenções sociais, significantes, insignificantes, distantes ou não, estas estão para além do que pode ser perceptível aos olhos. São elas quem compõe o corpo da organização do local.

O pensamento que inspirou a “Manaus dos ingleses” com seus bulevares e sua segregação traduzidas na retirada dos despossuídos desse *fausto* do centro da cidade e sua locação nos bairros distantes e sem infra-estrutura, certamente com as devidas proporções inspira, também, a iniciativa privada nas construções de moradias para apoiar o desenvolvimento de projetos como a Hidrelétrica de Balbina e a Paranapanema com suas vilas setorizadas de acordo com a divisão social do trabalho.

Trata-se da restrição do direito de ir e vir à ordenação do espaço no sentido de hierarquizar econômica e socialmente os grupos apresentando-se como estratégias recorrentes na história. Os pobres ameaçam a ordem e a harmonia de qualquer espaço que se propõe moderno, pois o moderno é aquele que subentende a necessidade de mascarar as desigualdades e diferenças, sufocando qualquer voz dissidente.

Dessa maneira a Amazônia será o lugar por excelência das lutas sociais. A resistência de vários atores sociais revela outras manifestações de espacialização e o inconformismo com as novas relações que se impõem: a destruição das organizações espaciais existentes, a criação das resistências traduz um processo civilizatório.

Oliveira (2000a) diz que as cidades são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais que servem de suporte para a intervenção direta do Estado na produção do espaço e nas emergentes relações de produção na região.

Partindo do princípio de que a Amazônia sempre esteve presente nos discursos, quer com o tema do esquecimento pelo Estado-Nação, ou dos impactos provocados pela sua ocupação. Silva (1999). É correto afirmar que é impossível observar uma parte constituinte de sua totalidade como seus atores sociais, os novos e os tradicionais, seu espaço de atuação, suas capilaridades, a cosmologia, as novas territorialidades, o processo de urbanização de suas cidades, enfim, as inúmeras peças que compõem este enorme mosaico.

A Amazônia não está fora dos processos sociais globais uma vez que: [...] A Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital. (SILVA, 1999, p.02).

Considerando que a formação territorial da Amazônia é profundamente marcada pelos princípios que regem tal sistema, delimitante dos espaços. Segundo as necessidades da expansão econômica. A idéia de organização do espaço segue uma lógica que vai combinar a desigualdade e a necessidade de tornar a Amazônia uma realidade nacional, pois tal lógica justifica o latifúndio como instrumento de desenvolvimento econômico para a Amazônia. “Toda propriedade na Amazônia é regida pelo princípio ou pela idéia de latifúndio, o que é natural e necessário, face o que estamos passando, em economia”. (ARAÚJO, 2004, p. 219).

O texto de André Araújo revela uma Amazônia repleta de contradições onde a posse da terra é fundamental para a vida do homem, pois ninguém vive sem terra. O autor ainda destaca o embate entre os ricos e pobres, revelando a relação entre o seringalista e o seringueiro, o latifúndio e a pequena propriedade.

A presença dos conflitos entre possuidores e despossuídos está presente no discurso do autor quando ele afirma que é justamente aí que reside a origem das disputas e desigualdades na Amazônia. É na apropriação indevida da terra, na sua má distribuição que o capitalismo revela sua face perversa.

Uma análise sincera mostra que tudo se origina da má distribuição das terras. Velhos posseiros perdem seus direitos, porque não podem discutir em juízo a defesa de suas posses antigas. Ambiciosos investem contra essa gente e se transformam em proprietários. Daí têm surgido sérias lutas entre nossos homens. Na Amazônia

ninguém pode viver sem terra. A terra é o fundamento de toda a segurança humana. A casa, a plantação, a educação dos filhos, tudo depende desse aspecto fundamental para a vida humana social. (ARAÚJO, 2004, p. 220).

2.6 Manaus, a cidade feita de exceções...

Quando se conta, aos que não sabem, as belezas de Manaus, todo o seu progresso, todo o seu maravilhoso poder de sedução parece que o que se diz é uma nova lenda da terra encantada, a maior de todas as lendas, a lenda que faz erguer-se à beira dos grandes rios e por entre florestas incomparáveis, uma cidade inacreditável de contos de fadas. E quando alguém passa da ficção para a realidade, descrevendo a Pérola do Rio Negro, essa Manaus soberba e grandiosa, que é orgulho dos que vivem nela e a saudade dos que estão longe, parece tudo uma alucinação imensa, um delírio insano, a ânsia de erguer nas selvas, para os gnomos e duendes, uma cidade cheia de avenidas e palácios [...] Uma cidade incrível, que mais parece um sonho.⁴

A citação acima destoa das observações dos cronistas que estiveram por aqui na metade do século XIX. Cronistas como: Ave-Lallemant (1859), Agassiz 1865 e Bates 1850, os mesmos descrevem a vida urbana de Manaus como um emaranhado de cores, estilos e segmentos sociais, a presença de uma conciliação poderosa que ofuscava a desigualdade.

[...] Sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro, ora rua, ora igarapé; numa porta uma cara branca, bem perto daí, banha-se um menino fúscos (AVE-LALLEMANT, 1859 apud DIAS, 1999, p. 139).

De acordo com Dias (1999), é a partir de 1890 que tem início na cidade de Manaus um processo de transformação; a tentativa de tornar a cidade dos cronistas na Paris dos trópicos, embalada pelos acordos dos investimentos financeiros advindos da acumulação de capital, proporcionada pela atividade mono-extrativista exportadora que tinha a economia do látex como a mais importante atividade.

Para entender as transformações profundas ocorridas na cidade de Manaus é preciso lembrar que estas não são ações isoladas, pois o modelo, o estilo e a concepção adotam um conceito de cidade moderna e civilizada fazendo da referida cidade um produto importado europeu. O projeto de urbanização ao qual foi submetida a cidade de Manaus, por ser um modelo vigente nesse determinado momento histórico irá submeter outras cidades do mundo.

⁴ “Manaus: A cidade incrível” revista Amazônida, nº 44 julho de 1930.

As políticas de intervenção urbana adotadas pelo barão de Haussmann, prefeito de Paris do séc XIX, será o modelo de cidade moderna e civilizada seguido pelo mundo.

Com os elevados preços nas exportações e a supervalorização da goma elástica, a receita do Estado apresenta patamares jamais vistos, provocando uma vertiginosa e opulenta arrecadação que deixará os administradores estaduais certos e seguros de seus investimentos grandiosos, uma vez que é importante preparar a cidade para atender às exigências econômicas e sociais da cidade que pretende ser a capital da economia gomífera. Portanto, a cidade do fausto é pensada e construída para atender às exigências do capital estrangeiro.

A atividade mono-extrativista vai dotar a cidade de Manaus de um novo perfil, este defendido e gerenciado por um grupo específico. Este grupo de extrativistas e aviadores vai possuir relações estreitas tanto com o capital financeiro internacional como com o poder público local.

A cidade, agora diferente daquela descrita pelos cronistas, onde os espaços eram comuns, estratifica-se, segundo a ordem da divisão de classe. A referida mudança não é somente nos contornos arquitetônicos, mas também e até principalmente na estrutura mental, pois a necessidade de transformar a cidade atrasada em moderna é uma exigência da nova função que a cidade deverá assumir e:

[...] A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos. (DIAS, 1999, p.32).

Adotar essa idéia de modernidade significa, fundamentalmente, assumir os padrões e os valores do mundo europeu. Portanto, não são atuais os desencontros e a ineficácia das políticas de ordenamento do mundo urbano, pois não é de hoje que os administradores públicos importam modelos fantasmagóricos que pretendem emprestar cidade a imagem de civilizada que nada mais é que a prova inconteste da incapacidade de atender o homem da Amazônia na sua complexidade, onde o tempo e o espaço assumem um caráter, no mínimo singular.

[...] O conhecimento produzido sobre a Amazônia quase sempre vinha acompanhado de um conhecimento oriundo de um mundo exterior, sem a compreensão das condições concretas do homem da região, suas diferenças e especificidades. (DIAS, 1999, p.32).

O modelo de desenvolvimento assumido pelos administradores públicos segue a lógica das transformações vividas pelo mundo e decorrem do processo intenso de desenvolvimento e de acumulação capitalista. O mundo do trabalho europeu é o inspirador das mudanças drásticas nas relações de trabalho da cidade de Manaus.

Tais relações são traduzidas pela prática da administração municipal cujo Código de Posturas será o instrumento de controle da vida cotidiana. A sociedade disciplinadora mostra sua face onde a vida privada será regulada com a finalidade de ordenar as multiplicidades humanas, pois a disciplina terá o papel de produzir indivíduos cada vez mais úteis ao sistema.

[...] Código de Posturas de 1890, o individuo que viver sem indústria, renda, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal é obrigado, desde que for intimado pelo Fiscal a tomar uma ocupação honesta dentro de 15 dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta a subsistência (DIAS, 1999, p.33).

A dificuldade da classe trabalhadora de se organizar materializa-se na falta de uma identificação dos próprios trabalhadores com a atividade realizada, pois a maioria da população foi composta, principalmente, por índios; estes, por sua vez, ainda apresentavam resistência quanto à racionalidade econômica do sistema moderno de produção, uma vez que esta mesma produção estava orientada pela necessidade e não pelo lucro.

A “obra civilizadora” que povoava o imaginário dos administradores locais exigia a formação de uma classe trabalhadora em Manaus para o desenvolvimento desse projeto civilizatório.

A elevação da borracha à categoria de principal produto de exportação é responsável pelos altos faturamentos. Dentro da referida perspectiva, então, explode na cidade uma série de transformações, tais como o alargamento do espaço e uma redefinição de sua organização. Com o fervilhar intenso das pessoas de todos os lugares, a cidade assume uma nova fisionomia digna da função assumida, antes porto de lenha, agora centro exportador e importador ligado diretamente ao comércio internacional.

Portanto, o espaço produzido para a reprodução do capital expressa as oscilações de movimento da expansão e crise do capitalismo, pois são criadas zonas econômicas como conexões da moderna economia mundial. Por isso é correto afirmar que os lugares são historicamente produzidos.

[...] A invenção de locais ou áreas funcionalmente organizados para a realização de tarefas especiais é um modo de explicar como os lugares são historicamente produzidos, ou como eles se inserem na dinâmica mundial. (SILVA, 1999, p.4).

Fica, dessa maneira, evidenciado que a nova concepção de cidade agora é determinada pelo padrão mundial de civilização, ou seja, o modelo europeu. O desenho e as funções do espaço se reconfiguram; para cada igarapé aterrado, uma nova avenida, um arruamento harmônico e o surgimento dos bulevares.

A cidade de Manaus sempre teve, como recorte, seus igarapés, servindo de limites dos bairros, desenhando uma paisagem que inclui vielas, pontes de madeira e becos. Igarapés que representam espaço de transporte e lazer.

Em Manaus, existiam apenas cinco bairros: Campinas, Remédios, Espírito Santo, São Vicente e República. A estrutura precária da cidade de Manaus revela que tudo ainda precisava ser feito para adequar a cidade às regras estabelecidas pela modernidade.

O aumento da população, ocasionado, principalmente, embora que não unicamente, pelo processo migratório e por uma maciça propaganda que seduzia investidores e pessoas em busca de alternativas de subsistência na pretensa “Paris dos Trópicos” também era o lugar das promessas e possibilidades ilimitadas.

Os impostos cobrados com base no regulamento de 1899 fixam valores e estabelecem as atividades e as profissões que serão alvos dessas cobranças. As taxas eram estabelecidas de maneira diferenciada, ou seja, proporcional à natureza da atividade comercial ou industrial o que valia, também, para as profissões. A chegada dos imigrantes, tanto nacionais como estrangeiros, é decisiva para a expansão das atividades comerciais e serviços urbanos que desencadeiam novas possibilidades.

A ampliação das atividades econômicas e a diversificação exigem da administração pública local uma série de medidas que regulamente, de maneira permanente, o trabalho urbano, pois a cidade já contava com uma intensa atividade econômica que vai do comércio de vísceras às casas sofisticadas de moda.

O adensamento da população favorece o surgimento de novos profissionais como o afinador de piano, o intérprete comercial, o leiloeiro e outros. A mudança vertiginosa da estrutura urbana de Manaus vai orquestrar um acúmulo de fortunas pessoais.

A cidade de Manaus assume o papel de centro de realização de grandes negócios de exportação e importação, sede do poder administrativo e político, alcançando uma dimensão de consumo poderosa.

O surgimento de um grupo local de empresários, que diversificam seus empreendimentos, tem na figura de J.G. Araújo o seu legítimo representante, possuidor de investimentos tão variados, que vão da fábrica de pregos à indústria cinematográfica.

[...] A firma J.G. Araújo & Cia criou uma sessão cinematográfica, montou um laboratório completo com equipamento mais moderno e Silvino Santos, com a parceria de Agesilau de Araújo, filho do comendador, filmou sua principal obra, No Paiz das Amazonas. (COSTA, 1996, p.165).

O comerciante importador-exportador assume uma função importante para o desenvolvimento da cidade, é tanto que a prioridade nas obras realizadas pelo poder municipal é dada aos locais onde estão os estabelecimentos de importação-exportação e para as vias que ligavam a cidade ao porto, símbolo do comércio nacional e internacional.

O desenvolvimento da estrutura urbana que a cidade experimenta é produto de uma lógica de acumulação determinante de padrões comportamentais que promove a substituição de antigos hábitos, produzindo novas territorialidades.

As intervenções por parte do poder municipal priorizam as ações de embelezamento e organização urbana. A promoção dos empreendimentos acaba por privatizar, pelo poder público, o espaço urbano.

A construção de largas avenidas, além de melhorar a circulação de mercadoria, servia para apagar a imagem primitiva da cidade, causada pela presença insidiosa dos igarapés. Manaus terá seu desenvolvimento construído sob a mesma lógica que as outras cidades que surgem no início do século, respeitando suas especificidades, visto que tais transformações não ocorrem como consequência de um vasto desenvolvimento da indústria local, mas para favorecer o consumo e a circulação de mercadorias.

A idéia de destruir para construir sempre foi uma constante na prática dos administradores públicos de Manaus. A idéia de um passado ligado ao primitivo precisava ser destruída definitivamente, por isso, o aterro dos igarapés era tão necessário.

De maneira paradoxal, os administradores públicos atuais vêem na restauração do centro histórico uma saída importante para tornar a cidade mais bonita. Portanto, o

intenso movimento entre o que muda e o que permanece vai construindo um imenso mosaico de cores, estilos e funções.

Se por um lado a cidade vai representar o “novo”, o moderno, por outro ela é o espaço da disciplina e ordenamento do uso do espaço urbano, onde a vida das pessoas, que moram na cidade, será submetida a um corpo de normas materializado no Código de Posturas do Município e no próprio regulamento sanitário que é a base do espaço higiênico e salubre.

A Manaus que assume a função de capital mundial da borracha, que se orgulha das companhias de teatro e de uma invejável estrutura de serviços urbanos, exclui a classe trabalhadora dos benefícios de tal estrutura, pois os serviços públicos são notadamente destinados a uma minoria, ou seja, todo aparato de serviços urbanos estava deliberadamente destinado à elite extrativista, detentora de toda riqueza produzida na região.

A “Manaus dos ingleses” como era chamada comumente por ter boa parte de seus serviços urbanos executados por empresas inglesas, era um modelo importado da Europa, e os serviços como transportes urbanos, abastecimento de água, luz elétrica, provocavam a necessidade das empresas importarem seus trabalhadores para assumir a demanda que crescia.

Não é preciso ser muito observador para perceber que a cidade será organizada por uma interferência direta do Estado, mas é fundamental entender que na mesma medida, ou talvez mais que a máquina pública, as empresas privadas imprimem sua marca preponderante, ora nas ações diretas, como no sistema de circulação de serviço, ou indiretas, quando burlam os contratos de execução de obras, ou ainda descumprem os acordos com a intenção de ampliar lucros.

O efeito causado pelo estabelecimento de empresas que tinham a função de executar as obras é percebido na ampliação e na criação de novas categorias profissionais. Mas estas, assim como as tradicionais, submetidas a antigas práticas de exploração, característica da luta incessante entre o capital e o trabalho. Podemos dizer que a estrutura urbana da cidade de Manaus tem como sustentação a desigualdade, a exploração, e principalmente o acúmulo de riquezas por parte de uma elite extrativista.

Assim como na cidade pensada para o conforto dos investidores, os igarapés, os antigos costumes e tudo mais que lembrava uma cidade atrasada, precisava dar lugar ao novo, presente no discurso vazio e na prática estéril dos governantes da cidade na tentativa pretensamente modernizadora.

Para os administradores públicos a cidade moderna é sinônimo das ausências. Uma visão delirante de que tudo está sempre se reconstruindo. A sensação de provisório e improvisado, reside no desencontro histórico entre o desejo dos usuários⁵ da cidade e os gestores públicos.

A incompatibilidade entre o verde e o concreto, carros e pedestres, revela a face mais incoerente dos planos e projetos urbanísticos executados historicamente em Manaus.



Figura 01: Início da obra no local, trecho rua Codajás, 2005.
Foto: Sandra Lineia.

Por tudo isso é correto afirmar que hoje, assim como no passado, os igarapés e a população que os habita, representam um empecilho para a realização de grandes projetos de urbanização. Transformados em fétidos cursos d'água os igarapés da cidade de Manaus, especificamente a bacia hidrográfica dos Educandos, sofre as intervenções necessárias para sua “revitalização”, ou melhor, aterro, executado pelo governo. Estamos testemunhando mais uma ação de intervenção na paisagem urbana, em uma tentativa desesperada de atender às exigências dos padrões de civilidade, ação esta que não é original. Privilégio de uma mente equivocada que insiste em um modelo superado de urbanização, o PROSAMIM é a materialização desse modelo (Figura 01).

⁵ Termo utilizado por Henry Lefebvre para designar aqueles que usam a cidade para algum fim, diferente de usador; aquele que usa a cidade sem a questão da troca, não é o freguês, não é o cliente.

Manaus tem uma história cíclica. Utilizando a observação de Karl Marx (1997) sobre os comentários de Hegel: na história do mundo fatos e personagens tendem a repetir-se duas vezes uma como farsa outra como tragédia.

[...] Mas o governador Eduardo Ribeiro preferiu aterrar os caudais em benefício de um urbanismo funcional, que lutou contra a natureza até fazer secar os pequenos cursos d'água, transformados, agora, em amplas vias públicas. (Tocantins, 1973, p.239).

A incapacidade de pensar a cidade como um lugar ecologicamente viável e, sobretudo economicamente sustentável, tem sido presente nos discursos e no pensamento dos gestores.

Coincidência ou não, aterrar igarapés, torná-los esgotos a céu aberto, acimentar o seu leito, retirar a população e assentá-la em locais distantes dos serviços urbanos, têm sido o máximo das práticas ambientais e sociais adotadas pelos programas de urbanização vigentes como, por exemplo, hoje, o PROSAMIM.

Ações que se constituem como arremedo de política ambiental e social, acabam por ser a prova inconteste de que o homem não consegue compreender o ecossistema, não entende o processo global posto que exige uma mudança radical de atitude, em que os nexos entre o global e o local precisam ser estabelecidos.

[...] As alterações processadas nos ciclos das águas, energia solar, carbono e nutrientes, resultantes das trocas de cobertura da vegetação na Amazônia, têm conseqüências climáticas locais, regionais e globais. (SILVA, 1999, p.181).

Hoje, assim como no século passado, fica patente à lógica da funcionalidade para a circulação de mercadoria e os ganhos de um mercado imobiliário crescente em detrimento de um equilíbrio ecológico desejável.

Do ponto de vista da organização que predomina na cidade, a lógica urbanística busca, na técnica, a solução para todos os problemas, incluindo os de dimensão subjetiva. Oliveira (2000b) identifica que o referido pensamento é aparentemente racional e funcional, mas é vazio de referências, sem história, memória e desprovido de especificidade.

Não é sem propósito que privilegiamos uma análise em que o movimento dialético ajuda na reflexão sobre a espacialidade da cidade de Manaus, no período de estagnação econômica.

Busca-se uma reflexão não-linear, pois a cidade não é linear. Se por um lado podemos identificar traços de um movimento, de intervenções governamentais que emprestam ares de civilidade e modernidade dentro de uma lógica perversa, que produz mais desigualdades e diferenças, podemos observar, também, a resistência de um povo que resignifica os espaços e oxigena a vida no interior dessa cidade por meio de mecanismos como o movimento social no interior da cidade.

Dois aspectos para reflexão dos processos estabelecidos na cidade são importantes: compreender o período que tem a marca da queda da borracha e a profunda crise política, embora tenha sido aquela responsável pela estrutura e expansão da cidade moderna da “belle époque”; conceber a necessidade de tomar a dimensão do vivido como a espacialização da vida.

A relação das pessoas no bairro, as relações comerciais etc. acabam, também, por definir o perfil da cidade. Entender a vida cotidiana é elemento fundamental para desvendar uma cidade que se pauta na produção de espaços públicos como a praia do Amarelinho; o porto da catraia e sua lógica de organização de transporte; as praças, que acabam sendo alvos da violência e do descaso por parte dos gestores públicos; os espaços de religiosidade, como a igreja do Pobre Diabo; e os espaços privados que traduzem uma outra cidade: o solar dos “Nerys”, marca de uma burguesia decadente, o prédio do palácio Rio Negro, símbolo da cidade do fausto.

Manaus é uma cidade que emerge de sua teia de relações, estas não são harmônicas, os conflitos estão presentes. Ao analisar a expansão urbana em Manaus podemos dizer que sua periodização traduz distorções e disfunções numa sociedade que desenvolve diferentes estratégias, elaboradas pelos inúmeros sujeitos que produzem o espaço urbano.

Se considerarmos o período de 1920 a 1967, visto como período de estagnação econômica, por ser menos intenso que o da economia do látex (1890 a 1910), os dois, o que marca o apogeu e o outro da derrocada da borracha, podem ser situados como rápido e lento se considerarmos que o período áureo da borracha marca transformações estruturais que implicam na espacialidade da cidade. A benesse da borracha não foi estendida a todos no Estado do Amazonas e nem tão pouco à totalidade da cidade de Manaus, isso provocou a formação de espaços diferenciados e excludentes.

Cada período da cidade, tanto o de fluxo quanto o de refluxo econômico, revela que a produção interna se relaciona com o processo de evolução e formação sócio-espacial, utilizando a interpretação dos espaços-tempo como produtores da paisagem

urbana, articulando, desse modo, um movimento entre territórios que se caracteriza ora por movimentos lentos, ora por movimentos rápidos impostos pela modernização.

A produção do espaço urbano na cidade de Manaus é um reflexo da produção do espaço na Amazônia, ou seja, é fruto das determinações políticas, sociais e das relações de produção e da dimensão do imaginário que se situa no interior de um movimento de recriação contínua e destruição das territorialidades e relações sócio-espaciais pretéritas.

O Estado aparece como um elemento constitutivo do espaço urbano, pois por meio de políticas públicas que acabam oportunizando outras histórias de espacialidades, que não as tradicionais, fazem com que, desse modo, outras relações sociais ajam de maneira efetiva na produção dessa paisagem urbana, mantendo as marcas das resistências, da inconformidade com as novas relações sociais nas inúmeras dimensões da vida.

A assustadora expansão de habitações como favelas, mocambos, palafitas, localizadas na periferia das grandes cidades e habitadas pela população de baixa renda vai incidir na criação do Banco Nacional de Habitação.



Aspecto da Cidade Flutuante em frente a cidade de Manaus.

Figura 02: Vista panorâmica da cidade flutuante

Podemos verificar isso na retirada da cidade flutuante (Figura 02)⁶, o deslocamento dos moradores para a periferia da cidade, a criação dos conjuntos habitacionais como a COHABAM da Raiz, o Jardim Brasil, a Cidade Nova que acabam transformando-se em vetores de expansão urbana. Sobre a cidade flutuante o relatório do CODEAMA registra:

[...] O núcleo mais antigo e denso de flutuantes, é formado pela cidade flutuante propriamente dita, com um total aproximadamente de 750 unidades. Localiza-se frente ao Mercado de Manaus, estendendo-se desde as proximidades do cais flutuante da cidade até a boca do igarapé dos Educandos. (CODEAMA, 1966, p.5).

Entender que não só a sociedade, mas também os espaços se adaptaram às novas relações de produção, a tentativa de fragmentá-lo e homogeneizá-lo revela a face perversa de uma modernidade inacabada que afasta parte significativa da população das transformações e das possíveis conquistas ocorridas na cidade.

A favela que se formou na frente da cidade de Manaus de casas flutuantes, denominada de cidade flutuante, de acordo com um relatório encomendado pelo então governador do Estado Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1966; segundo esse mesmo relatório a cidade flutuante não era a única aglomeração habitacional de moradias em áreas alagadiças.

[...] Incluía-se sob a denominação de “área dos igarapés” o conjunto de 1.200 flutuantes dispersos nas seguintes sub-áreas: A - Educandos compreendendo: Beiramar de Educandos, igarapé dos Educandos, Igarapé da Cachoeirinha, Igarapé Mestre Chico, Igarapé Bittencourt e Igarapé de Manaus. E esta subárea abrange 950 residências; B - São Vicente, compreendendo o Igarapé de São Vicente e o litoral do Rio Negro a partir do cais ao igarapé de São Raimundo. C - São Raimundo, com dois pequenos braços de igarapé, o da Castelhana e o do bairro da Glória. As subáreas B e C totalizam 250 flutuantes residenciais. (CODEAMA, 1966, p.8).

A hierarquização da cidade e a produção de um espaço homogêneo como consequência de uma centralidade, que se impõe, cria várias cidades dentro da mesma, com diferenças e desigualdades crescentes.

Dentro da lógica da produção do espaço homogêneo, o processo de embelezamento e infra-estrutura acaba por implicar, claramente, divisão de classe na cidade, pois a homogeneidade é aparente.

⁶ Ver ANDRADE, Moacir. Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas. Manaus, Humberto Calderaro, 1985.p.179

Os pobres precisam ser retirados. A emergência dos detalhes, a fragmentação revela a face contraditória na produção desses espaços. Sua precariedade foge à lógica de um urbanismo racional. Como sempre a população de baixa renda é um empecilho para as ações de embelezamento da cidade, constitui-se como um “mal” que precisa ser exterminado.

Concepção presente na teoria e na prática dos governantes como no documento intitulado “Reivindicações do Amazonas” de 1961. Escrita pelo então governador do Estado, Gilberto Mestrinho, na intenção de conseguir verbas para solucionar a questão das moradias flutuantes.

[...] Solicita-se ao Governo federal, através do Fundo do trigo, a concessão de recursos no valor de CR\$ 275.200.000,00 para construção de quinhentas casas destinadas a outras tantas famílias residentes em habitações acumuladas, sob a forma geral de ‘flutuantes’, sobre as águas que contornam a cidade de Manaus [...] Afora o aspecto sanitário do problema existe o social, que só pode ser sanado com auxílio e a intervenção do poder público. De outro modo jamais se extinguirá o foco, pois ele tende a se renovar e poderia crescer continuamente [...] A par do extermínio progressivo do mal, impõe-se à execução de medidas legais necessárias a sua prevenção por cuja falta alias se originou e a cujo combate e solução se comprometem o poder público obrigatoriamente. (SALAZAR, 1985, p. 78).

As reivindicações acima foram apresentadas na VI reunião de governadores, mas sequer chegaram a ser apresentadas ao presidente, na época, Jânio Quadros. Mas deixa claro que esses espaços segregados representam uma ameaça à ordem da cidade.

O destino da “cidade flutuante” foi decidido ainda na década de 60 como escreve Valverde (1998):

[...] A ‘cidade flutuante’ durou pouco mais de 20 anos. Nomeado pela ditadura militar governador do Amazonas. Por^o A.C. Ferreira Reis resolveu acabar com ela. Mandou construir um conjunto habitacional na periferia de Manaus e intimou os habitantes da “cidade flutuante” a sair de lá até determinada data, em 1967. Desde a véspera, os favelados foram compulsoriamente mudados pela polícia. Na noite aprazada, a ‘cidade flutuante’ foi incendiada, após um grande borrifo com petróleo [...] o número de novas casas construídas não foi suficiente para abrigar todas as pessoas removidas da cidade flutuante (falha dos planejadores). (VALVERDE, 1998, I.1.5).

Para entender Manaus é preciso ir além do seu conjunto arquitetônico. É preciso considerar todo o sítio urbano juntamente com as ações dos produtores do espaço urbano, e entendê-los como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais.

Por isso, não apenas as grandes articulações e todas as questões ligadas à conjuntura local e internacional, mas também os elementos do cotidiano, o simples,

precisa ser investigado, suas dimensões e resignificações, desde os carvoeiros que resistem, ali, na ponte do bairro dos Educandos até o que restou do Distrito Industrial, do bar do Armando no largo de São Sebastião ao Shopping Milenium⁷ (prova das benesses do poder público) da vida agitada e intensa da avenida Grande Circular até os prédios caros e tristes da orla da Ponta Negra. Interpretar o que muda e o que permanece revela-se como uma importante condição, sem a qual não existe possibilidade para o entendimento das disputas de poder no interior da cidade.

Uma outra análise possível chama atenção para a compreensão de uma outra lógica, que compreende a vida das pessoas, as coisas simples. A proposta é um outro olhar, mas agora não mais sob a ótica do reprodutor da relação de dominação, mas na ótica do homem simples, do vencido.

Entender a cidade, a partir de conjugações do dia-a dia, é embarcar nas várias interpretações que surgem como resultado do aparecimento da vida na metrópole, a questão urbana, as decisões políticas.

A exemplo das análises de Walter Benjamin (1991) no início do século sobre Paris, utilizando os poemas de Charles Baudelaire (2005). Benjamin nos apresenta aqueles momentos em que o poeta registra as enormes modificações que estavam ocorrendo na experiência e na sensibilidade do habitante da grande cidade. Ele faz uma analogia dos sentimentos que pairavam e constituíam a estrutura psíquica inspiradora das lutas e as *barricadas do desejo* dos chamados conspiradores de Paris.

Invoca, ainda, as considerações de Karl Marx (1818-1883) acerca das tabernas e como a eliminação do imposto sobre o vinho será fruto da exigência dos trabalhadores do campo e da cidade, a busca da bebida mais barata (vinho das barreiras), e como a embriaguez visível dos trabalhadores representava o sonho de vingança futura.

A presença nos poemas de Baudelaire (2005) dos velhos, das prostitutas, mendigos, enfim daqueles tipos que estavam até então proscritos de uma certa concepção de poesia, trazem, segundo Benjamin (1991), para os olhares dos pesquisadores o pauperismo, a miséria humana, em que ele trata dos catadores de trapo e de sua identidade com os conspiradores profissionais que poderiam ser encontrados na “bohème”.

⁷ Shopping de arquitetura moderna recentemente construído à margem do igarapé da Constantino Nery, conhecido como parque dos Bilhares.

Assim como nos poemas de Baudelaire, as interpretações literárias de Manaus habitam em obras como *Os Bucheiros*⁸, um memorial de infância onde o cenário visualiza o urbano a partir da reorientação, da relação entre o passado e o presente, e o que faz do passado algo sempre positivo. O positivo é tudo aquilo que “já foi”, a cidade não é exatamente a imagem concreta de um lugar, mas as imagens irrealis, construídas pelo vivido, sentido e sonhado.

[...] de árvores tão grossas
que precisavam de dez
ou mais homens de mãos dadas
para circundar o seu troco;
ou de tartarugas imensas que agüentavam
meia dúzias de homens em seu casco-
aos quais a comadre Nenen acrescentava:
... e mais cinco no peito, Sinal!
Quanta saudade dos meus tempos de menino,
no meu bairro de São Raymundo. (NONATO, 1997, p 36.).

A construção de um imaginário, projetando a identidade urbana, representa um referencial simbólico ligado às imagens concretas da cidade. A cidade das impressões de um morador do bairro de São Raimundo pode ser este referencial. A vida das famílias pobres que sobrevivem da venda de vísceras, os problemas urbanos e a ausência de políticas públicas e as mudanças na paisagem urbana podem configurar como algumas das tantas interpretações.

A Manaus dos anos 30, encontrada na obra de Áureo Nonato (1997), povoada de significados e personagens não menos reais, e por serem tão pitorescos torna possível sua identificação na vida cotidiana dos bairros da cidade. A lírica traz o bairro de São Raimundo, numa dinâmica descrita pelo autor que ajuda no entendimento de algumas interrogações, manifestas no pós-ciclo da borracha, um momento em que vários autores descrevem a cidade caindo em uma enorme letargia, coisa não observada na obra, pois a vida no interior da cidade cresce e vai desenhando seu perfil de urbes.

A vinda dos nordestinos, o comércio, a vida cultural e religiosa, observada nas novenas, o lazer presente na paixão pelo futebol e a clara estratificação das famílias manauenses e como não poderia deixar de ser a relação com a água, os igarapés, um misto de significados que ora aparece como momento de lazer, ora como de educação e ainda de impedimento do progresso.

⁸ Bucheiros termo usado para designar aqueles que recolhiam e vendiam vísceras no mercado. Título da obra de Áureo Nonato, crônicas de infância que retratam a vida cotidiana em um bairro de Manaus chamado São Raimundo Nonato.

[...] Nas épocas das cheias, entre os meses de maio e meados de julho, era quando nós, os meninos do bairro, ocupávamos (SIC) o nosso tempo disponível ora nas travessias a nado do igarapé de São Raymundo, entre o porto das catraias do bairro e o da Cidade, ora em divertidos passeios de canoa, que se estendiam até metade ou até o outro lado da baía do Rio Negro onde ficava a praia-dos-cachorros. (NONATO, p.47.1997).

Nonato (1997) descreve um cotidiano de Manaus bem diferente daquele do fausto. Fala de uma cidade que se transforma, mas também, padece dos males encontrados em todas as grandes cidades, um deles muito bem descrito pelo autor que é a ineficiência dos serviços públicos para a população de baixa renda que vive nas áreas mais pobres como: o serviço de transporte, escola e segurança.

Será na década de 80 que a cidade de Manaus vai ter sua malha urbana drasticamente alterada, inúmeras ocupações de terra, boa parte na zona Leste da cidade, organizadas pelos movimentos sociais vão logo assumir a fisionomia de bairros como é o caso do Zumbi dos Palmares, Tancredo Neves etc. Assim também como ocupações organizadas pelo Estado, como as primeiras etapas do bairro Cidade Nova, localizado na zona Norte da cidade.

Durante a década de 90, com um incremento populacional que, segundo o PDLI é relativo a 6% ao ano é notório o aumento substancial das ocupações de terra, principalmente nas zonas Leste e Norte, além do agravamento da situação dos igarapés nas áreas mais próximas ao centro da cidade que passam a sofrer cada vez mais com as alagações e o desabamento das moradias (Figura 03) ocasionadas, principalmente, durante a estação do inverno marcada por intensas chuvas e pelo acúmulo de lixo no leito dos igarapés.



Figura 03: Desabamento entre as ruas Manicoré e a Itacoatiara no bairro da Cachoeirinha – Março, 2004. Foto: Marcos Brito

[...] O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado. (LEFEBVRE, Apud. BECHMAN, 2003, p.50).

O déficit de moradias não é um privilégio da cidade de Manaus. É produzido pela ausência de uma política habitacional que contemple todos as camadas da população e estabeleça uma regulamentação justa do solo urbano.

A ausência dessas políticas e conseqüentemente do planejamento municipal viabiliza a desorganização espacial da área urbana (Figura 04), que avança na floresta e nos igarapés sem nenhum acompanhamento, tendo como diretriz básica o imediatismo, ou seja, soluções emergenciais para problemas de infra-estrutura. As soluções são improvisadas, são as margens e o próprio leito dos igarapés que ainda serão como diz Salazar (1985), o abrigo dos deserdados.

[...] Nos países de capitalismo tardio, notadamente da América do Sul, da América central e da África, a habitação popular vem ocupando o centro nevrálgico dos problemas sociais mais cruciais. (SALAZAR, 1985, p. 09).

Manaus, nos últimos vinte anos, teve sua população incrementada na ordem de 224,6%, de acordo com Filho (1999). Explica, ainda, que essa explosão demográfica referida, reside no imenso fluxo migratório a que cidade foi submetida por ocasião da implantação do modelo Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967. Mas a efetivação só se dará nos anos 70, com a instalação das indústrias na zona leste da cidade.



Figura 04: Placa do Governo do Estado avisando que a ocupação da área é proibida, 2004.
Foto: Sandra Lineia

Com a criação do parque industrial de Manaus, verifica-se um crescimento sem precedentes da população que chega à cidade de toda parte do país, principalmente do interior do Estado, expulsos pelas precárias condições de sobrevivência e ausências do Estado.

A estagnação econômica e a impossibilidade de uma alternativa viável para construir uma sustentabilidade e, portanto, a permanência do homem e da mulher do interior da Amazônia no seu espaço, torna inevitável a vinda maciça dessas pessoas para a capital, a possibilidade de postos de trabalho atrai.

[...] Instala-se em Manaus um parque industrial moderno, de montagem de aparelhos eletrônicos sem qualquer absorção de matérias-primas locais, regionais e nem mesmo nacionais emprega-se mão-de-obra mais barata, porque desqualificada, principalmente a feminina e do menor, com investimentos de capitais. (SALAZAR, 1985, p.12).

Diferente do operariado que irá se constituir no sul e sudeste do país que terá como base os imigrantes italianos, alemães herdeiros de uma tradição de lutas que se configurou no fortalecimento dos sindicatos e nas comissões de classes. Em Manaus constituía-se uma luta que de um lado estava o empresariado do sul e sudeste e do outro

o caboclo, recém chegado na cidade, com todo o estranhamento do modo de viver urbano e agora com a produção industrial, o tempo, o espaço e a cultura, choques profundos, sem tradição de luta, sem canal institucional de classe.

Uma classe operária constituída significativamente por mulheres e menores, por outro lado, uma estagnação do movimento operário favorecida pela ditadura militar desde de 1964, que adotará medidas repressivas ao movimento operário oportunizando o avanço do capital.

A cidade cresceu de maneira desordenada, “bairros” foram criados da noite para o dia e com eles veio uma série de demandas criadas e postas na agenda governamental. Esses bairros multiplicam-se. As ocupações nos igarapés agravam os problemas ambientais precarizando, ainda mais, as condições de moradia da população de baixa renda ou sem nenhuma renda.

O modelo Zona Franca atua como fator de ordenamento na cidade, não exclusivamente, uma vez que desencadeou um fluxo migratório para esta capital (Figura 05). Os agentes do comércio imobiliário, a atuação do Estado e o movimento social organizado, também, serão sujeitos no processo de (re) produção do espaço urbano. (FILHO, 1999, p. 44) esclarece que:

[...] Nas últimas décadas, as ações e estratégias desses agentes sociais que fazem e refazem a cidade foram as mais diversas, produzindo mudança na paisagem urbana de Manaus. Essas ações incluem a remoção da “Cidade Flutuante”, em meados da década de 60 e a construção de grandes conjuntos habitacionais, no final dos anos 70. Na década de 80 é a Cidade Nova, na Zona Norte, que oferece-nos o exemplo mais destacado de tais mudanças. Os loteamentos populares na Zona Leste é outra forma de urbanização. [...] a urbanização da Ponta Negra – voltada para os segmentos sociais de elevado status.

Na citação acima é possível identificar os diversos fatores que historicamente têm promovido a produção e a reprodução do espaço urbano da cidade. Na atualidade, um elemento novo é acrescentado nessa análise: os investimentos internacionais, as parcerias estabelecidas entre o governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para o financiamento de parte do PROSAMIM, uma ação executada pelo governo do Estado do Amazonas em parceria com o Governo Federal, objetivando recuperar, ou como diz o enunciado do programa “revitalizar” a bacia hidrográfica dos Educandos. Se revitalizar significa dar vida, o que será que verdadeiramente representa esse processo?

Trata-se de uma ação governamental que está calculado em US\$ 200 milhões, dos quais US\$ 140 milhões estão sendo financiados pelo BID. O projeto é encaminhado pelas equipes técnicas da UGPI (Unidade de Gestão do Programa dos Igarapés), cujo núcleo funciona na SEINF (Secretaria de Infra-Estrutura do Estado).

Os grandes projetos de infra-estrutura têm o poder de consolidar determinadas trajetórias de desenvolvimento. Por isso, todos temos o direito de aprová-los, de condicioná-los ou de vetá-los.

Infelizmente o projeto em questão não segue essa premissa. Qual é a escolha, quem escolhe? Drenagem, saneamento, reassentamento, deslocamento para que, para quem e de quem? Para onde? Não foram esses os critérios determinantes.

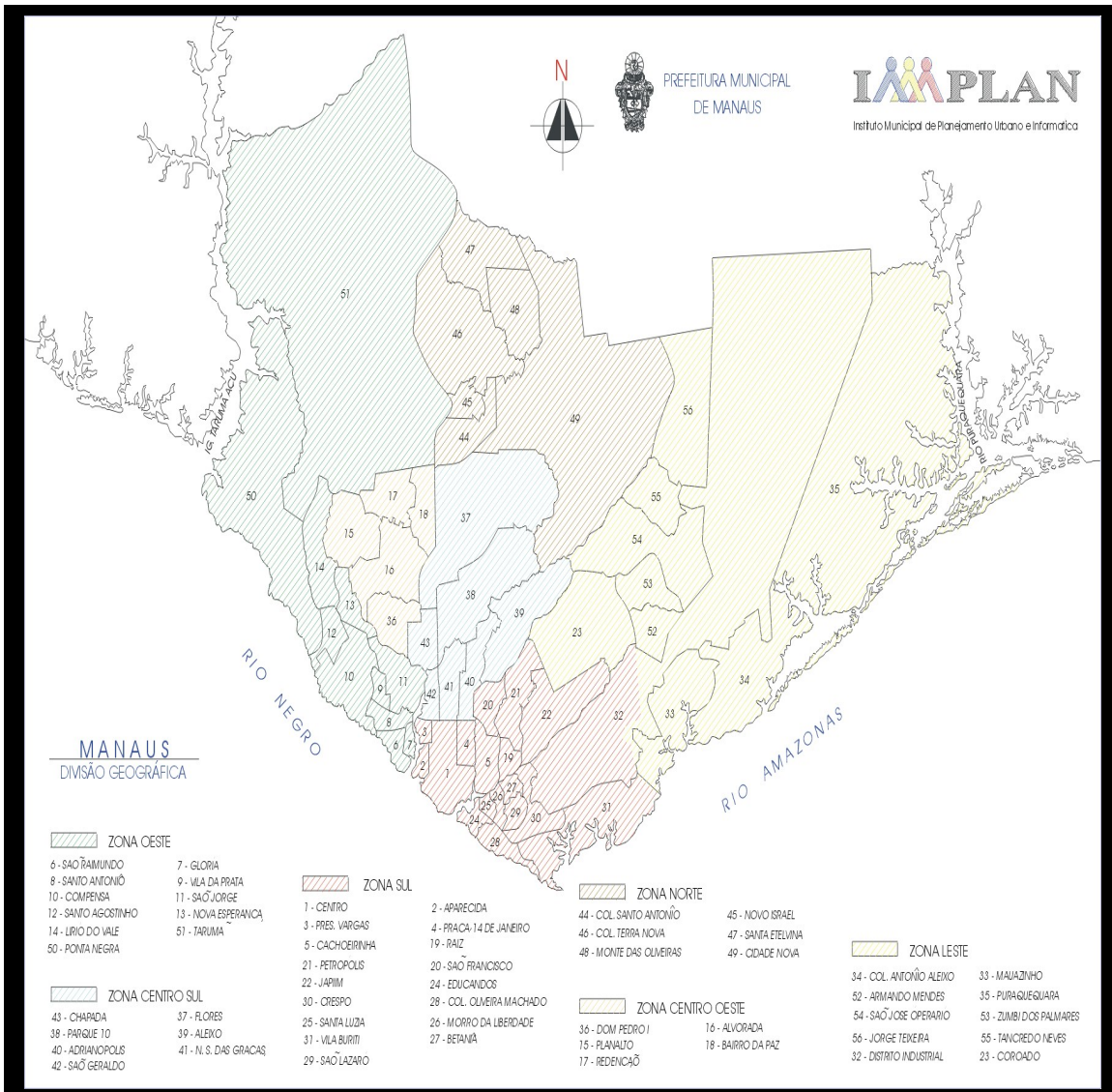
[...] Em muitos aspectos, as reformas apoiadas pelo BID reproduzem as políticas preconizadas pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OMC e pelos defensores do modelo de integração do tipo TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) ou NAFTA (North American Free Trade Agreement), que contém proteções exageradas aos investimentos privados diante do interesse público (ver artigo 11 do NAFTA) e que muitos querem ver reproduzidas em uma futura ALCA. Há uma ênfase na subordinação da integração sub-regional à integração regional e desta à “globalização”. Tanto assim que, desde 1996, o INTAL trabalha sob uma nova visão conceitual e operativa [...] que responde às mudanças ocorridas no cenário da integração regional na América Latina e Caribe, assim como frente à vigorosa corrente de globalização das economias surgida nos últimos anos a nível mundial. (Rede Brasil, 2006).⁹

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e parte considerável das elites nacionais compartilham a mesma visão acerca da Amazônia e conseqüentemente seu povo como um “obstáculo ao desenvolvimento”.

Agora, assim como no passado os moradores são surpreendidos por uma propaganda que diz precisar de seu sacrifício para transformar o lugar onde eles vivem em um lugar mais digno e salubre, só se esquecem de dizer que este lugar, de fato, pode transformar-se nesse espaço urbano de consumo, e em boa parte dos casos é materializado, só que o antigo morador é retirado e não é o “usador” do lugar transformado, pois agora esse espaço tem valor agregado, o valor de uso é substituído pelo valor de troca, mas voltaremos a essa questão posteriormente.

⁹ Rede Brasil: BID o banco da Alca? Disponível em <http://www.rbrasil.org.br> acesso em 11/08/2005

Figura 05 – Divisão geográfica da cidade



Fonte: IBGE, 2006

Capítulo III

3. MOVIMENTO SOCIAL POPULAR (URBANO) E A EDUCAÇÃO

Dentro do pensamento aristotélico, a educação estava bem longe de ser algo absoluto, tanto para o cidadão comum como para aqueles que estavam destinados a mandar.

Existem, até, homens que pretendem que desde o início a educação daquele que desempenha a autoridade deve ser diferente da de um simples cidadão os filhos dos reis, por exemplo, aprendem a equitação e a política. (ARISTÓTELES, 2004, p.83).

A diferenciação nos programas de organização escolar é o reflexo claro de uma crise mais ampla que confronta os interesses de classes específicas. A formulação de uma escola para a formação de quadros da classe dirigente sempre esteve presente na intencionalidade das proposituras educacionais. É o que se convencionou chamar de dualismo educacional, ou seja, uma escola para o povo e outra para as classes dirigentes.

No interior do sistema capitalista a crise escolar que se apresenta envolve, precisamente, um processo de distinção que ocorre de maneira caótica, pois o capitalismo é mais que um modo de produção é, antes de tudo, um processo civilizatório, combinado e desigual que produz e reproduz seus próprios instrumentos de dominação.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. (GRAMSCI, 1979, p.18).

Portanto, o mundo da produção econômica cria seus “intelectuais” de modo orgânico, não somente no campo econômico, mas também no social e no político.

Se cada grupo social produz seus “intelectuais orgânicos”, podemos dizer que as classes populares, também, o fazem. Desse modo tomaremos os movimentos sociais

como o espaço propício para produção desse “intelectual orgânico” das camadas populares.

Um ponto a ser destacado é que de acordo com Touraine, Apud. Gohn (2001) os movimentos sociais são o coração e o pulsar da sociedade, os quais geram mudanças no sistema de dominação, pois atuam como interlocutores políticos que historicamente têm se revelado como um fundamental instrumento de resistência e disputa de poder da sociedade civil, ou ainda como diz Habermans, Apud. Gohn (2001) é o agir comunicativo, em que o desenvolvimento de novos saberes e de novas ações são frutos dessa comunicação.

Os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que aglutinam sujeitos, interesses e, sobretudo, experiências pretéritas que se mesclam construindo novas experiências e, como diz Gohn (2001), não somente “como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”. (GOHN, 2001, p.20).

É possível dizer que o fluxo e o refluxo dos movimentos sociais atuam como elemento de experiência e fonte da oxigenação da própria luta, que cria e recria no cotidiano seus instrumentos de avanços e recuos frente às diversidades enfrentadas.

Por isso, é comum identificar, mesmo que em experiências diferentes, comportamentos dotados de uma generalidade apreendidos no diálogo no interior do próprio movimento.

É importante destacar que de acordo com Melucci (2001), o movimento social não é a resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito, em que atores de um dado conflito se enfrentam, dentro de um campo comum. Essa relação é geradora de movimentos outros que engendram e potencializam a formação de sujeitos desse processo.

Para Melucci (2001) quem qualifica os movimentos sociais como respostas à crise são os grupos dominantes, pois uma crise pode ocasionar desintegrações e logo, como o intuito é alcançar o equilíbrio, é encontrada uma resposta que estabeleça novamente a ordem. Por isso, não conseguem conceber os Movimentos Sociais como um processo diferente, admitir isso é reconhecer que existem questões de ordem coletivas que têm a possibilidade de por em questão a legitimidade do poder e o uso dos recursos sociais.

É verdade que a prática dos movimentos sociais tem favorecido, em termos, um processo de aprendizagem e exercício de cidadania. Gohn (2001) fala que a relação entre movimentos-sociais e educação tem um elemento de união que é a cidadania.

Em seu livro *Movimentos Sociais e Educação*, a autora realiza um itinerário histórico-conceitual de diferentes paradigmas e visões do processo de mudança e transformação da sociedade, aos quais se vinculam, com suas particularidades, autores de influência no campo das ciências sociais e, principalmente, nas análises sobre movimentos sociais. Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, são de grande pertinência para este debate.

A relação estabelecida, segundo Gohn (2001), entre educação e Movimentos Sociais tem um nexo que é a cidadania. A concepção de cidadania aponta para várias abordagens que foram construídas historicamente tanto do ponto de vista teórico, como metodológico.

Durante o século XVIII, a conquista da cidadania estava associada à noção de direito, ou seja, estava ligada à conquista dos direitos fundamentais do homem como a liberdade, igualdade e a propriedade.

Esse pensamento exige um novo conceito de lei. Uma lei que determina não apenas a vida privada (moral), mas também a política (ética) dos povos. Leis que regem a nação (soberania nacional, separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário), em que Montesquieu (2004) retoma uma discussão de Aristóteles (2004), que trouxemos para este estudo no capítulo I.

O reconhecimento do direito do cidadão pela Declaração dos Direitos do Homem de 1789, assegurando o direito à propriedade será fundamental para identificar o cidadão do século XVIII. Era considerado cidadão o sujeito político burguês, aquele que gozava amplamente dos seus direitos políticos e, cuja propriedade, não precisava vir de uma origem eclesial ou nobre. O fato de ser proprietário garantia-lhe independência econômica permitindo que suas intervenções fossem feitas com uma certa liberdade.

A idéia de uma educação destinada à classe trabalhadora era impensável; segundo Locke (2003) os assalariados por estarem ligados intensamente ao trabalho manual seriam incapazes de pensar. Desprovidos das categorias analíticas não agiriam com racionalidade política, não conseguiriam dirigir suas vidas pautados nos princípios morais, por isso a educação para a cidadania não fazia parte do universo dessa classe, pois ela não seria cidadã.

No século XVIII a mudança de concepções capitaneadas pelo Racionalismo, que coloca toda a ênfase na razão, propõe mudar a ordem social e política. A transformação, que por ora era preconizada, ampliava o leque de cidadãos, dos não-proprietários e passava pela constituição das classes populares como cidadão e agora sujeitos de direito. Cidadania resumia-se a uma questão educativa, uma vez que esse homem era sujeito histórico capaz de modificar sua realidade. A diferença social explicava-se pela diferença de capacidade.

Com a consolidação do capitalismo as lutas passam a ser não só pela subsistência, mas também pelos direitos. Desse modo, a educação vai ser pensada novamente pela classe dirigente como um mecanismo de controle social, para evitar a desordem. Tal proposta é defendida pelos economistas políticos clássicos, como Adam Smith, Gohn (2001).

Para ele esta concepção de educação se justifica em função da divisão do trabalho, e seria papel do Estado encorajar e até mesmo impor a toda a população um aprendizado que minimamente servisse ao capital, como: ler, contar, apreender rudimentos de geometria e de mecânica para que o povo fosse instruído a ser obediente aos seus superiores.

A educação para a obediência, para a disciplina e o respeito da hierarquia social. O objetivo desse tipo de educação era a formação de um sujeito passivo e ordeiro. A vida econômica era a tônica do quadro de organização escolar, o mais importante não era a instrução, mas a racionalização dessa vida econômica, a produção, o tempo, a disciplina e o ritmo dos corpos, a mercadoria. O resultado de tudo isso acaba sendo uma resignificação do próprio conteúdo da questão da cidadania, pois o sentido esvazia-se, dando lugar à questão do poder.

No século XIX, a cidadania acaba se dirigindo a todos, inclusive às massas populares, mas com o intuito de discipliná-las. A educação seria o meio para que os indivíduos dessa sociedade convivessem de maneira harmônica.

No Estado liberal, os direitos não são conquistados, eles são outorgados pelo Estado, e a educação se destaca por meio de suas práticas pedagógicas de persuasão, moralização do cidadão; uma educação voltada para a domesticação dos membros do tecido social.

O projeto da burguesia de cidadania é uma cidadania regulamentada, que vai está ligado às questões dos direitos individuais, mais como deveres do que como direitos. O Estado como interlocutor da sociedade será o regulador desses direitos,

podendo estes ser restringidos ou cassados, dependendo da conjuntura. A cidadania, portanto, deixa de ser uma conquista da sociedade civil e passa a ser competência do Estado.

Ao lado desse Estado regulador desenvolve-se, também, o neoliberalismo comunitarista do século XX. A idéia de cidadania será pensada como um retorno à idéia de comunidade, que se opõe à idéia de uma sociedade industrial burocratizada. As empresas, os sistemas educacionais etc, são representados como grandes comunidades.

O homem civilizado o “bom cidadão” como diria Aristóteles (2004) é o participante de uma comunidade de interesse; uma educação conservadora faz a mediação desse processo – educar para a cooperação, para a solidariedade entre os pares. Um processo que não se alimenta das condições concretas vividas, mas de uma visão idealista e romântica, estigmatizada, da vida no campo, que tem no livro didático um potencial representante dessa concepção.

O caráter explorador e desigual do capitalismo, a massificação das relações sociais, a exclusão de um número significativo de seres humanos do processo produtivo e, conseqüentemente, a inacessibilidade aos bens de subsistência, o desrespeito à dignidade, oportunizam a aparição dos movimentos sociais, que segundo (GOHN, 2001, p.15) é “agente de mobilização e pressão por mudanças sociais”.

Portanto, dentro desse cenário de relações antagônicas e contraditórias surge uma nova acepção do conceito de cidadania, a cidadania coletiva; pois o cidadão que está no interior dos movimentos sociais reivindica seu direito baseado nos interesses coletivos. A organização coletiva favorece a união de indivíduos que são igualmente explorados. São eles a expressão da própria divisão do trabalho e despossuídos dos direitos sociais elementares.

Os movimentos sociais, também, trazem as demandas de camadas não tão exploradas no plano da produção ou em seus direitos à educação, moradia e saúde, mas igualmente expropriados nos direitos civis e de liberdade, igualdade, legislação.

É importante lembrar que a educação vai ocupar um lugar central nessa construção de uma cidadania coletiva, pois ela, a cidadania, se constrói em um processo intenso de lutas, que é um movimento educativo por excelência e não por decretos regulados pelo Estado, seja ele qual for; construção essa gerada no interior da prática social, fruto do acúmulo das experiências.

Pensar em um processo educativo no interior das lutas sociais é pressupor uma idéia de um caminho que está para além dos conteúdos e dos canais institucionais que

não se limitam às estratégias e às práticas pedagógicas formais, porém, é conceber que o processo educativo extrapola os muros da escola.

O aprender humano, durante muito tempo, sobreviveu das iniciativas incentivadas coletivamente e libertas. Sendo assim, nossa existência está longa e profundamente marcada por iniciativas vivas e auto-constituídas de observação, cultivo da atenção, da imitação, desdobrando-se em exploração/fruição do ambiente e dos recursos socialmente disponíveis, por que a energia versátil do processo de ensino-aprendizagem emerge.

A consciência que vai sendo construída de maneira coletiva apropria-se de inúmeros elementos, mas não é um processo que ocorre espontaneamente, apresenta-se conflituoso, um encadeamento de acontecimentos que não obedece a uma ordem lógica combinando avanços e recuos, em que esses sujeitos apropriam-se de informações e desenvolvem um conhecimento técnico acerca de determinados assuntos tidos como técnicos, pois a dinâmica do movimento acaba fornecendo informações dispersas sobre como funciona determinado órgão público, de que modo obter financiamentos, como proceder para gerenciar recursos etc.

Fora a agregação de informações técnicas, o exercício da prática cotidiana dos movimentos sociais propicia um acúmulo de experiências e as situações pretéritas vividas como negação dos direitos, opressão, perseguição de alguma espécie, fazem parte de um imaginário coletivo que favorece uma leitura da conjuntura contemporânea, transformando-se em força social.

É no processo de mobilização e lutas que se aprende a decodificar as razões dos limites e proibições enfrentadas. Compreende-se a importância da fala, das idéias, do registro, aprende-se a criar códigos para fortalecer as mensagens, bandeiras, músicas, canções, cores e mais, se aprende a elaborar discursos e práticas, montar estratégias de enfrentamento, resignar, calar e acatar, respeitar a maioria, se submeter às decisões. Tudo isso é, por assim dizer, um intenso processo educativo.

É importante chamar a atenção para a dimensão educativa dos movimentos sociais, em que se identificam atitudes tidas como conservadoras por alguns autores, mas estas, também, fazem parte do processo pedagógico do movimento.

Duas questões são destacadas por Gohn (2001): a educativa e a pedagógica. Uma representa um processo no qual existe realimentação de elementos de novos processos e a outra é a utilização de instrumentos utilizados nesse processo.

A consciência gerada na dinâmica dos Movimentos Sociais leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de camadas sociais no presente e no passado. Os processos de formação como: seminários, palestras, encontros, oportunizam uma troca de experiências e por meio de seus instrumentos didáticos ajudam na identificação da dimensão do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta por melhores condições de vida, pelo reconhecimento de direitos, etc.

A articulação entre o saber científico e o chamado saber popular, constitui um aprendizado diferenciado que mescla o imaginário popular, seus saberes tradicionais e o saber técnico, em que a mediação é feita pelo interesse de classe. Dentro da concepção gramsciana todo homem, independente de sua atividade profissional, desenvolve uma atividade intelectual, desse modo:

[...] Supondo, portanto, que todos os homens sejam intelectuais (orgânicos e/ou tradicionais) no sentido antes definido, pode-se dizer que suas inserções, tanto no mundo da produção material como no mundo da política – principalmente nesse último –, podem acontecer em múltiplos sentidos relacionais. (WITKOSKI, 2000, p. 110).

A construção desse saber, emergente da relação entre esse o científico e o saber popular, aquele do dia-a-dia das lutas, resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, alimenta-se de elementos novos, contribuindo na articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia da camada dirigente, construindo lentamente a hegemonia popular, Gramsci (1979).

Por isso, adotamos na pesquisa a categoria gramsciana de intelectual orgânico para caracterizar o *movimento social* como sujeito na construção de uma categoria de intelectuais aqueles criados pelas classes fundamentais de uma determinada formação social.

O papel desses movimentos sociais, como diria Gramsci, em relação ao intelectual orgânico, é difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto, em bases de ações vitais. A prática educativa desenvolvida pelos movimentos traz este desafio, uma vez que é bastante diverso, pois os “novos movimentos sociais” que emergem segundo Gohn:

[...] foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas

práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 2003, p. 33).

Também, torna-se fundamental destacar autores como Antunes (2001), cuja perspectiva supera a visão de movimento social e de organização da classe que vive do trabalho em uma direção corporativa e localizada, para projetar-se como realidade que vivencia os problemas concretos e específicos, mas que têm objetivos em comum com outros movimentos, na medida em que apontam para a superação da sociabilidade do sistema destrutivo do capital. A tipificação esboçada pelos expoentes dos "novos" movimentos sociais requer uma análise aprofundada, mas não será tratada neste trabalho.

3.1 O bairro de Petrópolis: o lugar da luta e a luta pelo lugar

Seguindo a lógica perversa de uma territorialização diferenciada, chamada de segregação espacial, que baseada na monetarização dos espaços transforma o lugar de moradia e os bens necessários para a produção da vida cotidiana em mercadoria, é que a comunidade do Igarapé da Cachoeirinha vai começar a ocupar a área.

De acordo com os relatos dos moradores, as primeiras ocupações da área iniciam-se na década de 60 com famílias que migravam do interior do Estado. As famílias locaram-se à margem do Igarapé, pois tinham a necessidade de ficarem próximas à área central da cidade, local onde estavam concentrados os serviços urbanos e, em que parte da população assegurava seu sustento. Por ser uma área aberta, a adaptação das famílias que foram habitar as margens do Igarapé foi rápida, pois estavam acostumadas a morar nas barrancas.

Os moradores mais antigos sempre dizem que a água era limpa e usada somente para limpeza, pois as cacimbas e bicas eram comuns, eram soluções alternativas que supriam as necessidades da comunidade, uma vez que o sistema de abastecimento de água era precário.

A relação do homem amazônico com a água pode enfraquecer quando este vem para os grandes centros urbanos, mas certamente não deixa de existir. Em busca dos cursos d'água ou para habitar ou ainda para fazer deste, o seu espaço de lazer, será uma marca nos hábitos da população da cidade de Manaus, a água como fonte de lazer.

As chácaras públicas ou particulares eram muito frequentadas até a década de 80, os famosos “banhos” que antes eram sinônimos de beleza e diversão, aos poucos foram se transformando em esgotos a céu aberto, aterros ou piscinas de águas turvas e poluídas apresentando perigo para aqueles que se arvoram a adentra, como as crianças que não têm a noção necessária para avaliar os prejuízos para a saúde (Figura 06).



Figura 06: Crianças da comunidade tomando banho na área da obra do PROSAMIM, Igarapé da Cachoeirinha, 2006. Foto: Sandra Lineia.

O modo de organização espacial que será consolidado é excludente. Segundo Maricato (1997) essa produção do espaço urbano articula os proprietários de terra e imóveis, empresários da construção civil, parlamentares, governantes e inclusive as concessionárias de serviços públicos controladas por capital estrangeiro, em Manaus, por exemplo, a empresa “Águas do Amazonas” representando esta última categoria.

Usamos aqui o termo “excludente” com o cuidado recomendado por Castel (1997), pois em tempos neoliberais a “exclusão” tem se tornado uma maneira de definir todas as modalidades de miséria do mundo, aqui não é um sofisma, mas existe para caracterizar uma situação em que há uma vulnerabilidade revelada na precariedade presente na vida de quem vive de um trabalho pauperizado, ou habita em condições de

risco, ou seja, a sua integração pode ser possível mediante um trabalho estável, mas qualquer dispensa sumária lança este sujeito novamente em uma zona de exclusão.

Não é a intenção aqui, focar a análise do Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha como um grupo socialmente excluído, pois esta concepção leva até a algumas armadilhas; uma diz respeito à reflexão, pois há uma ausência de questionamento sobre os processos sociais globais que implicam, diretamente, desequilíbrios duais. É comum aprofundar a preocupação com o estado de exclusão, mas não avançar na análise e (crítica) sobre os processos que engendram a exclusão.

A origem do problema reside no centro e não na periferia da vida social; analisar os fatores da exclusão pode possibilitar entender os riscos e os avanços das fraturas sociais, e também, entender como se desagregam as proteções que garantem a exclusão da sociedade e como as situações limites se estabelecem.

O Bairro de Petrópolis está localizado na Zona Sul de Manaus. Segundo o último censo do IBGE (2000), o bairro possuía cerca de 41.958 moradores que representavam 3,0 % da população manauara, tornando-o 14º bairro mais populoso entre os 56 existentes na cidade.

O relato de um dos antigos moradores do bairro de Petrópolis que o bairro começa ser habitado no final dos anos 40.

A malha urbana da cidade era limitada ao bairro da Cachoeirinha onde o limite era feito pelo igarapé que cortava o trecho hoje conhecido como rua Codajás e a estação de tratamento de água conhecida como Mocó.

A extensão de terra que hoje é conhecida como sendo os bairros de Petrópolis e São Francisco era formado de chácaras e sítios, com espaços para pasto de boi e caieiras para a extração de carvão.

Eu cheguei aqui com meu pai em 1949, a gente morava no São Raimundo e vinha tirar carvão aqui depois como ficava muito longe meu pai mudou pra cá. Não tinha quase ninguém morando, era só sítio. Quem começou a organizar os lotes de terra, medir e dizer onde seria a rua e as casas foi o seu Alexandre Montoril. (Sr. Quincas Borba, 69anos)¹⁰.

De acordo com o relato desse morador, por seu pai se chamar Pedro e ser ele muito amigo do Sr. Alexandre Montoril, este resolveu homenageá-lo colocando o seu nome na rua em que morava. Pedro, também, organizava a festa do santo homônimo, que posteriormente tornou-se padroeiro do bairro. Essa história não foi confirmada por

¹⁰ Identificado como um dos moradores mais antigos do bairro.

outros moradores, somente pelos membros da família do próprio entrevistado. Versão rechaçada por vários moradores.

Segundo relatos de moradores o nome Petrópolis foi dado pela característica singular de seus terrenos acidentados e suas elevações, marcas estas que fizeram lembrar a cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

O bairro de Petrópolis teve seu processo de ocupação estabelecido por loteamento, por isso, vai apresentar um traçado diferenciado dos outros bairros de Manaus. Boa parte de suas ruas é larga e os quarteirões bem delimitados, porém, os serviços urbanos ainda são sofríveis.

Embora o bairro apresente uma parte com infra-estrutura urbana satisfatória, existe outra, carente de serviços básicos, com casas em sua maioria construídas com material reciclado, localizadas nas encostas de uma acidentada topografia, e nas margens e leitos de igarapés, a maioria com insatisfatórias condições de acesso, sem água encanada, com loteamento irregular ou clandestino.

Desde o início da década de 80, Petrópolis transformou-se em um bairro “oposição”, a partir da mobilização encaminhada pela luta e pela ação mais comprometida de setores da Igreja Católica e seus agentes de pastorais, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da ação de alguns moradores e do núcleo do Partido dos Trabalhadores do bairro.

3.2 Igarapé da Cachoeirinha: o povo em movimento ensina e aprende

A comunidade do Igarapé da Cachoeirinha está localizada no bairro de Petrópolis, no trecho da rua Codajás e J. Carlos. Segundo o PDLI a zona sul compreende os bairros: Centro, Educandos, Aparecida, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, Presidente Vargas, Cachoeirinha, Praça 14, São Lázaro, Crespo, Betânia, Raiz, Vila Buriti, Petrópolis, São Francisco, Japiim e parte do Distrito Industrial.

Possui uma população carente de saneamento básico, principalmente nas ocupações às margens dos igarapés que entrecortam essa zona. Em contraste, existem grandes centros de comércio e serviços, a exemplo do Centro, Cachoeirinha e Raiz, além do Distrito Industrial, que tem parte de sua área localizada no Igarapé do Quarenta.

Abrange, também, o Centro da cidade onde estão os prédios construídos no final do século passado e início deste; em torno de 500 unidades, inseridas em área denominada pela Lei Orgânica do Município de Centro Antigo Tombado. Alguns estão na mais profunda ruína, outros, apesar de terem sido restaurados estão fechados, sem nenhum fim.

Na comunidade do Igarapé da Cachoeirinha viviam cerca de 25 mil¹¹ habitantes. Esse igarapé corta três importantes bairros de Manaus: Petrópolis, Cachoeirinha e Raiz, na zona sul da cidade. É parte integrante da Bacia hidrográfica dos Educandos. Tornou-se uma área degradada como consequência da negligência dos gestores públicos, ou de uma abordagem tecnicista da Engenharia, fazendo canalizações e fechamentos em concreto. As grandes concentrações urbanas lançam esgotos nos cursos d'água, agravando a poluição dos igarapés de maneira rápida e preocupante.

[...] O Igarapé da Cachoeirinha tem sua nascente próxima ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). No seu curso atravessa bairros densamente povoados, como Petrópolis, São Francisco, Raiz e Cachoeirinha, com uma população estimada em 63.000 habitantes. (RIMA do PROSAMIM).

O assoreamento do igarapé do Quarenta, por exemplo, a poluição de suas águas e o comprometimento ambiental da nascente¹² têm relação direta com o avanço e descaso das fábricas do Distrito Industrial.

Apesar da alta densidade populacional que habita essa área as pesquisas revelam um volume acima do aceitável de metais pesados em suas águas (Figura 07), caracterizando esgoto industrial. É identificado, também, esgoto doméstico. Esse quadro compromete de maneira drástica aquela área; isso prova que os maiores poluidores são as industriais e não a população.

¹¹ Este número atualmente está sendo alterado em decorrência da retirada dos moradores da área para a realização do projeto PROSAMIM.

¹² NASCENTE: Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático. As áreas onde aparecem olhos - d'água são, geralmente, planas e brejosas.

Concentrações média de metal total encontradas nos sedimentos do Igarapé do Quarenta (mg/g)

Quadro 11. Concentrações médias de metal total encontradas nos sedimentos do Igarapé do Quarenta (mg/g).

LOCAL	FERRO	MANGANES	NÍQUEL	CHUMBO	ZINCO	CROMO	COBRE
Nascente	36.160	62,26	64,32	148,24	1.103,0	215,08	2.660
Coplást	33.860	257,13	101,46	173,04	805,00	146,05	2.480
N. Republica	26.830	63,50	105,03	160,97	1.570,00	132,11	1.740
Seduc	29.800	84,75	532,44	173,03	1.206,00	184,47	1.830
Studio 5	35.740	84,25	937,49	273,37	1.179,0	374,85	1.430
Silves	27.540	123,92	351,74	192,26	525,08	175,91	1.030
Controle	19.570	55,50	81,8	ND	156,00	44,36	30

ND – Não determinado.
Fonte: SANTOS (2000)

ND – Não determinado.

Figura 07 - Relatório de Impacto Ambiental da Bacia do Quarenta

De acordo com entrevistas coletas com os moradores ouvidos, foi com as discussões no interior da própria comunidade que surgiu a idéia de se organizar para mudar a situação de desumanidade em que as famílias estavam vivendo.

A problemática urbana explicitada vai trazer à tona uma situação recorrente de impasse político e ambiental. A questão dos igarapés da cidade de Manaus sempre foi tratada como algo sem solução, difícil de resolver e inevitável. Visto por uns como um antro de marginalidade e sujeira, por outros como a única possibilidade de moradia, até pitoresca aos olhos dos turistas.

Os moradores do Igarapé da Cachoeirinha, com sua organização favorecem a emergência de atores políticos novos, com um estilo de participação alternativa que difere dos padrões institucionais, ao contrário das conhecidas associações de moradores que articulam os sujeitos individualmente. O movimento pela drenagem em um primeiro momento, vai organizar comissões de moradores por trechos do Igarapé, constituindo um fórum de entidades com voto e voz.

A experiência de organização do Movimento pela Drenagem do Igarapé da Cachoeirinha, traz a possibilidade real de uma aprendizagem coletiva em que o sujeito é levado a refletir, ouvir, calar, propor e acatar. A formulação de juízo e, antes de tudo, o olhar para si e perceber-se capaz de intervir, ou seja, a descoberta do ser cidadão dentro da perspectiva de uma democracia representativa.

Mesmo sendo um problema de todos, e todos sofriam, de alguma maneira, com a situação do local de moradia, não se constitui daí somente, ou seja, apenas dessa contradição urbana a emergência dessa luta. O fato de existir materialmente um problema não quer dizer que surgirá toda uma mobilização em torno dessa demanda.

[...] A relação entre carências e exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecidas de forma mecânica, mas permeada por mediações que permitem estabelecer elos entre a vivência-percepção e ação propriamente dita. (JACOBI, 1993, p.12).

Mas é inegável que a emergência da luta reivindicatória está associada a um agravamento das condições de moradia no igarapé e a precarização das condições de vida em um determinado momento, pois foram as inúmeras situações limites, como narra uma moradora, que permitiram, também, o reconhecimento dessa carência de formulação da reivindicação e de afirmação de um direito.

Na comunidade do Igarapé da Cachoeirinha, homens, mulheres e crianças viviam em condições de extrema insalubridade (Figura 08); as vias eram pontes de madeiras, que em todo seu percurso apresentavam um enorme perigo.



Figura 08: Família de moradores da comunidade, 2006.
Foto: Sandra Lineia.

O Igarapé se transformou em um amontoado de lixo, um cenário que exprime o descaso do Poder Público para com a saúde da população e para com a preservação e limpeza dos igarapés que recortam a cidade.

O processo de organização que a Comunidade Nossa senhora do Perpétuo Socorro¹³ encontrou para discutir os problemas resultantes do descaso do Poder Público com a comunidade, foi de se organizar e aglutinar várias representações comunitárias do Igarapé da Cachoeirinha (Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Comunidade São José, Igreja Evangélica Jesus da Galiléia, Grêmio Recreativo Unidos da Ponte, Associação de Moradores do Igarapé da Cachoeirinha e diversas lideranças) objetivando solucionar os problemas enfrentados pelos moradores.

Diante das dificuldades como as alagações que destruíam móveis, casas, disseminavam doenças e acumulavam grandes quantidades de lixo, os moradores perceberam a necessidade da organização para buscar melhores condições de vida.

De acordo com Ammann (1991, p.22) o “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”, onde é a contestação o elemento constitutivo desse Movimento. Por isso, caracterizamos o movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha como um importante movimento social que emerge como resultado contradições urbanas.

A comunidade do Igarapé da Cachoeirinha, também chamada pelos moradores de “Bodó” (*Hoplosternum littorale*) ou “bodozal” fazendo referência á uma espécie de peixe da fauna aquática amazônica resistente à poluição que é encontrado comumente em áreas de “charco”. A identificação não é sem nexos, pois durante anos a comunidade sofreu com as constantes alagações de suas residências e com o odor fétido gerado pelos esgotos e água represada.

É possível perceber que a mobilização e a organização popular ganham maior fluxo no espaço de moradia. Pois as contradições passam para um estágio mais crítico, a ponto do insuportável, que gera um sentimento coletivo, engendrando um modo de agir e pensar, fruto dos problemas estruturais comuns a todos, vividos no cotidiano, uma vez que, na medida em que os mecanismos de exploração e reprodução do capital se ampliam, as contradições também avançam.

É no meio urbano que está concentrado o maior número de pessoas, por isso é que, os espaços de moradia serão cenários de luta do Movimento Popular. A questão não reside somente no espaço físico da moradia. O que por si já é algo complexo, mas

¹³ Comunidade compreendida entre a rua Codajás e J. Carlos, denominação dada pela organização eclesial da Igreja de São Pedro Apóstolo do bairro de Petrópolis, mas é a mesma comunidade do Igarapé.

também passa pela ausência de infra-estrutura coletiva como: água, luz, esgoto, escola, posto de saúde, transporte coletivo etc. Estes problemas são sentidos por todos.

Como podemos verificar (Figura 09) Manaus concentra quase a metade da população de todo o Estado, isso não é privilégio apenas de Manaus, pois mais da metade da população Amazônica reside nas cidades. A ausência de planejamento e a fragilidade das instituições acabam tornando a vida nas cidades cada vez mais difícil para a população que necessita do aparato dos serviços públicos.

[...] Das 298 cidades existentes em 1991, 146 tinha, até 5000 habitantes, 137, entre 5001 até 50.000, e apenas 15 cidades tinham mais de 50.000 habitantes. Por outro lado, nestas 15 cidades maiores mora mais da metade da população urbana da região, mais precisamente, 56,1%. (OLIVEIRA, 2000a, p.156).

A comunidade será o espaço onde os sujeitos expressarão seu cotidiano e suas contradições, refletidas em suas condições de trabalho. A heterogeneidade é a marca fundamental na formação dos espaços de moradias. A favelização é um elemento presente na formação da malha urbana da cidade. O Estado, que poderia ter interferido nesse processo, impondo limites na especulação imobiliária e planejando o uso do solo, acaba por beneficiar o mercado de especulação fundiária.

Segundo Kowarick (1985), o aumento significativo da população, juntamente com a retenção de terrenos à espera de valorização, provoca o surgimento de bairros cada vez mais distantes, afastados dos locais de trabalho e carentes de serviços de infra-estrutura, impondo as condições mais adversas de sobrevivência.

Figura 09: Tabela da População residente

População residente por situação do domicílio			
Situação do Domicílio – 2000			
	TOTAL	URBANA	RURAL
Norte	12.900.704	9.014.365	3.886.339
Amazonas	2.812.557	2.107.222	705.335
Manaus	1.405.835	1.396.768	9.067
Cachoeirinha –	24.352	24.352	-
	12.900.704	9.014.365	3.886.339

Fonte: IBGE.

3.3 O povo em movimento: a visibilidade do Movimento pela drenagem

A situação precária das moradias dos igarapés da cidade de Manaus tornar-se um “visível” a partir das mobilizações de seus moradores pela obtenção dos serviços urbanos básicos. Com manifestações pelas ruas do bairro, faixas e cartazes, denúncias aos meios de comunicação. O Movimento pela drenagem (Figura 10) torna público um problema que vinha se agravando a cada inverno: os desabamentos e as alagações das moradias, denominadas de palafitas¹⁴.



Figura 10: Protesto dos moradores do Igarapé da Cachoeirinha. 03/08/2001
Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores

Se o que move esses sujeitos é a possibilidade de construir um lugar ideal para morar, podemos dizer que esse lugar foi construído socialmente, a partir de experiências coletivas e de relatos dos moradores antigos, pois nas suas lembranças residiam as imagens de um lugar onde a água do igarapé era limpa e as condições de vida, bem melhor, tornando possível o entendimento dessa realidade, pois é “A partir de centros

¹⁴ Construção em madeira ou palha, com base alongada que permite uma mobilidade no assoalho para fugir das inundações constantes.

comunitários e associações de bairro é possível reconstruir a história local”. (FREITAS, 2002 p.81).

Durante sete anos os moradores lutaram pela drenagem do igarapé. Em maio de 2004, em função das fortes chuvas que caíram em Manaus, a situação ficou ainda mais difícil. 20 casas desabaram. E como diz dona Helena, da comissão de moradores da drenagem do igarapé: “Quando uma casa desaba, também desaba o sonho”.

As entrevistas trazem lembranças de uma realidade bem diferente: *Quando a água era limpa*. Por meio do relato das antigas moradoras, foi possível reconstituir a “memória do lugar”.

Um tempo em que as mulheres lavavam suas roupas nas cacimbas e as punham para “quarar” nos arredores. Tempos em que não havia televisão na vizinhança e o ensaio das Pastorinhas, lá na rua Maués, era a grande diversão.

A luta que os comunitários encamparam pela drenagem do igarapé e a urbanização do espaço, talvez a idéia de que o igarapé já foi um lugar saudável para morar e onde os sonhos misturaram-se à realidade, acabam por criar no imaginário coletivo uma nostalgia de que ali pode voltar a ser o que era antes, alimentando, dessa maneira, a luta por dias melhores (Figura 11).



Figura 11: Aproximadamente 500 comunitários. Visita à Prefeitura Municipal de Manaus. 07/ 02 / 2001.

Foto: Arquivo do Movimento.

Refletir sobre os processos de urbanização da cidade de Manaus considerando a memória de antigos moradores, oportuniza a compreensão das incessantes transformações que sofreu a malha urbana de Manaus no decorrer da história, conseqüentemente, a construção social de sua espacialidade.

Se considerarmos a urbanização como um aumento da população que vive nas cidades em relação à população total, ou seja, um considerável crescimento da população urbana em relação à rural, é correto afirmar que o capitalismo gerou um grande impulso à modernização.

Com o aumento populacional das cidades, a procura por espaço e todos os problemas produzidos pelo “inchaço” populacional, vai implicar a desestruturação da malha urbana existente. Questões sérias não resolvidas como a insalubridade causada pela poluição das fábricas, a inexistência de uma rede de esgoto, coleta de lixo imprópria e a presença de endemias constantes, farão parte do cotidiano do cidadão.

A cidade que embora tenha um perfil de cidade moderna, ou seja, atende a um padrão de civilidade, apresenta contradições que desafiam o poder público e angustia a população. Os questionamentos são inúmeros.

Qual o modelo de cidade que queremos construir? Qual o projeto de urbanização que está posto?

Se o lugar onde moramos representa uma extensão de nossa identidade é com ele que vamos construir o quadro de afetividades, laços familiares, de amizade e principalmente nossas memórias.

É com o sentimento de pertencimento e cidadania que os moradores da comunidade do Igarapé da Cachoeirinha lutaram pela sobrevivência do seu “lugar”, pela dignidade e por que não dizer pela harmonia entre homem e natureza.

Essa idéia é característica das novas modalidades de movimentos sociais que emergem na década de 90. Não surge de um processo de grande mobilização das massas, mas de processos que são pontuais.

De acordo com Freitas (2002) a história oral é a ciência do indivíduo, é por meio de tal metodologia que podemos ampliar as possibilidades de entendimento de um passado recente ampliando, desse modo, vozes de atores que de outro modo não seria possível se fazer ouvir.

Atores como dona Clara dos Anjos, uma das entrevistadas, líder comunitária é uma das que buscavam a efetivação do projeto de drenagem do igarapé. Sua história de vida chega a se confundir com o lugar onde mora. Seus medos, alegrias e tristezas têm

uma relação afetiva com o lugar. Sua trajetória de vida revela uma dinâmica que pode ser generalizada, pois sua história é a história de boa parte dos interioranos que migraram para a capital encantados pela cidade nos anos 60 e 70.

Aí nos ficamos aqui, morei três meses com minha mãe, meu marido começou a trabalhar fazer bico e eu pequei lavagem de roupa, eu tinha nove lavagem de roupa, aonde eu tinha lavagem de roupa lá nos Educandos, onde eu passava a semana todinha lavando roupa e quando era dia de sábado ele me ajudava a transportar a roupa para casa das senhoras que eu lavava. Aí eu consegui comprar um barraco, esse barraco era 5m2. E aí eu atava a redinha das crianças, consegui comprar um fogão de duas bocas, e aí começamos a nossa vida aqui e nunca mais eu pude retornar ao lugar que eu morava. (Clara dos Anjos 56, líder comunitária).

Os percursos da vida das moradoras entrevistadas materializam os processos econômicos e as intervenções por meio do Poder Público na vida da cidade, como a chegada de dona Antônia na comunidade do Igarapé da Cachoeirinha.

Vim morar aqui na época que a marinha tirou os flutuantes, aí nós viemos morar pra cá. Quando a marinha acabou com os flutuantes da frente da cidade é que nós viemos pra cá. Eu era novinha, nós viemos pra cá, quando entramos aqui, era tudo lama, mas a água era limpa, mas era lama, nós viemos pegar o lugar aqui, não tinha casa quase. Nós viemos pra cá nós fomos um dos primeiros moradores que viemos pra cá, minha mãe né, eu era novinha. A marinha acabou com tudo e nós invadimos né. Aqui se pescava peixe, água era limpinha, a gente comia peixe desse igarapé, a gente lavava roupa na água, tinha muitas cacimbas linda lá atrás, a água bonita mesmo. Não tinha quase morador, depois que o pessoal foi chegando e invadindo, o igarapé não era desse lado aqui o igarapé era lá atrás, tinha campo eu gostava de brincar, eu era moleca eu gostava de brincar de brincadeira de homem, brincava de bola, brincava com os meninos, arranjei meu marido brincando no meio dos moleques. (Falena 58, comerciante).

O lugar vai sendo construído por uma natureza demasiadamente humana. Quando perguntadas como era o lugar quando elas chegaram, uma afirmação foi constante: a água era limpa. A identidade das pessoas com relação à água faz desta, uma medida, um termômetro para percepção do degrading da qualidade de vida.

Bem dizer depois que foi secando, quando nós viemos pra cá era lama. Aqui tinha muitas condenseira muito cacaqueiro, tomava banho no igarapé, era limpinho depois que as casas vieram é pro meio do igarapé é que acabou com tudo. (Falena, 58).

Ainda sobre a compreensão dos rios temos que:

Quando chegamos aqui tinha praticamente cinco casas era espaçosa uma da outra o Igarapé era mais ou menos uns 100m da beira do que é hoje pra minha casa,

era enxuto, eu varria debaixo do jirau, tinha um quintalzinho que eu varria tinha uma grande cacimba onde a gente se servia de água. (Clara dos Anjos, 56).

A importância dessa memória oxigena as intencionalidades daqueles que estão na organização do movimento, pois essa não é uma história elaborada é uma história vivida. Uma questão interessante é que ao ser questionada sobre a possibilidade do lugar voltar a ser o que era antes dona Clara dos Anjos responde que sim.

“Pode, pode vir se os nossos governantes se interessar de fazer uma obra onde a gente possa viver dignamente, acredito que pode ser o que era antes”.

O que representa o que era antes? Talvez a imagem que a entrevistada tenha não seja aquela desejada pelos demais, quem sabe esse lugar idílico nem tenha existido, mas certamente, hoje serve de parâmetro para impulsionar uma busca que talvez não cesse.

Segundo Chauí (2005), para os gregos, *movimento* significa toda e qualquer alteração de uma realidade, seja ela qual for. Por isso a alteração de uma determinada realidade está na dimensão educativa contida na experiência organizativa da comunidade do Igarapé da Cachoeirinha, um cenário que exprime muito bem para onde vai todo detrito de uma capital “tecnologicamente desenvolvida”.

A paisagem “urbana” do igarapé da Cachoeirinha é degradada, do ponto de vista ambiental e, conseqüentemente social. A insalubridade das moradias e a ausência de um espaço adequado, para circulação da comunidade, estava sempre presente nos discursos e plataformas de governo dos candidatos que por lá passavam na época de disputas eleitorais.

Compreender todo esse processo é pensar que não só pode estar surgindo uma nova maneira de habitar esses igarapés, mas principalmente observar o empoderamento desse movimento na medida em que essa organização e mobilização podem desencadear um elevado nível de compreensão por parte das classes populares, que implicará qualificação científica, técnica e política.

O movimento apresenta-se como um novo jeito de fazer escola, que não é o formal, em que a educação é uma prática política misturada à tarefa educativa, levando em conta que a sociedade vai sendo transformada passo a passo, impulsionada pelo desejo de organização geradora de um espaço político construído pela práxis cotidiana do movimento popular, desenvolve, ainda, estratégias que pretendem alterar a lógica de apropriação e uso do espaço urbano, ou ainda tornar inviável a própria reprodução do sistema.

Quando as lideranças foram questionadas se aprenderam algo durante o período que participaram do Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha elas responderam que sim como, o trecho da entrevista abaixo:

Na minha cabeça mudou muita coisa, acredito que se agente se organizar a gente consegue. Antes acreditava que alguém tinha que fazer pela gente então é assim: nós é que temos que correr atrás, porque se a gente não correr atrás...No tempo da política era só enganação, eles vinham, davam beijinho e iam embora. Depois que a gente se organizou o negócio mudou. (Crisálida 53, líder comunitária).

Toda organização do movimento social traz elementos comuns na construção de sua trajetória e consolidação e isso, não poderia ser diferente do Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha em Petrópolis, a organização, reflexão e o despertar desses sujeitos têm um fator comum que é a Igreja católica de São Pedro Apóstolo.

É a apropriação de elementos ritualísticos e de modelos característicos da organização da Igreja Católica. A mística religiosa passa a configurar-se como um atributo diferencial que torna uma reunião de moradores, ou mesmo uma passeata para reivindicar seus direitos, um momento com a legitimidade religiosa (Figura 12). É a leitura da Bíblia ou mesmo o rezar de mãos dadas que revela a presença marcante da Igreja.



Figura 12. Manifestantes fazendo leitura da Bíblia durante ato público em frente ao escritório do PROSAMIM.18/07/2005.
Foto: Sandra Lineia

3.4 Estabelecendo alianças: os aliados do movimento pela drenagem

Existem coisas que podemos fazer sozinhos, mas existem outras coisas que a realização só é possível se outros sujeitos estiverem envolvidos. Segundo Sampaio (1982), um aliado é uma pessoa ou um grupo de pessoas que, pode até ser de outro bairro e que nem tem exatamente os mesmos interesses que os moradores, mas podem ser semelhantes, e por isso, são imprescindíveis na luta reivindicatória.

A Igreja católica, assim como o FOP, o cursinho Alternativo de Petrópolis e o núcleo do Partido dos Trabalhadores de Petrópolis vão se constituir como esses aliados do movimento, por isso, faremos uma digressão para compreender em que contextos esses agentes serão imprescindíveis à luta desses moradores.

A Igreja vai se constituir como um importante instrumento de formação das lideranças na comunidade, em um período em que a democracia e a liberdade de expressão estavam sendo sufocadas. É no espaço da Igreja, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que a consciência política vai encontrar acolhida, e em que o discurso da Encarnação e Libertação¹⁵, é o discurso da Igreja-povo que vai ganhar as mentes e os corações de um povo sofrido e ávido por liberdade.

3.4.1 A Igreja na Amazônia

Em 1755, o marquês de Pombal assume o cargo de Primeiro Ministro, por ocasião da subida ao trono de D. José I. Por volta de 1759 expulsa os jesuítas da Amazônia e do Brasil. Tem início um novo período da Igreja na Amazônia, que será organizada pelo Diretório Pombalino. Desse modo é abolido o sistema de missões e é

¹⁵ Diretrizes básicas para o projeto de Igreja na Amazônia contida no documento de Santarém.

estabelecido o “Diretório”, 1757. Os índios são declarados “livres” e a administração passa das mãos dos religiosos e vai para as mãos de civis.

Os religiosos das congregações recebiam do Estado pagamento financeiro para seu sustento. Com a falta de uma presença mais efetiva dos superiores e pelas dificuldades do isolamento da região, alguns padres seculares acabam por construir famílias.

A situação de abandono do povo e as irregularidades na vida dos representantes da igreja, por um outro lado, a identificação e a dedicação de religiosos com os problemas sociais e políticos envolveram-se em grandes movimentos, como o da Cabanagem, em 1834, que é caracterizado como o mais popular e que efetivamente tomou o poder.

O cônego Batista Campos vai ser um dos líderes desse movimento revolucionário e a região, por ter uma geografia particular, onde as distâncias são continentais, produzindo a dificuldade de acesso e fazendo do campo religioso um desafio. Por isso, as viagens que os padres faziam pelo interior de suas paróquias eram de extrema importância, pois nesse momento a Igreja se fazia presente, por meio dos sacramentos. As “desobrigas” eram instrumentos regulador, disciplinar da vida do povo. “As ‘desobrigas’ eram realizadas em geral na época das festas dos Santos [...] Era também regularizada a situação dos casais que já viviam maritalmente” (RIBEIRO, 2003, p. 26).

Com o êxodo rural provocado pela atividade mono-extrativista adotado pela região, vai exigir-se da Igreja uma nova postura que precisa ser aplicada aos novos problemas que emergem com esse surto populacional na região. O modelo de Igreja que fora proposto para a região tinha como diretriz o Concílio de Trento, que prevê como base a Igreja hierárquica. Com o declínio da economia do látex, o que sobrou foram cidades falidas e um imenso vazio nos barracões no interior dos seringais.

Durante o período de crise econômica pela qual a Amazônia passava, assume como 2º bispo do Amazonas Dom Frederico Benício da Costa que terá um papel fundamental; o de redimensionar o trabalho da Igreja na região, pois é ele quem vai criar as prefeituras apostólicas e prelazias, que serão confiadas às missões estrangeiras.

Convidados a assumir novas prelazias, vieram da Europa e da América do Norte, outros institutos religiosos de diferentes nacionalidades: Italianos, holandeses, alemães, franceses, espanhóis, norte-americanos, canadenses. (RIBEIRO, p.30, 2003).

Alguns missionários estrangeiros encharcados de etnocentrismo, coisa comum na formação eurocêntrica, consideram a cultura, as devoções populares como manifestações inferiores da religiosidade. O comum era uma prática religiosa cheia de preconceitos, por isso, o diferente chama a atenção, é o caso de Dom Jorge Marskel, bispo de Itacoatiara.

O surgimento da presença feminina também é uma novidade. Até então, todo trabalho de evangelização era feito por congregações masculinas, por outro lado, o estabelecimento de ordens religiosas em diversas paróquias inviabiliza uma ação de conjunto por parte da Igreja em Manaus.

Com todas as mudanças acontecendo na região era necessário que a Igreja, também mudasse, pois com a criação da CNBB, em 1952, e com o Concílio Vaticano II (1962-1965) que inova com suas encíclicas, voltando-se para a realidade social, gerando desse modo uma reação nos bispos na região.

A conferência de Medellín, em 1968, representa um despertar para as necessidades de enfrentamento aos efeitos desastrosos provocados pelos grandes projetos do governo. Mas, a verdadeira mudança no processo de evangelização irá ocorrer a partir do documento de Santarém.

As diretrizes e bases do documento apontam para um caminho que consiste em assumir um projeto de Igreja que tenha a cara e a cultura do povo da região, e ações que subsidiassem as transformações necessárias nas estruturas da sociedade, visando aos menos favorecidos.

A Igreja na Amazônia, mesmo historicamente tendo cometido atrocidades, assume um papel importante; o de aproximar o “altar”, do povo. Com essa atitude assume a preocupação diante dos ataques à natureza, aos direitos das populações indígenas e ribeirinhas. Colabora muito nos movimentos de organização social, enfim, faz verdadeiro ato de contrição.

A Igreja da Amazônia quer tomar consciência da parte de sua responsabilidade no sofrimento do povo da região e pede perdão pela omissão e conivência em relação às violências e injustiças que os povos da Amazônia têm sofrido. Pede especial perdão à mulher. (RIBEIRO, p.36, 2003).

A presença de uma Igreja menos conservadora e mais comprometida com a causa social surtirá efeitos significativos. A atitude de padres e bispos que procuravam a

independência de suas ações e assessoria terá como consequência a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, a combativa e histórica Pastoral da Terra, (CPT) em 1975 e a Pastoral Operária (PO) na década de 70.

A influência dessa ação da Igreja Católica, em especial da Pastoral Operária, tem um sentido particular para o entendimento do objeto pesquisado, pois essa Pastoral surge dentro do contexto urbano, por ter seu foco no “operário”, por isso o nome. Assume como serviço a organização da classe trabalhadora.

Especificamente nos grandes centros industriais, a pastoral operária é fruto da Ação Católica Operária e adota os preceitos da teologia da Libertação, tem como fundamento a luta que objetiva contribuir para tornar o trabalho mais humano, e assume, apoiando incondicionalmente os sindicatos.

A PO leva para o interior da Igreja questões como: a crise do trabalho/emprego, a revolução tecnológica, e as grandes transformações no mundo do trabalho. Tem um momento de grande destaque com a Campanha da Fraternidade de 1999, quando a Igreja mobiliza seus fiéis e pergunta “Sem trabalho [...] Por que?”.

É claro que a opção por um projeto mais comprometido com as causas sociais é feita por uma parte da Igreja, pela ala que comumente é chamada de “progressista”, inspirada por uma evangelização chamada de libertadora que tem sua elaboração teórica intitulada Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação representou uma tomada de posição por uma parte da Igreja Católica, principalmente na América Latina, que faz a sua opção pelos pobres, denunciando o processo que produzia essa pobreza. Era a leitura marxista das Escrituras com um discurso identificado naquele momento histórico como subversivo.

[...] A pobreza não é apenas um problema de consciência moral, é fundamentalmente um problema político. Por isso não basta uma condenação moral das situações de pobreza, mas se impõe um esforço histórico de superá-la mediante uma verdadeira revolução no quadro das relações entre os homens e no modo de produção dos bens necessários para garantir a vida de todos. (BOFF, 1981, p.68).

A idéia de que era necessária e urgente uma atitude diante do Estado repressor que fora estabelecido desde 1964, era latente no interior da Igreja Católica. Na cidade de Manaus, durante a década de 80, a presença de um trabalho pastoral mais comprometido com as causas sociais vai ter um papel fundamental na organização e na formação política dos movimentos sociais urbanos.

A PO, por exemplo, será uma grande articuladora na organização dos trabalhadores da cidade, o que vai favorecer uma discussão mais qualificada em que vários dos sujeitos envolvidos, também, estarão engajados em projetos outros como organização do Sindicato dos Metalúrgicos, fundação do Partido dos Trabalhadores e nos inúmeros processos de ocupação de terra, ocorridos nesse momento na cidade, em que a figura da freira da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, popularmente conhecida como Irmã Helena, vai estar à frente de diversas ocupações na cidade.

Lutas pela posse da terra eram bastante comuns como as que incidiram na formação do bairro da Compensa. A disputa pela posse da terra foi marcada por um processo violento, exemplo disso foi o conflito entre os herdeiros “legítimos” da família Borel e os ocupantes recém-removidos da cidade flutuante ou migrante do interior do Estado, Bechman (2003).

Os inúmeros conflitos pela posse da terra marcaram historicamente o bairro da Compensa como violento, pois as más notícias nos jornais da cidade eram constantes, o que contribuiu para desenhar no imaginário da sociedade o perfil de um bairro sangrento, haja vista que eram comuns as brigas com o uso de arma branca. A organização comunitária mediada por uma ala importante da Igreja católica como a PO e a CPT, vão agir como moderadores de tal conflito.

[...] A propriedade da terra ocupada era de uma família por nome Borel, na qual a legítima herdeira seria uma viúva conhecida apenas por “Borel”. As querelas judiciais propiciaram conflitos ente os ocupantes e os proprietários das terras, envolvendo a ação policial que encontrava sempre a resistência ferrenha dos ocupantes de terras. Ao lado dos posseiros quase sempre estavam setores da Igreja Católica que comumente interferiam no conflito. (BECHMAN, 2003, p.60).



Figura 13: Jornal "O Parafuso". Fonte: Arquivo da Pastoral Operária da Compensa.

A PO do bairro da Compensa teve papel fundamental, não só na articulação dos moradores para a luta pela posse da terra, mas também na reivindicação dos serviços públicos fundamentais e ainda no incentivo à organização sindical. A PO da Compensa produziu um jornal que se tornou um dos principais canais de informação e formação dessa base social.

O jornal "O Parafuso" (Figura 13) teve seu primeiro número lançado em abril de 1980, além de trazer discussões sobre greves, jornada de trabalho, exploração do trabalho da mulher no interior das fábricas e ainda a respeito da conjuntura internacional, fazia sérias críticas ao sistema social e auxiliava na organização do povo em manifestações para denunciar a construção de um motel na comunidade.

Esses instrumentos de luta desenvolvidos pelos movimentos sociais são a expressão clara da produção intelectual dos sujeitos envolvidos que elaboram, sistematizam e difundem suas idéias formuladas a partir de sua realidade. No dizer de Gramsci (1979) trata-se de manifestação política dos intelectuais vinculados organicamente aos interesses do proletariado.

3.4.2 A Igreja arma sua tenda em Petrópolis¹⁶: a contribuição do trabalho pastoral para a organização do movimento popular urbano

A paróquia de São Pedro Apóstolo tem seu marco oficial de instalação no ano de 1961, com a presença dos padres Scaboro¹⁷, canadenses, que vieram para a Amazônia para ajudar na evangelização no final da década de cinquenta, dentre eles Jorge Maskel, que mais tarde iria tornar-se bispo de Itacoatiara. A expansão do circuito urbano da cidade de Manaus, assim como o aumento significativo das demandas em outros municípios, fará com que a Igreja católica invista na vinda de vários padres de diversas nacionalidades e ordens.

[...] Em outubro de 1961, deu-se na catedral de Toronto a despedida de cinco padres canadenses que partiriam para o Brasil: Miguel O'Kane, Vicente Daniel, Douglas MacKinnon, Jorge Eduardo Marskell e Francisco Paulo McHugh, o superior do grupo. (RIBEIRO, p.40, 2003).

Os padres canadenses residiam no bairro até 1975. A paróquia contava com a ajuda de vários padres e irmãs de ordens diferentes como: Salesianos, Adoradoras do Sangue de Cristo e duas equipes de seminaristas diocesanos. Por determinação do Arcebispo Dom Milton, Frei Laurindo Côco, que era pároco da Igreja de Santa Rita de Cássia, no bairro da Cachoeirinha, assume como padre de apoio da paróquia. A equipe que assume a paróquia, em 1976. No início de 1977 se reduz a um seminarista, que vai continuar na paróquia após sua ordenação sacerdotal, permanecendo desenvolvendo esta atividade até hoje.

A estratégia de organização adotada pelo então seminarista foi da descentralização da Paróquia em pequenas comunidades, modelo que favorece um projeto maior de evangelização executado pela Igreja católica durante a década de setenta, que é as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Essa rede de comunidades menores, chamadas de diaconias, em 1977 eram oito e agora chegam a ser 29¹⁸.

A experiência pastoral nas diaconias vai favorecer um espaço de discussão importante dos agentes de pastorais¹⁹ com a comunidade. O esquadramento de áreas

¹⁶ Paráfrase do Título do livro: A Igreja Arma sua tenda na Amazônia.

¹⁷ A Sociedade de Scaboro para as Missões Estrangeiras (também conhecida como padres de Scaboro) fundada em 1918 em Ontário (Canadá) pelo Monsenhor John Mary Fraser.

¹⁸ Fonte: Plano de Organização Eclesial e diretrizes pastorais da Paróquia de São Pedro Apóstolo.

¹⁹ Leigos engajados nos serviços de evangelização do bairro.

geográficas nos bairro que tinha como responsável um grupo chamado “equipe de serviço” foi importante na animação e na articulação dos moradores.



Figura 14: Procissão de São Pedro pelas ruas do bairro de Petrópolis, 2006.

Foto: Sérgio Lima.

Porém, o trabalho pastoral que as lideranças vão emergir, é na dinâmica da própria organização pastoral como as reuniões, em que o primeiro aspecto que se define é o “teto” da reunião, ou seja, o estabelecimento de uma disciplina cronológica; a organização da pauta das reuniões, como a acolhida, os informes, os assuntos pertinentes àquele momento, a necessidade do registro, a leitura da Bíblia, são elementos que vão constituir toda uma estrutura racional do ponto de vista da organização do trabalho em grupo.

A Igreja de São Pedro é um marco importante na vida da comunidade do bairro de Petrópolis, pois é agente na promoção humana, ajuda no processo de formação dos sujeitos. A lógica de organização, assim como a metodologia aplicada para animar e

reunir a população nas diversas atividades, revela uma prática investida de significados que busca a formação de valores e consciência coletiva.



Figura 15: Andor do Santo Padroeiro. São Pedro Apóstolo. 2006.
Foto: Sandra Lineia

Realização e organização de Arraiais, procissões do santo padroeiro (Figura 14 e 15), missas campais, instituição coletiva de sacramentos serão fundamentais para criar na população a idéia de comunidade em que as subjetividades se encontram mediadas por uma história ou interesses em comum.

Por isso, uma campanha como a “Campanha do tijolo”, realizada pela equipe de pró-construção da Igreja, teve tanto sucesso. Trata-se de uma atividade que envolvia todo o bairro de Petrópolis. As equipes de agentes de pastorais visitavam casas pedindo um tijolo para a construção da Igreja ou o equivalente em dinheiro.

Não foram arrecadados todos os tijolos necessários para a construção do templo, mas, do ponto de vista simbólico, a campanha representou a construção de um forte elo de ligação entre o povo e a Igreja, templo de São Pedro, fruto da organização comunitária.

A Igreja que existe aqui na verdade, foi construída muito com o trabalho do povo, se o povo não entrou maciçamente com dinheiro por que eram e são pessoas pobres, assalariados, etc, mas o povo entrou com seu trabalho comunitário na base do multirão. Tanto embora a Igreja não seja uma Igreja bonita, mas a gente olha para ela, eu pelo menos eu...Em cada tijolo que vejo, em cada pedaço de parede, vejo ali muito suor derramado, muitas mãos calejadas muito esforço e muita dedicação, trabalho do nosso povo. Por tanto, não é uma Igreja bonita do ponto de vista arquitetônico, na linha da engenharia etc. Mas é uma igreja que tem muito do povo, isso é muito importante. É um a Igreja do povo. Lembro-me da campanha do tijolo, a gente fez no bairro todo, recolhendo tijolo de casa em casa. Cada coisa que a gente tem aqui, portanto, foi muita colaboração do povo. (Padre Dom Casmurro).

É no interior do salão paroquial, ou no quintal de algum agente de pastoral que a necessidade de um “despertar” da “consciência crítica” e a transformação radical da sociedade é plantada no coração da comunidade, processo desencadeado pela Igreja Católica na América Latina.

A formação de lideranças é um processo que se estabelece de modo sistemático. Os inúmeros encontros, retiros, seminários são importantes para a formação de um sujeito capaz de organizar-se, identificando seus pares.

Na diversidade de informação e mesmo o contato com outras realidades regionais, é comum o intercâmbio entre padres ou religiosas de outros estados brasileiros e até de outros países. Para um adolescente ou para uma dona de casa que nunca saiu de sua cidade, ouvir falar de socialismo ou dos desaparecidos da Argentina, tudo em plena ditadura militar, era no mínimo surpreendente.

Toda organização do trabalho pastoral tem papel decisivo nos rumos da formação de articulação política do bairro de Petrópolis, isso é percebido na maioria das lideranças entrevistadas do movimento pela drenagem.

A comunhão, esse entrosamento desse mundo religioso com o mundo político é uma coisa que não começou agora, não começou com as CEBS, não começou de agora, é uma caminhada muito longa, vem desde provavelmente de 63, logo após o Concílio Vaticano II, que foi o concílio que renovou a Igreja, já existem sinais desse desejo desse anseio de que a religião, muito ao contrário do que diz Marx, que é o ópio do povo, que ela seja e tenha um papel significativo na vida social que ela seja grande parceira dos homens e mulheres de boa vontade que queiram transformar o mundo em um mundo melhor, evidentemente. (Padre Dom Casmurro)

A Igreja de São Pedro Apóstolo vai apostar na leitura crítica da bíblia, embalada pelos escritos da Teologia da Libertação que tem como seus principais escritores Leonardo Boff, afastado de seu ministério sacerdotal por discordar radicalmente da postura conservadora da Igreja Católica diante da realidade, principalmente diante do cenário político que estava posto durante o regime militar.

3.4.3 Sem medo de ser feliz: O núcleo do PT de Petrópolis

O trabalho pastoral realizado no bairro de Petrópolis será fundamental para formação dos sujeitos envolvidos no processo de organização desses serviços. A prática de reunir o povo com hora marcada e pauta determinada, leituras, reflexão e ação favoreceu a organização de um importante coletivo político que se organizou aos pés do santo pescador. O núcleo do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1982, no bairro de Petrópolis, tem como fundadores e articuladores históricos os jovens católicos envolvidos com o serviço pastoral.

O primeiro grupo responsável pela fundação do núcleo do PT de Petrópolis vai contar com seminaristas e agentes de pastorais como: Ademir Ramos, Ameci Bentes, Rozendo, Domingos Castro, Nelson Noronha e Milton Lima. Este coletivo será responsável por uma grande articulação no bairro que vai denunciar as péssimas condições de infra-estrutura desencadeando um movimento reivindicatório por água, linha de ônibus, asfalto e saneamento das áreas alagadas etc.

Pra você ter uma idéia, em 1982 nós já fazíamos reivindicação e aquela questão da drenagem, já aparecia. Reivindicávamos a encanação de água para a comunidade aonde não chegavam os canos, conseguimos asfalto na área da Praça Furtado, lá era tudo lama, conseguimos ônibus. Tivemos a ajuda de um rapaz chamado: “Casé”, ligado à Igreja católica. Ele era de São Paulo e veio nos ajudar a montar a pauta de reivindicação e as estratégias de luta tivemos também ajuda do padre Albano. (Bentinho, funcionário público, 44)²⁰.

No ano de 1982 o núcleo lança dois candidatos a vereador: Domingos Castro e Milton Lima, a chapa do Partido dos Trabalhadores concorria sua primeira eleição, em clima de euforia, em que as utopias se refaziam e oxigenavam a luta por mudanças radicais.

O povo depois de um jejum democrático de quase trinta anos vai poder votar em seus representantes. No Estado do Amazonas o PT vai concorrer com a seguinte formação de chapa: Governador - Osvaldo Coelho; Senadora – Marlene Pardo (atual Marlene Ribeiro); Deputado Federal – Aloysio Nogueira; Deputado Estadual – Adonay Sabbá.

²⁰ O entrevistado é um dos fundadores do primeiro núcleo do PT no bairro de Petrópolis e articulador do cursinho pré-vestibular Alternativo.

[...]Art.1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com objetivo de construir o socialismo democrático.(Estatuto do Partido dos Trabalhadores).

A idéia de um Partido socialista, popular e democrático formado por trabalhadores que propunha um outro modelo de organização partidária que não o modelo dos partidos comunistas, em que os núcleos de base tinham todo poder, ganhou as mentes e corações dos jovens cristãos da paróquia de São Pedro, por representar o “novo” no cenário da política brasileira e a possibilidade da construção de uma sociedade mais justa.

Após as eleições de 1982, com seus resultados nada satisfatórios e uma resistência visível dentro da própria Igreja católica, o grupo do Núcleo do PT de Petrópolis se dispersa, os outros agentes de pastorais e o próprio Padre, não viam com bons olhos a atuação dos militantes que na ocasião do pleito de 1982 fizeram várias panfletagens no interior da Igreja durante as atividades religiosas.

Com a dispersão do primeiro grupo, só seis anos mais tarde vai se formar um outro coletivo, tendo a mesma base social, a Igreja de São Pedro. O núcleo do PT de Petrópolis que será re-fundado em 1988, caracterizado por seu envolvimento maciço nos fóruns do Partido dos Trabalhadores, sua organização e mística, assim como sua disciplina e a capacidade de intervenção nos encontros serão destaques em sua atuação, marcas visíveis da formação herdada das CEBS.

É claro que não é um fato isolado ter o núcleo do PT de Petrópolis formado essencialmente por pessoas oriundas dos quadros da Igreja Católica, pois isso será comum em outras experiências na construção partidária do PT.

É bem verdade que o objetivo primeiro da pastoral da igreja não é fazer, digamos assim, militantes políticos, ou aderir a um partido político específico apesar de que no Brasil, em determinado momento da história o PT nos pareceu a alternativa mais, quer dizer que se aproximava mais [...]Digamos assim da nossa filosofia cristã, por isso, muita gente ainda confunde PT com Igreja, coisa dessa natureza. Mas o nosso trabalho nossa atuação, é verdade, tem uma incidência muito social, mas isso é como consequência isso não uma coisa que a gente objetivamente visa. (Padre Dom Casmurro)

O núcleo do PT de Petrópolis lança, em 1988, um candidato a vereador à Câmara Municipal, Edmilson Fontes de Lima, conhecido popularmente como “Gatinho”, estudante de filosofia do Cenesch, ex-seminarista e militante do movimento popular. Esse não conseguiu sucesso no pleito, seus votos não ultrapassaram a somatória de 500, marcando assim a primeira atuação do grupo no cenário de disputa eleitoral do Estado.

3.4.4 O Alternativo de Petrópolis: uma experiência de educação popular

O grupo que articulava a organização do núcleo do Partido dos Trabalhadores e estava envolvido com as CEB's terá um papel fundamental na construção de uma experiência de educação popular que até hoje tem se revelado como fator determinante no processo de inclusão de trabalhadores e filhos de trabalhadores de baixa renda nos cursos de ensino superior em universidades como a UFAM e a UEA.

O Pré-Vestibular Alternativo de Petrópolis existe há quase 20 anos e teve seu início em dezembro de 1987 com a primeira turma com doze pessoas, que se reuniam para estudar, ora no salão paroquial, ora na Escola Estadual Major Silva Coutinho, no próprio bairro. Do grupo inicial oito pessoas passaram no vestibular de 1988.

A idéia inicial era estudar em grupo para conseguir disputar as poucas vagas oferecidas pela Universidade Federal do Amazonas. Como a disputa era desigual, pois parte dos jovens da comunidade era oriunda de uma escola pública que estava sendo sucateada, progressivamente, a solução encontrada foi reunir-se e estudar em grupo.

Temos aqui o cursinho Alternativo de Petrópolis que preparou muitas pessoas para o vestibular, o cursinho pré-vestibular, foi formado por pessoas da Igreja em sua maioria, pessoas que saíram daqui, foram pessoas que contribuíram que organizaram esse grupo para dar acesso a pessoas de baixa renda que pudessem se preparar e não entrar na máquina desses cursinhos caríssimos que existem na cidade, uma verdadeira máquina fonte de riqueza. (Padre Dom Casmurro).

Durante a década de 90 a experiência de educação popular contou com a colaboração de personalidades como: Cristóvan Buarque – Ex-reitor da Universidade Federal de Brasília e ex-governador do Distrito Federal; César Nunes, prof^o. da

UNICAMP; Celso Pedro Luft, (falecido) prof^o. de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; As chapas dos Reitoráveis e equipes da eleição de 1993 da UFAM; Ênio Trindade prof^o. de Ciências Sociais da Universidade Federal de Brasília; Ribamar Bessa Freire prof^o de História e Etnologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; José Aldemir de Oliveira prof^o de Geografia Humana e Nélson Noronha prof^o de Filosofia ambos da UFAM.

O Alternativo de Petrópolis caminha até hoje, provando que é possível construir uma alternativa de escola que se confronta com a, do Estado, e consiga subverter a ordem estabelecida. O projeto de uma educação para transformação é um projeto que disputa com a concepção de educar para reproduzir uma sociedade hierarquizada e meritocrática.

[...] uma escola que crie a reciprocidade. Uma escola que revele constantemente o comportamento das pessoas à comunidade, possibilite uma crítica e autocrítica desse comportamento [...]. Uma escola que questione as relações sociais, econômicas, (culturais) e políticas existentes e que permita ao povo situar-se no espaço e no tempo como povo [...] uma escola que lance bases para uma nova sociedade. (SCHWADE, Apud. LIMA, 1997, p.03).

Mas não basta só ser “comunitária”, como diz Freire (2003) não podemos esperar que exista uma escola orientada dentro dos princípios comunitários em uma sociedade de classes, a escola faz parte da realidade, ela está no interior de uma teia que é tecida continuamente por interesses que são interesses de classes. “Numa sociedade de classe todo interesse é classista” (FREIRE, 2003, p. 13).

Essa experiência representa um instrumento importante na busca de uma educação de todos. Revela-se como objeto e condição de conhecimento, não qualquer conhecimento, mas aquele que é agente constitutivo do empoderamento do sujeito, ou seja, que favorece a tomada de poder pelas camadas destituídas desse poder.

[...] foi possível vermos os vizinhos, os companheiros, de nossa classe, entrarem, e saírem, e voltarem para a Universidade do Amazonas, que passaram pelo Alternativo, e, todo ano, a UA recebendo os neouniversitários alternativos; este ano, seis; durante os onze anos, já ultrapassamos a casa dos cem. Como pessoas que trilhamos seus caminhos e sua profissão para o conhecimento. (LIMA, 1997, p.3).

3.4.5 O Fórum do Orçamento Público Municipal de Manaus

Em 1994, durante o mandato do vereador do Partido dos Trabalhadores Aloysio Nogueira, professor de História da Universidade Federal do Amazonas, juntamente com todo um coletivo articulado em diversas comunidades da cidade de Manaus, a exemplo do que acontecia na cidade de Porto Alegre, onde as organizações sociais participavam, ativamente, nas proposições e fiscalização no processo do Orçamento Público Municipal um coletivo de moradores e várias organizações instituições da sociedade civil resolveram organizar o Fórum de Fiscalização do Orçamento Público de Manaus.

Em Manaus, o Fórum de Fiscalização do Orçamento Público, surge com uma metodologia que permite uma experiência diferente daquela vivida pelas organizações sociais que constituem o processo do Orçamento Participativo de Porto Alegre, pois, na experiência de Porto Alegre a proposição da organização, assim como a abertura para a sociedade surge como uma ação do Poder Público Municipal.

Segundo Rousseau (2001) é necessária uma grande vigilância em relação ao executivo, pois este tem a tendência de agir contra a autoridade do povo, por isso, é correto afirmar que o Fórum do Orçamento Público rompe com a visão tradicional da política de que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar e deixando os governantes eleitos livres para legislar por meio de políticas tecnocráticas, populistas e clientelistas.

Por isso o Orçamento Participativo passa a ser um meio que viabiliza a passagem do cidadão de um simples colaborador da política tradicional para ser um agente ativo de destaque da gestão pública.

Em Manaus, a experiência do Fórum do Orçamento emerge da necessidade sentida pelas organizações sociais de intervir, politicamente, na construção do poder público.

O FOP vai representar a possibilidade da governança democrática por meio da elaboração, votação, execução e fiscalização do Orçamento da Prefeitura de Manaus.

A intenção é que, a exemplo de Porto Alegre, Manaus possa ter a experiência do **Orçamento Participativo**, que se constituiu, histórica e democraticamente, como uma das estratégias de Gestão Democrática de Poder que compatibiliza, no interior de sua dinâmica, a democracia direta com a democracia representativa.

A maior parte da História de Manaus é de Orçamentos Municipais executados sem discussão, sem avaliação e sem a fiscalização dos moradores de Manaus. E hoje ainda continua assim, embora algum espaço democrático de participação das comunidades venha se registrando na Câmara Municipal a partir de 1993 e ganhou mais consistência com a fundação do Fórum do Orçamento Público em 1994. (Cartilha “Esse dinheiro é nosso”²¹, 2005, p.09).

O Fórum do Orçamento vai encontrar no mandato do vereador Aloysio Nogueira um importante aliado, uma vez que este colocou seu mandato e a estrutura do gabinete parlamentar à disposição do Fórum de Fiscalização do Orçamento Público Municipal.

Com o objetivo de contribuir para a construção de uma Gestão Democrática de poder no Amazonas, o Fórum do Orçamento investe na formação de suas lideranças. Consegue um importante aliado que é a Ação pela cidadania contra a fome. Logo depois vêm a Cáritas-Manaus e as pastorais sociais, assim como o Corecon (Conselho Regional de Economia da 13ª Região) e o Sinteam (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas). A base social do Fórum amplia-se na medida em que avançam as formações. Depois, esta base passou a contar, ainda, com entidades de classe, partidárias, comunitárias, lideranças, parlamentares, profissionais liberais e pesquisadores.

As ações do governo podem e devem ser transparentes. O poder público (governo) e a comunidade (governados) podem, juntos, definir onde, como, quanto e quando devem ser aplicados os recursos financeiros arrecadados do povo. Para isso, pode-se construir uma esfera pública, não-estatal, através da qual a sociedade possa controlar o Estado, estabelecendo de maneira autônoma e por meio de um processo de democracia direta a forma de funcionamento do Orçamento Participativo, escolhendo suas prioridades temáticas, de obras e serviços e constituir um Conselho do Orçamento Participativo. (Cartilha “Esse dinheiro é nosso”, 2005, p.12).

A intenção de superar os obstáculos, que iam desde a falta de recursos até a necessidade de formação política dos sujeitos envolvidos, fez com que o movimento priorizasse uma estratégia de formação que atua na perspectiva da transformação do modo de lidar com a *coisa pública*, por meio do exercício prático e coletivo, com os diferentes grupos sociais, na elaboração e acompanhamento das votações das propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, à Lei Orçamentária Anual - LOA e ao Plano Plurianual – PPA. Desse modo, o **Fórum do Orçamento Público** investiu em programas de capacitação de lideranças comunitárias e de outros grupos sociais, assim como nas equipes de coordenação e de apoio.

²¹ “Esse dinheiro é nosso” é uma cartilha elaborada pela coordenação do Fórum para ser utilizado na formação política.

A iniciativa do Fórum do Orçamento Público será a grande novidade, em um momento em que claramente é observado um refluxo nos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Estamos em época neoliberal e vivendo sob o julgo de um governo que chegou ao poder com uma proposta pautada nas exigências do Banco Mundial. Desse modo, o FOP (Figura 16) foi o grande articulador de uma base social que estava dispersa e um instrumento imprescindível para gerar uma pauta reivindicada por essa base.

Um projeto ideológico e social compartilhado por uma elite conservadora que naquele momento era representado pela aliança PSDB-PFL, em torno de Fernando Henrique Cardoso, que passa a comandar a política na sociedade brasileira, inclusive “construindo” todo um dispositivo da possibilidade real da reeleição presidencial.



Figura 16: Manifestação organizada pelo FOP na Câmara Municipal. A Crítica 01/09/2005

No Estado do Amazonas a direção política é mantida pelo mesmo grupo que se reveza no poder nos últimos 25 anos, o discurso é o democrático, pois estamos em tempos de liberdade política, mas a prática, essa denuncia os velhos hábitos de uma elite fisiológica e oligárquica, em que é comum o “aliciamento” do povo por parte dos pretensos governantes, por meio das sacolas de rancho, telhas, dentaduras, madeiras e toda uma infinidade de concessões, com o intuito de receber, como gratidão, o voto daqueles que foram contemplados com tamanha generosidade.

A imagem do super-herói, aquele vai resolver todos os problemas, para o povo, destitui o caráter de cidadão, daquele que por meio da democracia representativa escolhe seus representantes. A prática clientelista deseduca, na medida em que corrompe o sujeito político. Essa ação compromete a viabilidade de um poder verdadeiramente democrático. Em virtude dessa realidade, o Fórum do Orçamento Participativo propõe:

[...] o futuro “problematizado”, como defende Paulo Freire, contrário à determinação, ao futuro pronto e acabado, posto pela ordem neoliberal que concebe a miséria como fatalidade, que não há o que fazer. Problematizado, o futuro, está aberto à intervenção dos sujeitos, homens e mulheres fazendo história, construindo o novo mundo, livre das indignidades. [...] não somos ingênuos. Na sociedade é majoritária a concepção do super-herói, que alcança agentes que se posicionam tanto à direita quanto à esquerda no espectro político, mas que têm a mesma consequência do “futuro determinado”, imobilizador da sociedade, que desconsidera o poder da organização coletiva. (Carta do Fórum do Orçamento Público, 2004, p.19).

A função do Fórum do Orçamento, além de articular os diversos sujeitos para assumir o papel de protagonista, promove a formação dos envolvidos em um projeto coletivo, em que a ação de um grupo, classe ou segmento da sociedade, se coloca como principal sujeito na dinâmica social. É a maneira de se afirmar como produtores de História e do devir social. Na fala de um dos fundadores do Fórum do Orçamento, a formação dos sujeitos no interior da organização popular é pautada, e confirma um particular processo pedagógico.

Tanto é que o próprio fórum do orçamento fez um trabalho de formação, com todos os equívocos, tentou fazer um trabalho de formação a partir desse contato nos bairros o eixo era no sentido de fazer com que as “pessoas comuns” como se ouve na literatura histórica, Hobsbawm, por exemplo, é construir sua própria história, então nesse sentido é que alguns bairros responderam, eu não diria bairros, mas coletivos específicos responderam a essas propostas. Como o Mauzinho, próximo ao D. Pedro determinadas áreas, Petrópolis, ali no Igarapé perto da Codajás, e outros na Cidade Nova. Então é a partir dessa concepção em que os moradores tomavam conhecimento dos mecanismos oficiais de como se elaboram o Orçamento de como ele é “discutido” nas casas legislativas, e o mais interessante: de como ele é executado ao longo do tempo. Eles descobriram que o Orçamento no fundo, no fundo vem ser uma farsa. E as prioridades elas... Eles chegaram à conclusão, que as prioridades constantes nos chamados investimentos públicos estão ligados diretamente com as mais variadas formas de acumulação que aquele sujeito que detém o poder no aparelho do estado encaminhou. (Machado de Assis 65, historiador, ex-vereador.).

O FOP, quando surge, assume o papel de articulador das instituições e pessoas que propunham uma pauta. A organização do FOP vai gerar uma agenda específica, até

então um feito inédito na prática parlamentar no Estado do Amazonas. A intenção do grupo era testar a novidade na gestão parlamentar do então vereador Aloysio Nogueira.

A proposta era inaugurar um mandato parlamentar participativo de maneira que não repetisse os mandatos convencionais onde o parlamentar aparecer na mídia só como produtor de emendas como destaque, de está sempre na crista da onda, mas fazer uma ação de maneira que pudesse mudar a vida das pessoas. (Romão Pires 43, jornalista, coordenador do FOP).

A organização do movimento social na cidade significa o despertar da sociedade em várias dimensões; é possível observar isso na multiplicidade das organizações no interior do próprio FOP, pois esse movimento vai, aos poucos, destruindo uma concepção de “fazer política” baseada na dependência, concessão, apadrinhamentos e favores e, principalmente, romper com a idéia do Estado “paternalista” tão presente na concepção de Estado no Brasil. Uma concepção que não contribui com a própria democratização do Estado e com a consciência cidadã tão pretendida pelos Movimentos Sociais.

[...] um governo fundado sobre o princípio da benevolência para com o povo, como o governo de um pai sobre os filhos, isto é, um governo paternalista (*imperium paternale*), no qual os súditos, tal como filhos menores incapazes de distinguir o útil do prejudicial, estão obrigados a se comportar apenas passivamente, para esperar que o chefe do Estado julgue de que modo devem eles ser felizes e para aguardar apenas da sua bondade que ele o queria, um governo assim é o pior despotismo que se possa imaginar. (KANT, Apud. BOBBIO, 2005, p. 23).

Segundo Castells (1989), as grandes mudanças políticas são a expressão de profundos processos de transformação social. As lutas reivindicatórias travadas no interior dos bairros envolvidos no FOP exigem melhores condições de infra-estrutura. As mobilizações dos moradores dos bairros de Manaus assumem o papel de agente de pressão social, na medida em que sua atuação será decisiva na denúncia das precárias condições de vida de uma população que está submetida aos processos excludentes no interior da cidade.

A habitação, como destaca o sociólogo João Pinheiro Salazar (1985), vai ocupar o centro de boa parte das discussões e investigações científicas, É notório o volume de trabalhos de pesquisa realizada dentro dessa temática, uma vez que irá marcar, definitivamente, o rumo das políticas sociais não só no Brasil, mas também em outros países.

[...] Nos países de capitalismo tardio, notadamente da América do Sul, da América Central e da África, a habitação popular vem ocupando o centro nevrálgico

dos problemas sociais mais cruciais. [...] o processo que se segue, foi a erradicação impetuosa de favelas e a transferência dos favelados para conjuntos habitacionais que lhes foram supostamente destinados. (SALAZAR, 1985, p. 9).

Também é possível dizer que a experiência das lutas sociais revela um esforço, por parte de seus agentes; a própria superação da passividade constitui-se como uma transformação da coisa em si para a coisa para si, submetendo-as à própria práxis. Como nos diz Kosik (2002):

[...] O conhecimento não é a contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático (KOSIK 2002, p.28).

O conhecimento, que vai se construindo pelo povo em movimento, prova que o homem não é somente um sujeito cognoscente, mas também, sujeito de conhecimento de vida e de ação. Ele sabe o que deve fazer e o que pode esperar.

Por isso, cada grau de conhecimento desenvolvido no processo de luta é um conhecimento humano dotado de sensibilidade e razão, é um modo pelo qual ocorre a apropriação da realidade, ou seja, uma práxis objetiva que está ligada a todos os outros modos de apropriação, em maior ou menor grau (idem).

Sobre essa questão acima tratada, Freire (2002) a traduz ao dizer que a leitura do mundo é anterior a leitura da palavra, ou seja, primeiro nos apropriamos da realidade, depois percebemos os nexos da leitura do texto com o contexto.

3.5 Construindo o poder popular em Manaus

Antônio Gramsci é categórico quando afirma que todos os que querem a transformação devem construir uma hegemonia, mesmo não sendo classe dominante. Isso quer dizer que as nossas análises e práticas precisam ir para além dos modelos analíticos economicistas da superestrutura; talvez seja um chamamento para adentrar, pela cultura, enquanto movimento político e organização, nas condições básicas para a hegemonia dos subalternos.

Não significa negar o Estado ou desconsiderar que o capital é uma relação social de produção e que, portanto, a estrutura produtiva reside na base dos processos e relações sociais específicos e de manifestações jurídicas e políticas particulares.

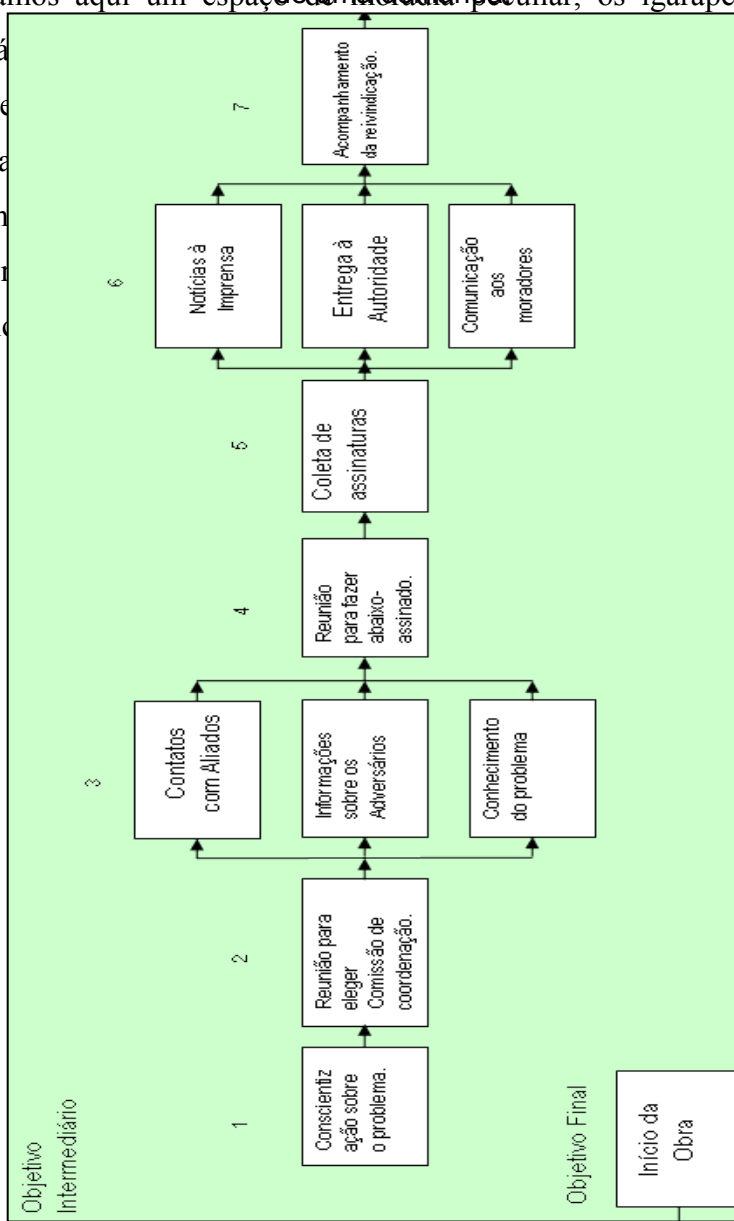
Dentro da referida perspectiva apontada por Gramsci, para os moradores do bairro da Cachoeirinha, a única saída para transformar sua realidade seria a organização. Observando o processo que foi desencadeado, podemos caracterizá-lo como sendo um movimento popular, fundamentado em uma lógica de organização de base, em que o principal é a construção coletiva das propostas e estratégias. Esse modelo pode ser observado na figura 17.

A possibilidade de compreender a dinâmica que envolve os atores nos leva a considerar os seguintes aspectos:

1) Articulação do marco teórico; 2) Lógica da intervenção estatal; 3) Dinâmica dos movimentos e agentes envolvidos. Na tentativa de compreender a lógica de ação do Estado e as demandas populares. Jacobi (1993), ressalta que os movimentos sociais urbanos geralmente se destacam entre os processos sociais que, ultimamente, de modo contínuo, se fazem presentes nos espaços de moradia, coincidindo muitas vezes com a própria dinâmica das ações comunitárias.

Figura 17: Fluxograma de como organizar um grupo em torno

Destacamos aqui um espaço de demanda peculiar, os igarapés. O espaço de moradias em área de risco, como temos visto, é um espaço de luta, e, como temos visto, os igarapés são espaços de luta. Os moradores da cidade de São Paulo, em geral, não têm acesso a serviços básicos de saneamento e os moradores foi ocasionando um impacto significativo.



É a partir do desmantelamento de uma estrutura habitacional precária, mas organizada, que irá acontecer um adensamento da população nos igarapés, e em várias ocupações em diferentes pontos da cidade, uma vez que vários moradores não estavam contemplados no plano de remoção do governo. “[...] Expulsos do campo depois da cidade, não lhes restou outra saída, a não ser, assumir as primeiras formas de resistências e enfrentamentos ao capital e ao Estado”. (SALAZAR, 1985, p.09).

O processo que se estabeleceu, foi a erradicação das moradias e a transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais que lhes foram supostamente destinados como o conjunto de Flores, Raiz, Parque 10 de Novembro.

Em nome da modernização urbana e do embelezamento da cidade, erradica-se, de maneira violenta, não uma favela, mas uma cidade, literalmente falando, que foi construída no decurso de mais de duas décadas, simplesmente em nome da decisão pessoal de alguns.

As conseqüências dessa ação, segundo Salazar (1985), são a desestruturação a destruição e a desconstrução dos laços de vizinhança, de empregos e modos de sobrevivência. Fruto de um pseudo-desenvolvimento que através da coerção se impunha de cima para baixo.

Assim, como nos escritos de Salazar (1985), os moradores encontram uma maneira de resistir, no Igarapé da Cachoeirinha, onde existe, também, uma intrincada relação entre Estado e movimentos urbanos.

Salazar (1985) faz referência às ocupações que vão surgir com o remanejamento da favela flutuante como: uma tomada de atitude por parte daqueles que estão excluídos do mercado imobiliário e ao mesmo tempo fora da política de habitação adotada pelo governo, pois ao pé de cada novo conjunto habitacional surgia uma nova ocupação humana.

A relação entre Estado e movimento está muito longe de ser estaticamente polarizada; existe como um processo que, no desenrolar da interação entre ambos, leva à transformação das partes envolvidas e da própria relação. Toda análise feita a partir dessa perspectiva será sem linearidade e inconclusa.

As contradições urbanas, que muitos teóricos vinculam como sendo a base real e objetiva, responsáveis pela emergência de lutas sociais, não necessariamente suscitam tais lutas. Não existe uma relação automática entre exclusão de benefícios urbanos, carências diversas e luta reivindicatória.

Mesmo que o estudo apresente uma relação entre uma situação de extrema carência e um processo intenso de mobilização social, não quer dizer que esta seja uníssona, e tão pouco o fato de o Estado absorver as demandas dos movimentos populares, representando uma democratização nas relações sociais, ou ainda, certa paridade na famosa correlação de forças.

Este trabalho representa o esforço para refletir sobre o caráter assumido pelas relações entre Estado e movimento social urbano em torno da drenagem do Igarapé da Cachoeirinha, permitindo compreender dois lados: o caráter do efeito político-institucional da ação coletiva, influência dos articuladores sociais no interior das lutas e o reflexo das transformações ocorridas no plano das burocracias públicas, na dinâmica da sua interação com o movimento social, no contexto de um governo contrário aos movimentos sociais e, no limiar, de um momento de transição.

Procuramos desenvolver, a partir da interpretação das falas dos atores envolvidos (moradores, lideranças políticas, órgãos governamentais), as representações

que os diversos elementos (igreja e agente de pastorais, etc) fazem sobre o significado do processo de organização: interação-diálogo-pressão ao poder público.

Uma elaboração de práticas, bandeiras de luta, discursos, concepções políticas, opção de projeto. Esta reflexão, a respeito da ação, permite compreender como os Movimentos Sociais articulam sua mobilização, a partir não só dos seus valores de referência, mas também da influência desses agentes que participam da construção das demandas no dia-a-dia.



Figura 18: Camiseta da drenagem

Foto: Cecília Lins



Figura 19: Pintura a óleo sobre tela.

Autor : desconhecido.

Nesse sentido o movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha irá produzir seus próprios instrumentos (Figura: 18, 19, 21 e 22) para comunicar suas reivindicações, para identificar de maneira efetiva sua luta e sua história. Foram produzidos jornais, camisetas, canções, cartazes e pinturas que foram levados para as passeatas ou os lugares públicos por onde o coletivo passava. A utilização da música abaixo, autoria de Magno Aguiar, marcava a animação das passeatas.

Foram 40 anos de espera, alimentados por falsas promessas pela drenagem de um igarapé.

Nosso povo um dia cansou de esperar, começamos a caminhar em busca de uma solução e fomos então até a Câmara Municipal de Manaus a Prefeitura, e ao Governo do Estado, para alguém nos ajudar. Porquê?

Dignidade é o direito da espécie humana que a gente precisa dela pra viver melhor. Nossa casa é nosso ouro é nosso chão é um direito assegurado está na nossa constituição.

Esse dilema aumenta no inverno, nossa vida vira um caos, nossos filhos não podem estudar. Já é hora dos políticos que a gente votou atendam o apelo deste povo sofredor. Porquê?

Nunca diga que a batalha está perdida,



Figura 20: Comissão da Drenagem. 1998. Foto: Marcos Brito

A comissão de moradores (Figura 20) conseguia assento nas sessões da Câmara Municipal, era recebida por autoridades em órgãos competentes, algo que gerava inclusive uma certa descrença por parte de alguns moradores da comunidade que não acreditavam ser possível um simples morador ser recebido pelo vice-prefeito, presidente da Assembléia e, o efeito mais inédito, entregar pessoalmente suas reivindicações nas mãos do Presidente da República.

Tal descrença é fruto do distanciamento do poder público do cidadão, de uma noção de cidadania esfacelada e principalmente do uso da máquina pública para fins particulares, destituindo desse modo o sentido de Estado Republicano.

Por isso, e para provar que era possível, a comissão criou uma secretaria de documentação. Tudo era filmado, fotografado e divulgado para os demais moradores.

Com essas atitudes as pessoas eram levadas a desenvolverem uma lógica de organização, o registro das ações passa a ter um valor primordial. Escrever, registrar as reuniões acaba por promover o “aprender” técnico dentro de uma perspectiva popular libertadora (Figura 21).

Sobre essa questão nos esclarece Souza (1995) que:

[...] Nesse movimento, o humano elabora, sistematiza e reelabora o conhecimento, cuja cientificidade se demonstra na sua própria prática coletiva. Constrói uma metodologia coletiva capaz de tornar-se hábil em atitudes de orientação, sistematização e explanação de idéias. Com ela, preparam-se técnicas de reuniões, exercitando a crítica e a organização geral de entes humanos em suas classes. Através dessa teoria, exteriorizam-se conteúdos gerais que se originam no mundo concreto, adquirindo diferenciadas modalidades de trabalho pedagógico. Esse modelo vem sendo aplicado, com sucesso, nas ações educativas com moradores de periferias de cidades, operários, camponeses e outras categorias de pequenos

mo
poli
nec
con
lide
dis
rom
env
exis
pro
uma

Histórico

Foi em 1996, numa pequena comunidade ~~em~~ nossa senhora do Perpetuo Socorro próximo daqui que tudo começou através de alguns membros da equipe que se começaram a participar do Fórum do Orçamento Público, no qual uma deles era eu e o marcos participando de reuniões na Entidade juntamente com vários instituições Sindicatos, lideranças comunitárias de vários Bairros sobretudo ~~com~~ ~~o~~ nosso. Em 1997 - nos juntamos com o Fórum do Orçamento colocamos nossa primeira Emenda junto ao Orçamento da Prefeitura para que fosse votada pela Câmara de Vereadores no qual ela foi aceita e assim consequentemente não ~~podemos~~ ~~uma~~ ~~Dados~~ ~~com~~ ~~o~~

Figura 21: Registro do histórico feito por uma das lideranças da comissão.

JORNAL DA DRENAGEM

Informativo das Comunidades de Petrópolis, Raiz e Cachoeirinha ANO I, Nº 1 - Set/2001

Drenagem Já

Afirmamos que a drenagem já do Igarapé da Cachoeirinha é possível, 04 motivos nos levam à esta conclusão.

1. Há recursos para a obra;
2. O dinheiro que a Prefeitura tem é nosso;
3. A Prefeitura tem que atender aos interesses da maioria da população;
4. Só depende de vocês para conseguirmos a drenagem.

Existem R\$ 1 milhão de reais para a drenagem

A prefeitura previu a arrecadação de R\$ 502 milhões de reais para o ano 2001, este dinheiro daria para fazer 125 drenagens do nosso igarapé se fosse só para isso.

Deste montante, foi conquistado pela comunidade na Câmara Municipal de Manaus, R\$ 1 milhão de reais para a drenagem do Igarapé da Cachoeirinha.

O dinheiro é suficiente para o início dos trabalhos, no entanto, se o prefeito tivesse respeito para com os nossos problemas, não só iniciaria já, como concluiria rapidamente a drenagem, pois pode transferir cerca de R\$ 100 milhões de reais de uma secretaria para outra, o que dá para fazer 25 drenagens.

De qualquer forma, tão logo as obras tenham início, a Comissão de Mobilização já se prepara para apresentar emendas à Lei Orçamentária de 2002 para garantir a continuidade da drenagem. Todos serão novamente chamados, para

O dinheiro que a Prefeitura tem é nosso

Quando você compra, por exemplo, alimentos, roupas e calçados, parte do dinheiro é repassado para a Prefeitura, através de impostos, como o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

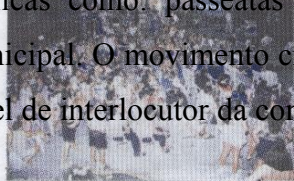
É o dinheiro desses impostos que nos é tirado diariamente e de outros impostos e taxas, que os governos municipal, estadual e federal se utilizam para formar seus tesouros. O prefeito, no caso, é o responsável pela utilização desse dinheiro, mas o DINHEIRO É NOSSO.

No entanto, o prefeito se comporta como se o dinheiro fosse dele. Gasta sem dar nenhuma satisfação aos seus verdadeiros donos, ou seja, nós, a população.

A organização e a mobilização mostram que as comunidades conhecem seus direitos, o prefeito é que, até agora, não se deu conta de seus deveres.

O movimento pela drenagem avançou em aspectos importantes, como o de organizar a comunidade, promover a auto-sustentação de suas ações, uma vez que a

SÓ ESTÁ FALTANDO VOCÊ PARA A VITÓRIA!!! Os pequenos comerciantes (Figura 24) é que financiam as ações públicas como: passeatas pelas ruas do bairro, caminhadas à Câmara e Prefeitura Municipal. O movimento cria sua independência financeira na medida em que assume o papel de interlocutor da comunidade.



Sessão Especial da Câmara dos Vereadores na J. Carlos, em 17 de MAIO de 2001 com mais de 600 pessoas.



Os moradores realizam, com pelo menos 400 pessoas, o 2º ato público em frente à Prefeitura.



Coordenados pelo Fórum, os moradores na galeria da Câmara foram à luta pela aprovação da emenda da drenagem.

Agenda de Atividades

Figura 22: Jornal da Drenagem, circulação na comunidade e nos movimentos. 2001

Fonte: Arquivo da Comissão.

JORNAL DA DRENAGEM

Informativo da Comissão de Organização e Mobilização do Igarapé da Cachoeirinha.
Comunidades de Petrópolis, Raiz e Cachoeirinha.

Ano II, nº II - Março. 2006

Moradores conquistam Vitórias



Jackson Souza

Moradores dos Igarapés participam de Ato Público em frente ao Palácio do Governo do Estado, em 3/02/2006, em defesa dos direitos das pessoas que moram cedidas e alugadas. Alguns moradores, como o Nei (de boné), já conquistaram sua casa no conjunto. Pág. 3.



Fotos: Waldemir José

Força dos moradores trouxe o Governador até a comunidade.

Comissão de moradores faz 9 anos de lutas



Articulação com aliados os levaram

A Comissão de Organização e Mobilização dos Moradores do Igarapé da Cachoeirinha, composta por comunitários da Cachoeirinha, Petrópolis e Raiz, em 2006 completa 9 anos de muita luta.

Foi a Comissão juntamente com o Fórum do Orçamento Público que expôs para a sociedade amazonense a problemática dos igarapés de Manaus, mostrando com determinação que as autotidades tinham que oferecer dignidade aos moradores dessas áreas.

A Prefeitura Municipal de Manaus, assim como o Governo do Estado, que a sucedeu na obra do Igarapé. Sempre trabalharam para sufocar o movimento, mas a Comissão está viva na luta como demonstram as ações realizadas no

Figura 23: Jornal da Drenagem, circulação na comunidade e nos movimentos 2006.
Fonte: Arquivo da Comissão.

A comissão (Figura 20) formada pelos moradores era heterogênea: estudantes, donas de casa, biscateiros, professores etc. Depois de nove anos, quando a questão fundamental da drenagem é substituída pela proposta do PROSAMIM, apresentada pelo governo do Estado, a comissão de moradores começa a divergir. De um lado ficaram os que foram convencidos e aceitaram a Carta consulta (Figura 25) proposta do PROSAMIM como a melhor saída. De outro os que acreditaram em que a proposta era uma imposição e, portanto, não cumpria com a premissa da consulta popular.



Figura 24: Jornal da drenagem com a lista dos “patrocinadores”.

Em uma assembléia na comunidade, com o governo, em que foi exposto o projeto, foi tirada uma outra comissão de moradores, que assumiria o papel de porta-voz daquela junto ao PROSAMIM, essa nova comissão foi oficializada em diário oficial (anexo 01).

O projeto exposto para a comunidade, junto com o plano de urbanização prevêem a retirada dos moradores (anexo 02) a construção de um ‘shopping’ popular, praças e áreas de lazer, centro de convivência de idosos.

Apenas aqueles que foram convencidos da proposta do governo foram incorporados na comissão “oficial”, passando a representar o PROSAMIM na comunidade. E os demais assumem posição contrária e assumem o embate com o governo. A verdade é que os moradores da comunidade, os que realmente necessitam desses serviços, foram na sua maioria retirados e alocados em lugares que não possuem os serviços, citados acima fazendo apenas uma transferência do problema.

A verdade é que o Estado conseguiu deflagrar o processo da obra, os moradores foram orientados a negociar suas casas dentro das opções da Carta consulta que prevê:

No projeto do PROSAMIM, estão previstas quatro (4) opções para o morador como:

- ✓ Proprietários
 - Bônus moradia no valor de até R\$ 21.000,00 ou;

- Indenização a preço de mercado;
Cedidos e alugados – direito a casa em conjunto habitacional do governo – João Paulo II, ou Nova Cidade;

O interessante nessa proposta é que não existe a opção de permanecer no lugar, aspecto presente no projeto original do próprio programa. O programa de recuperação da bacia dos Educandos tem financiamento diferenciado. No trecho do igarapé do Quarenta, o financiamento foi do Governo do Estado, a obra seria a contrapartida para a liberação do financiamento da Caixa Econômica Federal, previsto pelo Ministério das Cidades, tal recurso recuperaria o trecho do igarapé da Cachoeirinha. E o último trecho, que compreende os igarapés: Bitencurt, Manaus, Passarinho, Mestre Chico, são financiados pelo BID, por isso, o tratamento está sendo diferenciado, pois existe um comitê que está no Brasil semestralmente para fiscalizar a obra.

Como tudo vira mercadoria, há a possibilidade acenada de compra por parte do governo de uma palafita por um valor que o proprietário nunca sonhara receber.

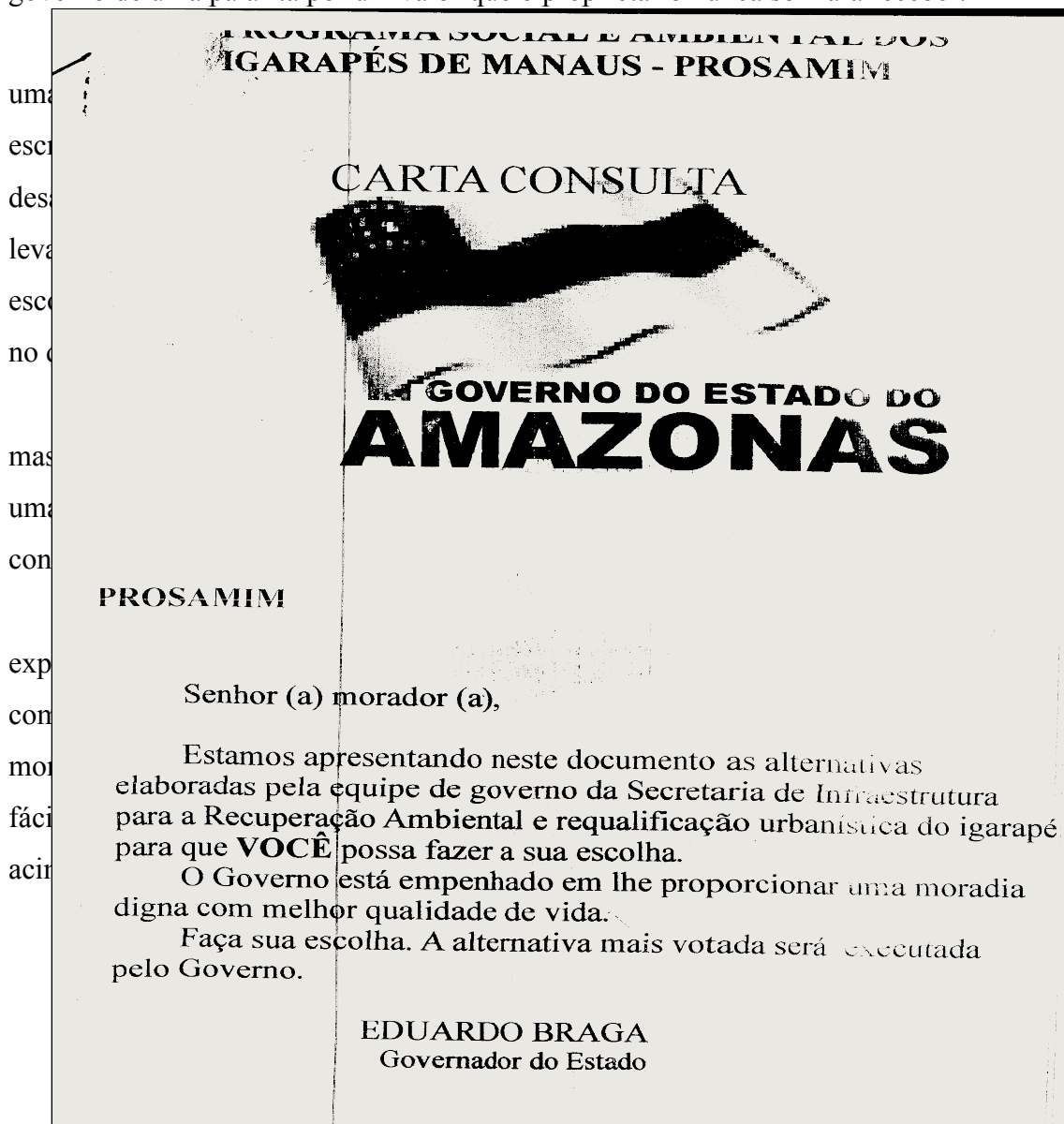


Figura 25: Carta consulta do PROSAMIM

Figura 26: Quadro de remanejamento dos moradores da área do PROSAMIM

Considerações Finais

Ao final do trabalho percebemos que os caminhos trilhados na construção da pesquisa foram os caminhos possíveis, tendo em vista os inúmeros percalços vividos até aqui, desde os eminentemente teóricos, de intensa e dolorosa formulação mental, até os de ordem material: as dificuldades existentes no financiamento de bolsas para os programas de pós-graduação, pois não existe bolsa para todos os que adentram, via seleção de mestrado, sendo necessária uma disputada interna pelos recursos existentes. Recursos parcos, diga-se de passagem.

A dificuldade de acesso aos centros de documentação. Boa parte encontra-se administrada pelo Poder Público. Como as administrações estão vinculadas aos grupos políticos que se revezam na gestão da máquina pública, há uma influência direta na enxurrada de cargos de confiança, que ora estão aqui, ora estão ali, configurando sempre uma transitoriedade na administração.

Nunca se sabe onde estão os documentos, os relatórios etc; é uma secretaria que desaparece, uma outra que desloca seus funcionários e na pior das hipóteses, administradores que confiscam os documentos públicos, se apropriam indevidamente dos acervos fotográficos, livros raros, relatórios importantes, tornando-se saqueadores das fontes de pesquisa e do bem público.

Mas como diz (OLIVEIRA, 2003, p.161) “cheguei a um ponto que não é necessariamente o final, mas a chegada”. A tentativa de refletir sobre o Estado, situando nossa discussão em um modelo específico, assim como sobre a cidade, enveredando pelos diversos discursos sobre a Amazônia e a cidade de Manaus, juntando pedaços aqui e ali, como se recolhêssemos as peças de um imenso quebra-cabeça, tudo para entendermos como se processou a luta de uma comunidade específica por um espaço de moradia mais saudável, e nesse processo denso e contraditório, de que modo, esses sujeitos envolvidos produziram seus próprios instrumentos de resistência e enfrentamento.

O Movimento pela drenagem do Igarapé da Cachoeirinha foi gerado dentro de um processo contraditório, por isso é evidente que produz relações, interesses e contradições. Não queremos dizer que todos os sujeitos participantes dessa intensa mobilização, nesses nove anos, compartilham da mesma concepção de mundo. Ou que o envolvimento no Movimento fez com que todos atingissem uma consciência plena de cidadania, mesmo por que todos temos temporalidades e processos cognitivos diferentes.

Mas é possível afirmar que o movimento pela drenagem representou um processo de descoberta, uma maneira de passar de uma consciência individual para uma consciência coletiva, por meio da ação reflexiva dos sujeitos envolvidos dentro do seu espaço de moradia. A relação com outros movimentos e sujeitos, seja com os agentes que representam o Estado, ou com outros líderes comunitários, acabaram favorecendo um processo educativo formidável.

Compreendemos que a dimensão popular marca o pensamento pedagógico desenvolvido na experiência do igarapé da Cachoeirinha. Para Freire (1983), no agir pedagógico, há uma exigência política que caracteriza o diálogo. Entendemos que o diálogo de sua ação pedagógica é promotor da colaboração entre o eu e o tu, engendrando a possibilidade concreta de que “eu” e “tu” se tornem sujeitos de seus próprios processos.

Para realizar a colaboração, é preciso perceber que ninguém se liberta sozinho, então essa relação dialógica precisa favorecer a união, dentro da perspectiva da construção da liberdade, uma vez que se torna possível uma descoberta, por parte dos sujeitos envolvidos no processo, da situação objetiva em que estão submetidos, seja de maneira visível ou não.

Temos notado que os articuladores sociais possuem ações heterogêneas e ambíguas. Em primeiro lugar comprovamos a influência como mediação no plano do desenvolvimento popular; numa prática participativa, através do desenvolvimento de uma consciência crítica. O papel desses articuladores assume características diversas no movimento.

No caso da igreja, configura não só um suporte institucional, um agente motivador e direcionador das bases; definindo limites e estabelecendo práticas que envolvem a dimensão espiritual do movimento. Como a área era uma das 29 diaconias, e também apresenta uma formação sócio-econômica heterogênea, não houve um envolvimento mais efetivo de todos os agentes de pastorais com o movimento da drenagem, ficou algo restrito àquela área missionária.

As lideranças investigadas apresentaram mudanças significativas nos seus discursos e práticas, embora, é correto afirmar, que nem sempre vamos encontrar uma rebuscada formulação da realidade feita por esses sujeitos, ou que estes não estejam aliados àqueles com os quais o próprio movimento, enquanto intelectual coletivo, esteve combatendo.

O movimento pela drenagem do igarapé da Cachoeirinha, assim como em outras experiências, dessa natureza, apresenta limites e potencialidades que impõem a necessidade de uma “paciência histórica” para utilizar as palavras de Paulo Freire.

Se pensarmos o que representou o movimento cidadão da sociedade espanhola poderemos verificar que foi um processo desencadeado com o objetivo de conquistar a liberdade do Estado espanhol durante o franquismo; foram lutas travadas, no interior dos bairros de todo o país, reivindicando melhores condições de infra-estrutura Castells (1980). O movimento madrileno representou uma articulação bem-sucedida de demandas interclassistas, mesmo sendo socialmente heterogêneo em seu conjunto, suas ações específicas, eram homogêneas, por conta do nível de segregação social que estava submetida à cidade de Madri.

Não é possível, no Brasil, falar de um movimento que articule em uma cidade as demandas de diversos segmentos da sociedade. Talvez a experiência da CUFA represente a possibilidade da construção de algo parecido com a idéia espanhola.

Mas afirmamos aqui que o Movimento pela Drenagem representou a emergência de práticas que redefinem a relação entre Estado e população. Provocou a discussão sobre a realidade precária dos igarapés que cortam a cidade de Manaus. Provou que é possível a população interferir na agenda do governo.

A experiência de organização dos moradores do igarapé da Cachoeirinha inaugura, na cidade de Manaus, um caminho, uma metodologia na organização do movimento popular. A transformação das carências em demandas institucionais, materializadas nas emendas encaminhadas ao Orçamento Público Municipal da cidade de Manaus.

Com o processo estabelecido pelo PROSAMIM, em sua relação com as lideranças pela drenagem, foi possível concluir que os agentes que representam o Estado ainda utilizam-se de antigas práticas, fazendo valer o sentido do Estado-coerção. São as concessões de favores para conter uma liderança mais combativa. O uso de pressão psicológica, como ameaças de despejo, interrupção no abastecimento de água e luz, avanço sistemático de máquinas como: tratores, escavadeiras, que cavavam ao redor das casas, deixando essas com as estruturas comprometidas e de difícil acesso.

Da comunidade do leito do Igarapé da Cachoeirinha até agora como símbolo só restou o espaço da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a casa de uma das

líderes do movimento pela drenagem²², 95% dos moradores foram deslocados, boa parte para bairros bem distantes do seu antigo local de moradia, como, por exemplo, o bairro Nova Cidade, onde podemos encontrar dona Nadir, militante desde o primeiro momento da luta pela drenagem. Quando perguntada se foi válido tudo que fizeram, ela afirma que sim, pois aprendeu muito, destaca a aposentada. Ela tem presença assídua nas assembleias que os moradores, daquela comunidade, estão fazendo para construir uma feira coberta.

A verdade é que os problemas de infra-estrutura urbana enfrentados pelos moradores da comunidade do igarapé da Cachoeirinha, apenas se deslocaram junto com eles: a violência, a ausência de espaços de lazer, a falta do posto médico, tudo isso continua sendo a realidade desses moradores.

Nenhum dos moradores foi deslocado para os eixos viários que atendem aos setores centro-sul e oeste da cidade. Bairros como Nossa Senhora das Graças (Vieiralves) ou Ponta Negra, por motivos óbvios. São áreas destinadas a uma minoria, poderosa camada da população que controla o mercado de terra, a especulação imobiliária e a construção, com total conivência do Estado. Pelo contrário, foram para as periferias da cidade de Manaus onde os serviços públicos são escassos ou inexistentes, onde está tudo por fazer.

É verdade que no processo estabelecido no Igarapé da Cachoeirinha onde estava prevista a participação dos moradores para opinar sobre o projeto, avaliando de uma maneira quantitativa, de fato, houve uma “participação”. Reuniram os moradores na quadra de um colégio, os técnicos do governo expuseram o projeto e não abriram a discussão para nenhuma liderança, a lista de presença foi assinada e assim se estabeleceu a legitimidade da consulta pública, em meio a um conflito entre algumas lideranças que questionavam a proposta do governo e outras que a defendiam.

É importante perceber a mudança tanto no discurso do governo como do próprio movimento social, como: governança democrática, gestão participativa e pactuação. Conceitos presentes nesse novo cenário onde a sociedade civil é convocada para “participar”, mas como ainda é algo processual e em definição, é percebida uma dificuldade tanto por parte do governo como por parte de uma fatia da sociedade civil organizada em estabelecer um diálogo equânime.

²²Sua saída já foi anunciada. O caso estava na justiça e a Juíza deu parecer favorável ao Estado. Sua casa será removida. Foi dado prazo para saída, até o final de novembro do corrente ano, caso contrário o oficial de justiça fará a desapropriação com a força policial.

Refiro-me aqui a fatia da sociedade civil composta pelo movimento popular que historicamente tem sido apartado da sua condição de sujeito histórico. Por sua vez, o governo não consegue estabelecer uma relação onde a correlação de força seja justa, pois continuamente usa de inúmeros artifícios para cooptar sujeitos importante do movimento social e sociedade civil, pois mesmo em um Estado democrático com uma gestão pretensamente participativa ainda está muito aquém de uma gestão verdadeiramente democrática. Essa dificuldade reside na presença de grupos conservadores presentes na direção Estado, que carregam uma herança gestão patrimonial com práticas coronelistas.

A experiência dos moradores do Igarapé da Cachoeirinha prova que é possível e necessário um trabalho político de formação, obrigatoriamente libertário, que seja capaz de unir a elaboração e a ação, ou seja, a práxis.

Uma reforma, que busque o diálogo com os que vivem do próprio trabalho, um projeto subversivo o bastante para minar os centenários muros que abrigam o Estado e uma escola reprodutora de uma realidade social excludente. Tal feito só é possível no calor das lutas travadas pelo povo em movimento.

Apresentamos aqui algumas reflexões sistematizadas, um texto que tem a pretensão de reforçar este espírito gramsciano: “Vivo, sou militante, odeio os que não toma partido, odeio os indiferentes, porque representam o fosso de lama que circunda a construção da civilização futura, afogando os mais belos ideais”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2ª. Ed. SP: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

AMMANN, Safira B. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, André. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2003.

ARISTÓTELES. **Política**. Coleção Obra-Prima de cada autor. Martin Claret, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Coleção Obra-Prima de cada autor. Martin Claret, 2005.

BECHMAN, Mauro Jeusy Vieira. **À beira do rio à margem da cidade: populações em áreas de risco ambiental**. Manaus: UFAM/ ICHL, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX**. (p. 30 a 122). In: KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin. **Sociologia**. 2ª ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 50. São Paulo: Ática, 1991.

BETTIN, Gianfranco. Karl Marx y Friedrich Engels. **Sobre la formación de la ciudad capitalista**. In: **Los Sociólogos de La Ciudad**. Barcelona: ed. Gustavo Gilli, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.

BOFF, Leonardo. **São Francisco de Assis: Ternura e Vigor.** Uma leitura a partir dos pobres. RJ: Vozes, 1981.

_____. **Pensar a Prática.** São Paulo: Loyola, 1984.

_____. **Saber e Ensinar.** Campinas: Papirus, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. (org.). **A questão Política da Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A (re) produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão.** In: BÓRGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita. WANDERLEY, Mariângela Belfore (orgs). **Desigualdades e a questão social.** EDUC. São Paulo: 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 1ª reimp. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

_____. **Cidade, Democracia e socialismo.** 2ª Ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** 5ª reim. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos: nº 13, 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento Humano e Educação.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4ª ed. São Paulo: Ática: 2002.

_____. Periodização da rede urbana da Amazônia”. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: 49 (3): 39-68, julho de 1987.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Instituto PAULO Freire, 1999.

COSTA, Selda Vale da. **Eldorado das Ilusões.** Cinema e Sociedade: Manaus (1897/1935). Manaus, EDUA, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI.** Porto Alegre: L & PM: Coleção Fontes do Pensamento Político; Vol. 02, 1981.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia:** a gestação de um mundo e Terra sem história. In: **Um paraíso perdido; ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, Coleção Documentos brasileiros, 1986.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto. Manaus – 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999.

DINELY Souza, Nilciana. **Moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: O Igarapé do Quarenta.** Dissertação de mestrado. 1999. UFAM

ENGELS, Friedrich, **Contribuição ao problema da habitação.** IN: Textos 2, (p.41-116), SP: Edições Sociais, 1976.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Editora Global, 1986.

FAZENDA, Ivani. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 8ª ed. Cortez, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil.** RJ DIFE, 1979.

FILHO, Vítor Ribeiro. **Mobilidade residencial em Manaus: Uma análise introdutória.** Manaus: EDUA, 1999.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder.** 10ª Ed. RJ. Graal. 1992

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 28ª ed. SP: Paz e Terra, 2003.

_____. **A importância do Ato de ler: em três artigos que se completam.** 43^a Ed. SP: Cortez, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 13^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ & NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em Educação popular.** 3^a ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1991.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral. Possibilidades e Procedimentos.** USP, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** 2^a Ed. RJ: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: Correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de jovens e adultos. Teoria, prática e proposta. Guia da escola cidadã.** Vol. 5 Instituto Paulo Freire. 2^a edição revisada. SP, Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da e GENTILI, Pablo (orgs.). **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade.** SP. UNESP. 2^a reimpressão, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** SP. Loyola, 1991.

_____ **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995a.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Cortez, 2003.

_____. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2001.

GUITTON, Jean. **El trabajo intelectual**. Voz de los sin voz, nº 333. Imp: Movimiento Cultural Cristiano Librería d'ersa.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A concepção dialética da história**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13ª ed. São Paulo: Loyola: 1992.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Obra-Prima de cada autor. Martin Claret, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª Ed. SP: Paz e Terra. 2002.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Passado e presente. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1994.

_____. **Cidade, povo e poder**. 2ª ed. São Paulo, Paz & Terra: 1985.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Demandas por saneamento básico e saúde São Paulo 1974 – 84**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes: 1991.

LIMA, Milton. **RELATÓRIO de atividades do ano de 1997**: Curso Pré-Vestibular Alternativo de Petrópolis. Associação Centro Alternativo de Petrópolis Vicente Ferreira da Silva (mimeo).

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Coleção Obra-Prima de cada autor. Martin Claret 2003.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**: Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Coleção Obra-Prima de cada autor. Martin Claret 2004.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3ª Ed. Sp: Cortez, 2002.

NONATO, Áureo. **Os Bucheiros**. Um memorial de Infância. 3ª ed. Manaus: Valer, 1997.

NUNES, César. **Matrizes e Perspectivas Históricas da Educação Popular no Brasil**: práticas de resistências e emancipação frente ao processo de exclusão do mundo globalizado. II Seminário de Educação Popular do Amazonas. Manaus, UFAM, 1999 (mimeo).

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na Selva**. Manaus. Valer, 2000a.

_____. **Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Valer, 2003.

_____. e GUIDOTTI, Pe. Humberto (orgs). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. 25 anos de encontro pastoral de Santarém. Manaus: EDUA, 2000b.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. SP. Brasiliense, 1991.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular, Educação de adultos**. SP. Edições Loyola, 1987.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus 1889-1925**. Manaus: EDUA, 1999.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **“E Deus visitou seu povo”. História do povo de Deus em Itacoatiara**. Manaus: EDUA, 2003.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato Social. Princípios do direito político**. 4ª reimp. SP. Martins Fontes, 2001.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados: estudos sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca de Manaus na habitação de baixa renda em Manaus**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1985.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Construindo o poder popular**. SP: Ed. Paulinas, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCANDROGLIO, Bárbara & LÓPEZ, Jorge S. **Métodos Cualitativos y Cuantitativos: de la disputa a la Integración**. Facultad de Psicología Universidad Autónoma de Madrid, 2006.

SILVA, Jorge Gregório da. **O contexto Político da Formação do Administrador Escolar**, (p.13 a 58). Manaus: EDUA, 1996.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 1999.

SOUZA, João Francisco de. **Educação e Movimentos Sociais**. Memória do IV Seminário Internacional Universidade e Educação Popular. Ed. Universitária UFPB, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida. Uma interpretação da Amazônia**.

Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. 10ª reimp. SP: Atlas S.A, 1987.

VALVERDE, Orlando. Uma história da vida do Amazonas. In: ROJAS, Luisa Brasília Iñiguez (org.). **Espaço & Doença. Um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1998.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WAICHAMAN, Andréa; NAKASATO, Nobuo (Coord.). Rima **Prosamim Igarapés/Mao**, 2004. Disponível em <http://www.prosamim.am.gov.br> Acesso em 01/02/2006.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. RJ, Guanabara, 1982.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Diversidade Intelectual e Cultura Política. Abordagem gramsciana da pedagogia petista**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

Referência – Jornais Diários - Sites

COMUNITÁRIOS pedem verbas para saneamento. **A Crítica**, 27 de novembro de 2000.

DRENAGEM é cobrada. Moradores foram às ruas pedir esclarecimentos. **A Crítica**, 03 de agosto de 2001. c5.

DESESPERO no Bodozal. **Amazonas em tempo**, 25 de março de 2002, p. B1.

DEMORA irrita moradores. **A Crítica**, 17 de fevereiro de 2003, p1.

BRAGA será sócio do Carrefour. **Diário do Amazonas**, 17 de set. 2003, p.5.

MORADORES vão à CMM pedir obras. **Diário do Amazonas**, 17 de setembro. 2003, c7.

CHUVAS aumentam tensão nos igarapés. **Diário do Amazonas**, 10 de março de 2004. c3

NOVA cidade. Moradores pedem isonomia. **Diário do Amazonas**, 27 de março de 2004, p.2.

IGARAPÉ da Cachoeirinha. Prefeitura indeniza sem teto. **A Crítica**, 10 de março de 2004, c8.

DESABRIGADOS pressionam e conseguem indenizações. **Diário do Amazonas**, 25 de março de 2004, p.4.

INDIGNADOS, moradores exigem conclusão de obras do igarapé. **A Crítica**. 01 de junho de 2004, c7.

MORADORES param avenida em protesto. **Diário do Amazonas**, 01 de junho de 2004. p.3

MORADORES cobram saneamento. **O Estado do Amazonas**, 01 de julho de 2004. p.7
SÓ acreditamos vendo. **O Estado do Amazonas**. 03 de agosto de 2004. p.4.

FÓRUM se entende com prefeitura e garante obras. **A Crítica**, 01 de setembro de 2005, A3.

COSTUREIRA entra em greve de fome contra desapropriação no AM. **Folha online**, 08 de abril de 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano>.
[Acesso no dia 12/05/2006.](#)

CHEFE da missão do BID está otimista com o projeto. **Jornal do Comércio**, 11 de maio de 2006.

MINISTÉRIO público investiga denúncia de corrupção no Prosamim. **Folha Online**, 28 de março de 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotodiano>. Acesso em 12/05/ 2006.

BID o banco da Alça? **Rede Brasil**: Disponível em <http://www.rbrasil.org.br> acesso em 11/08/2006.

Referência – Documentos Consultados

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724. Válida a partir de 30.01.2006

Cartilha “Esse dinheiro é nosso” O que é orçamento? Como é feito o Orçamento de Manaus? O que é Orçamento Participativo? Elaborado pela coordenação do Fórum do Orçamento Público de Manaus: 2004/2005.

Cartilha “Planejamento das ações de uma associação”. PROSAMIM: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Elaborado pela subcoordenadoria setorial de projetos sociais – UGPI. 2005/2006.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Fundação Perseu Abramo, 2001.

INFORMATIVO da Pastoral Operária de Manaus. Março/Abril 1983, nº 03 “O Parafuso”. Arquivo da Pastoral Operária da Compensa.

RELATÓRIO: Perfil Sócio-econômico e Educacional do bairro de Petrópolis: Pesquisa elaborada e implementada pela Associação Centro Alternativo de Petrópolis Vicente Ferreira da Silva (Cursinho Alternativo de Petrópolis). 01 de julho de 2005.

RELATÓRIO: CODEAMA – Os flutuantes de Manaus. 2ª ed. Manaus: setor de Publicações, 1966. 106f. (Estudos Específicos, ano 02, nº 13) Amazonas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)